

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

**ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO EM MUNICÍPIOS
PEQUENOS SEGUNDO UMA PERSPECTIVA REGIONAL:
O CASO DE ANALÂNDIA-SP**

André Riani Costa Perinotto

Orientador: Prof. Dr. Pompeu Figueiredo de Carvalho

Co-orientadora: Profa. Dra. Odaléia T. M. M. Queiroz

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia -
Área de Concentração em Organização do
Espaço, para obtenção de título de Mestre
em Geografia.

**Rio Claro (SP)
2006**

G330.98 Perinotto, André Riani Costa

P445e Estratégias de desenvolvimento turístico em municípios
pequenos segundo uma perspectiva regional : o caso de
Analândia – SP / André Riani Costa Perinotto. – Rio Claro : [s.n.],
2006

130 f. : il., fots., mapas

*Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Geociências e Ciências Exatas*

Orientador: Pompeu Figueiredo de Carvalho

Co-orientador: Odaléia T.M.M. Queiroz

1. Geografia econômica – Turismo – Recreação –. 2. Turismo
sustentável. 3. Cidades de pequeno porte. 4. Analândia - SP I.

Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI – Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Pompeu Figueiredo de Carvalho (Orientador)

Profa. Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz

Prof. Dr. Roberto Braga

ANDRÉ RIANI COSTA PERINOTTO
- aluno -

Rio Claro, 01 de DEZEMBRO de 2006

RESULTADO: APROVADO

Dedicatória

Dedico a Cíntia Martins,
a meus amados pais, Alexandre e Cecília
e a meus irmãos, Rafael e Fábio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, que me deram educação, amor, carinho, compreensão, que me auxiliaram no crescimento e amadurecimento. À minha querida companheira, amiga, namorada, que me apoiou, torceu, ficou ansiosa comigo, me acalmou e esteve comigo nos momentos de alegria e tristeza. A meus irmãos queridos, a quem verdadeiros companheiros e amigos. A meus queridos primos e primas, que são meus confidentes e amigos. Aos meus amados avós, pelos conselhos, carinho e amor. Aos meus mestres, que, desde pequeno, me ajudaram a formar o ser humano que sou hoje. Ao Prof. Dr. Pompeu Figueiredo de Carvalho, pelas orientações e análise da dissertação. À Profa. Dra. Odaléia Queiroz, pela co-orientação, carinho, atenção. Ao Arnaldo Rosalem, pelo auxílio na organização e produção de mapas/cartas. À Profa. Dra. Iandara Alves Mendes, querida orientadora de Iniciação Científica, pelos apoios e conselhos. Ao Prof. Fernando Nogata Kanni, que me auxiliou e orientou no trabalho de conclusão do curso de graduação. Aos Profs. Drs. Mariselma Ferreira Zaine e Adler Guilherme Viadana, pelas sugestões e correções durante o exame de Qualificação deste trabalho. Aos Profs. Drs. Roberto Braga e Rita de Cássia Ariza da Cruz, pelas análises e colocações em minha banca de Defesa deste trabalho. Ao pessoal da república “Caverna” de São Paulo que me recebeu tão bem nas noites frias de São Paulo, quando ia lecionar Turismo para pagar parte dos custos da pesquisa para este trabalho final. Aos amigos que um dia passaram pela minha vida, mas que hoje estão mais distantes. Aos colegas do Programa de Pós-graduação em Geografia do IGCE. Ao corpo docente e funcionários da UNESP. Enfim, a todos que fizeram com que eu amadurecesse, crescesse e vivesse cada instante da minha vida como um momento especial.

SUMÁRIO

ÍNDICE	i
ÍNDICE DE FIGURAS	iii
ÍNDICE DE FOTOS	iv
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
1- INTRODUÇÃO	01
2- CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE ESTUDO	30
3 - CARACTERÍSTICAS GERAIS DO TURISMO EM ANALÂNDIA	55
4 - ANÁLISE FINAL	93
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	112

ÍNDICE

1- INTRODUÇÃO	1
1.1 - Bases Teóricas e Metodológicas	3
1.1.1- Lazer	3
1.1.2- Turismo	5
1.1.3- Turismo no meio rural	8
1.1.4- Interações sociedade-natureza	11
1.1.5- Impactos ambientais	13
1.1.6- Desenvolvimento sustentável, planejamento e turismo sustentável	17
1.1.7- Procedimentos metodológicos e material	27
2- CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE ESTUDO	30
2.1- Localização da Área	30
2.2- Aspectos Ambientais	33
2.3- APA: identificação e estado de conservação	40
2.4- Breve Histórico	45
2.4.1- Hino do município de Analândia	47
2.5 - Economia	47
2.5.1- Cana-de-Açúcar	50
2.5.2- A ovinocultura e sua importância	51
2.6 - Infra-estrutura Básica	51
3 - CARACTERÍSTICAS GERAIS DO TURISMO EM ANALÂNDIA	55
3.1 - Planejamento e desenvolvimento regional para o estudo da demanda do Turismo	55
3.1.1 - Demanda real	58
3.1.2 - Demanda potencial	61
3.1.3 - Municípios próximos que exploram o turismo em área rural	61
3.2- Potencial Turístico Natural	62
3.2.1- Recursos e atrativos naturais: exploração, problemas e perspectivas	63
Morro do Cuscuzeiro	68
Morro do Camelo	73
Salto Major Levy	77

Cachoeira da Bocaina	79
Cavernas em Arenito da Região	82
3.3- Potencial Turístico Cultural	83
3.3.1- Recurso Histórico/Cultural - Antiga Estação de Trem e a Casa Antiga	83
3.3.2- Festa de Sant'Ana	85
3.3.3- Fazenda São Francisco	86
3.3.4- Entretenimento	87
3.4 - Infra-estrutura Turística	87
3.4.1- Acesso ao Município de Analândia	87
3.4.2- Sinalizações de trânsito e turística	88
3.4.3- Acesso aos atrativos/recursos	88
3.4.4- Área central e recepção dos visitantes	89
3.4.5- Política municipal de turismo	90
3.4.6- Meios de hospedagem	91
3.4.7- Serviço de alimentação	92
4 - ANÁLISE FINAL	93
4.1- Pontos Fortes	94
4.2 - Pontos Fracos	95
4.3 - Oportunidades	96
4.4 - Riscos	97
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
5.1 Propostas de Intervenção	99
Incentivo para gestão do turismo e sensibilização do visitante ou Plano de Ordenamento Futurista	102
Projeto: "Reciclar e Empregar"	104
Produção de <i>cluster</i> turístico regional	105
Turismo Pedagógico: oportunidade de vivenciar o ambiente	106
Gestão da demanda	108
Promoção da área	109
Atlas Turístico de Analândia	110
REFERÊNCIAS	112

ÍNDICE DE FIGURAS

01	O município de Analândia e municípios limítrofes no Estado de São Paulo.	31
02	Esquema da Bacia hidrográfica do rio Corumbataí e sua localização na Bacia do rio Piracicaba, no Estado de São Paulo; o município de Analândia encontra-se no extremo norte da Bacia hidrográfica do rio Corumbataí.	32
03	Localização da área em relação aos compartimentos do relevo do Estado de São Paulo	37
04	Localização das APAs Corumbataí, Botucatu, Tejuapá: perímetro Corumbataí.	44
05	Distribuição da população, segundo grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS 2000, Estado de São Paulo e município de Analândia.	48
06	Quadro 1 - Indicadores que compõem o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS, município de Analândia, 2000.	50
07	Mapa síntese da expansão urbana entre 1972 E 2004.	53
08	Área de demanda turística - Real e Potencial - de Analândia	59
09	Quadro 2 - Diagrama de decisão do Plano de Desenvolvimento turístico de Analândia, segundo Abordagem território-regional sustentável: um esboço de pauta para início do processo.	101

ÍNDICE DE FOTOS

01	Uma das nascentes do rio Corumbataí. Alta Bacia, a NW de Analândia	33
02	Árvore baixa e retorcida característica do Cerrado	39
03	Uso do solo. Plantação de cana-de-açúcar	40
04	Praticante de Arvorismo em Analândia	68
05	Morro do Cuscuzeiro, símbolo da região e de Analândia	69
06	Placa de alerta quanto aos perigos do local. Morro do Cuscuzeiro	69
07	Detalhe do Morro do Cuscuzeiro, onde turistas podem praticar esportes radicais e apreciar paisagem notável em seu topo	71
08	Fluxo de “turistas” (visitantes) com veículos estacionados na estrada em terra, fora da propriedade particular onde se situa o Morro do Cuscuzeiro. Notar leito arenoso da estrada, derivado dos arenitos da Formação Botucatu	72
09	Entrada com alguma infra-estrutura no morro do Cuscuzeiro	72
10	Morro do Camelo, tendo ao fundo uma visão parcial da Depressão Periférica Paulista	74
11	Morros do Camelo (à esquerda) e do Cuscuzeiro. Ao fundo, visão parcial da Depressão Periférica Paulista. Notar estrada em leito argiloso vermelho, de difícil trânsito quando chove.	74
12	Placa da Prefeitura da Estância de Analândia com instruções para o comportamento preservacionista do visitante. Morro do Camelo.	75
13	Barracas de turistas acampados no sopé do Morro do Camelo. Vegetação nativa no alto do manto de colúvio.	75
14	Sulcos de ravinamento em solo areno-argiloso, voçoroca próxima ao Morro do Camelo.	76
15	Disjunções colunares em afloramento dos basaltos da Formação Serra Geral, com o topo passando a solo argiloso. Afloramento ao lado e sobre os arenitos da Foto 16. Próximo ao Morro do Camelo	76
16	Arenitos finos com estratificações cruzadas deformadas da Formação Botucatu, logo abaixo do contato com os basaltos da	77

Formação Serra Geral. Próximo ao Morro do Camelo

17	Salto Major Levy, na entrada da cidade de Analândia, onde turistas banham-se. À direita, parte da escada e via de acesso.	78
18	Ponte sobre curso d'água a jusante da queda d'água da foto anterior, que dá acesso à churrasqueira localizada em meio à mata ciliar	78
19	Escadaria que dá acesso ao Salto Major Levy	79
20	Vista frontal da cachoeira da Bocaina que possui 45 metros de altura.	80
21	Visão da queda d'água, em forma de chuveiro	81
22	Visão a partir do topo da Cachoeira da Bocaina. Paredões, abruptos, rochosos, rebordo de planalto, e vale com mata nativa no sopé compõem a paisagem notável.	81
23	Prática de <i>canyonig</i> na cachoeira da Fazenda Bocaina	82
24	Prática de <i>canyonig</i> na cachoeira da Fazenda Bocaina	82
25	Antiga estação ferroviária de Annápolis (atual Analândia)	84
26	Residência de antigo funcionário da estrada de ferro e vagão da época	84
27	Igreja de Sant'Ana, área central da cidade de Analândia.	85
28	Altar central (principal) da igreja de Sant'Ana.	86
29	Portal de Entrada da cidade de Analândia.	87
30	Centro de Analândia. Placas indicativas de alguns atrativos.	88
31	Centro de Analândia. Placas indicativas de alguns atrativos.	88
32	Calçadão em Analândia com quiosques para comércio	89
33	Calçadão em Analândia com quiosques para comércio	90
34	Bares e restaurantes no calçadão de Analândia	90

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi elaborar um esboço de proposta com o intuito de iniciar e contribuir para discussão do processo de planejamento do turismo em municípios de pequeno porte, mas de grande potencial. Tomou-se como estudo de caso o município de Analândia – São Paulo. Partiu-se de um diagnóstico qualitativo suficiente para definir objetivos, diretrizes e algumas propostas segundo as dimensões, ou “pilares”, do desenvolvimento sustentável apontadas por Sachs (2004). Teve como estratégia inserir o município em uma região definida pela capacidade de atração dos municípios, tendo como variável importante a distância de centros emissores. A viabilidade turística foi fortalecida pela presença de municípios com atividades semelhantes e/ou afins em implantação e consolidadas, cuja interação e complementaridade peculiar ao ramo, criam e fomentam economias de aglomeração para todos os municípios. Por fim, demonstrou-se que é viável o desenvolvimento do turismo em cidades de pequeno porte, desde que se fundamente no paradigma da sustentabilidade e adote uma estratégia regional.

Palavras-chave: Turismo sustentável, cidades de pequeno porte, Analândia-SP

ABSTRACT

The main purpose of this project was to elaborate a sketch of proposals in order to start the process of planning the tourism in small dimension counties with big touristic potential. It was taken as case study the county of Analândia (in the center-east region of the State of São Paulo, 225 km far from the capital city, southeast of Brazil). The first step was to make a qualitative diagnostic enough to define objectives, rules e some proposals following the sustainable development bases pointed out by Sachs (2004). The basic strategy was to insert the county in a region defined by the attractive capacity of the forming counties, having as important variable the distance from the emitter centers. The touristic viability was also increased by the existence of neighbor counties with same activities (in course or already consolidated) whose interaction as a whole is able to create and input agglomeration economy to all counties in that region. It was possible to demonstrated that the development of the tourism is viable in a small county if the activity is based on sustainable paradigm in a regional context.

Keywords: *sustainable tourism; small county; Analândia -SP*

1- INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa foi elaborar um esboço de proposta com o intuito de iniciar e contribuir para discussão do processo de planejamento do turismo em municípios de pequeno porte, mas de grande potencial. Tomou-se como estudo de caso o município de Analândia – São Paulo. Partiu-se de um “inventário turístico”, com a caracterização do município e da atividade turística na área de estudo para realizar um diagnóstico qualitativo suficiente para definir objetivos, diretrizes e algumas propostas segundo as dimensões, ou “pilares”, do desenvolvimento sustentável apontadas por Sachs (2004). Sabe-se que Sachs tem seu trabalho voltado à escala das nações, mas não há nação sem seus estados menores e neste trabalho visa-se adaptar estes conceitos de Sachs em termos e conceitos claros para localidades pequenas e pontuais, pois se acredita que o nacional só se mobilizará a partir de atitudes e mudanças locais e de escalas menores, colocadas as devidas proporções, pois as mudanças devem também partir de baixo para cima. Teve como estratégia inserir o município em uma região definida pela capacidade de atração dos municípios, tendo como variável importante a distância de centros emissores.

A viabilidade turística foi fortalecida pela presença de municípios com atividades semelhantes e/ou afins em implantação e consolidadas, cuja interação e complementaridade peculiar ao ramo, criam e fomentam economias de aglomeração para todos os municípios. Visa demonstrar ainda os atrativos de Analândia, avaliando a infra-estrutura disponível para os visitantes, identificando e caracterizando o potencial turístico.

Analândia, estância climática, fica em uma área de proteção ambiental (APA) denominada “APA de Corumbataí, Botucatu, Tejupá”, no Perímetro Corumbataí, o que deve ser considerado junto aos setores que exploram o turismo, pois há limitações de usos nesse espaço.

Trata-se de uma área de paisagem notável, com mananciais ainda bem preservados e numerosos cursos d’água. Vale ressaltar que há 83 tipos de quedas d’água na região até agora catalogadas¹, porém 90% dessas ficam localizadas em fazendas e propriedades privadas, sem nenhuma sinalização ou facilidade na visitação, além de formas de relevo específicas, como morros testemunhos,

cavernas, bem como características climáticas que propiciam conforto e bem-estar aos visitantes. Esse conjunto de fatores permite que setores da referida área se constituam em relíquias de flora e fauna, contemplando, em seu conjunto, algumas espécies em extinção.

Portanto, é de grande importância a elaboração de pesquisas como esta, pois este trabalho oferece informações e dados que poderão fundamentar futuras intervenções municipais públicas e privadas no setor turístico, uma das opções de desenvolvimento do município de Analândia e região.

A região possui um grande potencial de crescimento em relação ao turismo, embora ainda sem muita exploração, comportando uma melhor definição de estratégias de planejamento dentro de uma perspectiva de turismo sustentável, econômica e socialmente, protegendo a fauna e a flora, além dos mananciais existentes.

Há necessidade de se ativar e dinamizar a gestão turística natural do município de Analândia (pública e privada), redirecionando o atual uso desordenado do meio.

Segundo Trigo (1993, p. 27),

O turismo organizado de nossos dias implica:
 - estrutura de atendimento no local de origem do turista, composta pelas agências ou operadoras, guias ou *softwares* que preparam a viagem; - as transportadoras que viabilizarão o deslocamento, a viagem propriamente dita e; - o equipamento receptor no local de destino, os serviços prestados ao turista e toda a trama de relações entre visitantes e residentes do local visitado, faceta que se revela atualmente como a que merece mais atenção dentro do fenômeno turístico.

A seqüência da pesquisa aqui realizada enfatiza fatores como sustentabilidade e demanda, destacando-se bases teóricas e conceitos, tais como: lazer; turismo; turismo no meio rural; interações sociedade-natureza; impactos ambientais; desenvolvimento sustentável, planejamento e turismo sustentável.

¹ *GeoTraining*, empresa de esportes radicais, sediada no município de Brotas.

1.1- Bases teóricas e metodológicas

1.1.1 – Lazer

Segundo Camargo (1998), a designação de lazer, em latim “*licere*”, significa ser permitido. Surgiu com a civilização greco-romana, refletindo o ideal do homem livre, expressão máxima do ser humano, priorizando as funções ligadas às artes, às letras, aos exercícios físicos, à filosofia e ao intelecto.

As primeiras noções de lazer estavam relacionadas ao ócio, uma das grandes virtudes enfatizadas na Antigüidade, pelos gregos. Esse sentido de lazer como contemplação significava também representatividade das classes ociosas (pequena parcela de homens livres), em contrapartida às classes responsáveis pelas tarefas servis. Termos como lazer e ócio confundem-se numa analogia preconceituosa contra o lazer, ainda, nos dias de hoje. Por possuírem significados distintos, julga-se necessário emprestar as palavras de Requixa (1974, p.20): “(...) o ócio deve ser entendido como um não fazer, ao passo que o lazer, antes de tudo, é reconhecido com uma ocupação, um fazer”.

A partir da modernidade, o termo lazer passa a ser vinculado à dimensão tempo. A Revolução Industrial impulsiona a implantação do modo de produção capitalista e o crescimento dos centros urbanos, definindo novos rumos ao trabalho e ao lazer propriamente dito.

Marcellino (1998) remete aos tipos de abordagens que podem acarretar uma visão funcionalista do lazer, a seu ver, acentuadamente conservador, em busca de uma harmonia e paz social e, por conseguinte, uma manutenção da ordem e da produção.

Na visão romântica, Schimidt (1993 *apud* MARCELLINO, 1998), enfatiza os valores tradicionais como família, religião na sociedade e à nostalgia do passado.

Na visão moralista, defronta-se com autores que possuem uma abordagem motivada pela ambigüidade em relação ao lazer, como Requixa (1974 *apud* MARCELLINO, 2000) que avalia o tempo livre como espaço de produção singular diante dos valores da sociedade. Gaelzer (1982 *apud* MARCELLINO, 2000) fala por sua vez de lazer construtivo, do caráter da particularidade essencial e primordial, para a tranqüilidade, ordem e segurança social.

Dumazedier (1973) coloca a visão compensatória, cuja ênfase está na compensação das atividades de lazer. Os autores fragmentam assim a questão, o

contraste entre o trabalho alienado, mecânico especializado das sociedades atuais e as devidas realizações individuais dos operários. Vê-se o lazer como ganho para suprir as insatisfações de um trabalho mecanicista que, na maioria das vezes, promove a falta de consciência social, política, cultural. Pode-se entender a utilitarista (ênfase no homem utilitário para o desenvolvimento) como a redução do lazer, a recuperação da força de trabalho, ou a um instrumento de desenvolvimento.

Rodrigues (1997), em seus estudos, defende a necessidade de entender e conceituar ócio e lazer. Afirma que ócio é não fazer nada enquanto lazer supõe o consumo do tempo com alguma atividade. Se a sociedade capitalista cria a necessidade do consumo do tempo livre, o ócio foi gradativamente expropriado dela.

Os autores, de uma maneira geral, possuem como critério de referência o conceito adotado pelo sociólogo francês Joffre Dumazedier:

O lazer é um conjunto de ocupações as quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda desenvolver sua informação e formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 1973 p. 34).

Uma das funções do lazer é desenvolver a personalidade em prol do enriquecimento vital das pessoas e, neste sentido, os objetivos do lazer e da educação se harmonizam.

Lazer pode ser: ler um livro em casa, ver televisão, se entreter em uma atividade em sua localidade de residência fixa etc.

Dumazedier (1973) cita três funções do lazer:

1. O descanso, que libera a fadiga;
2. A diversão, que libera o aborrecimento;
3. O desenvolvimento da personalidade, que libera os limites que impõem o meio social, o ambiente cultural e a especialização técnica.

Diferentemente do turismo, o conceito de lazer é bem mais amplo, ou seja, abrange a atividade turística como lazer, pois todos deveriam ter direito ao lazer,

contudo, o turismo utiliza o lazer como potencial atrativo para determinada demanda de um público-alvo.

O turismo é a forma mais “completa” e abrangente de lazer, pois reúne as características essenciais das três funções citadas anteriormente por Dumazedier, sendo que a viagem descansa e diverte e, ao mesmo tempo, contribui para o desenvolvimento pessoal, por meio da interação entre pessoas de ambientes e realidades diferentes.

1.1.2 – Turismo

A viagem é a essência do turismo, explica Vieira (1997), isto é, o sair e voltar são dois momentos necessários que constituem o *turistear*. Turismo, do francês *tour*, significa dar um giro, dar uma volta e tem seu equivalente em inglês *turn* e no latim *tornare*. Isso quer dizer que em um giro há um deslocamento e, conseqüentemente, volta para o ponto de partida. Este ir e voltar se diferencia dos deslocamentos definitivos, e mesmo dos migratórios, adquirindo características próprias. É, sobretudo, um tempo relativamente curto utilizado com atividades prazerosas e pré-estabelecidas. Compreende, portanto, o lazer (tempo livre).

O turismo, sob o olhar holístico de Jafari (1972 *apud* BENI, 1998) é

O estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômico e sócio-cultural da área receptora.

Para McIntosh (1974 *apud* BENI *op. cit*): “Turismo pode ser definido como a ciência, a arte e a atividade de atrair e transportar visitantes, alojá-los e cortesmente satisfazer suas necessidades e desejos”. Ainda, de acordo com Ferreira (1975), turismo constitui-se em viagem ou excursão feita por prazer, a locais que despertam interesse ou o conjunto dos serviços necessários para atrair aqueles que fazem turismo e dispensar-lhes atendimento por meio de provisão de itinerários, guias, acomodações, transporte, etc.

Em 1963, a Organização Mundial do Turismo (OMT) definiu turismo como a “soma de relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporário e voluntário motivado por razões alheias a negócios ou profissionais” (BENI, 1998, p. 46).

Outro elemento essencial para definir o turismo é todo o arcabouço, toda a preparação envolvida para sua realização. Para que uma pessoa possa viajar existe toda uma equipe que faz o planejamento e se envolve nas atividades do receptor e que presta serviços no local; da que providencia vias de acesso, dos serviços básicos, alojamento, alimentação, recreação etc.

Trigo (1993) ressalta que não se pode analisar o fenômeno turístico fora do contexto que envolve cultura, arte, preocupação com a qualidade de vida e lazer, inseridos na dinâmica e complexidade pós-industrial. Define as sociedades pós-industriais como aquelas que, a partir da década de 50, desenvolveram uma alta tecnologia, particularmente nos países desenvolvidos, que possuem uma economia marcada pelo crescimento do setor terciário e por um parque industrial informatizado.

Para Luchiari (1997, p.41), “os turistas estão preocupados com a região em si, seu crescimento acelerado e desordenado, mas não pensam especificamente no bem estar das comunidades locais e sim na conservação daquele para ser utilizado como recurso de lazer”. Segundo Krippendorf (1989, p. 191), “a população local deve participar no desenvolvimento turístico em seu espaço, para não se posicionarem como invadidos”, prejudicando sua qualidade de vida.

Krippendorf (1989) salienta que os hábitos do homem frente ao lazer móvel (turismo), não diferem de um país para outro e que a motivação de viagem mais difundida atualmente é o desejo de fuga das realidades cotidianas, ou seja, a quebra das rotinas, particularmente as vivenciadas nos espaços urbanos. O turista busca no espaço, imagens e ícones diferentes do seu cotidiano.

Acerenza (2002) aponta o turismo como um dos fatores do desenvolvimento, pois o turismo passa a colaborar para que sejam alcançadas algumas metas não só no campo econômico, mas também no campo social, cultural e, inclusive, político. Essas metas são:

- No campo econômico: melhoramento da balança orçamentária (captação de divisas resultante do desenvolvimento do turismo internacional. Porém, o turismo também pode contribuir para esse alcance ao diminuir a saída de divisas por meio de estímulo ao turismo interno); incremento do produto interno (originado no gasto dos turistas); redistribuição de renda (por meio do turismo nacional atingindo os diferentes estratos populacionais); impulso a

zonas e regiões de menor desenvolvimento (em virtude das amplas possibilidades que oferece nesse sentido, pelo transporte de recursos econômicos relativo em um determinado lugar).

- No campo social: geração de empregos produtivos (pode ser considerada tanto econômica quanto social, pelo fortalecimento das unidades produtoras do “setor”, quer dizer, o desenvolvimento das empresas turísticas em toda sua gama e modalidades diferentes, gerando empregos diretos e muitos indiretos); descanso e esparterimento da população (no que se refere ao lazer como direito da sociedade);
- No campo cultural: proteção do patrimônio histórico-cultural (para se ter como atrativo e recurso potencial, além de poder revitalizar tradições culturais e protegê-las); melhora do nível educacional da população local (todos querem ser bem recebidos em suas viagens e, além disso, poder proporcionar oportunidades de emprego na recepção e informação aos visitantes).
- No campo político: integração nacional (intercâmbio de culturas, deslocamento interno de renda, assim podendo atingir uma identidade e integração nacional da população em prol de objetivos de desenvolvimento comuns); projeção e melhoria da imagem do país no exterior; salvaguarda da soberania e da segurança nacional (ajuda a reafirmar especialmente em zonas fronteiriças ou em regiões pouco povoadas de um país).

Os atrativos turísticos foram definidos por Allievi (*apud* SÃO PAULO, 1997), em colaboração com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, como “elemento que motiva a visita turística; pode ser natural (paisagens, rios, cachoeiras etc.) ou cultural (museus, festas tradicionais, construções de valor artístico e histórico etc.)”. Ainda, de acordo com Beni (1998) atrativo é, “todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse turístico que motiva o deslocamento de grupos humanos para conhecê-los”.

Para países como o Brasil, o turismo, em uma nova concepção estratégica, deve ser entendido como um conjunto de bens e serviços que promovam o desenvolvimento socialmente justo e economicamente equilibrado em nível local e regional, integrando o desenvolvimento urbano e rural e criando um processo de desenvolvimento econômico diversificado. Manter, valorizar e proteger as paisagens

naturais e sua diversidade biológica, assim como o patrimônio histórico-cultural, é a base essencial para o desenvolvimento responsável do turismo, contribuindo para a sua manutenção em longo prazo (SALVATI, 2002). Porém, segundo Beni (1998), a preocupação em definir uma Política Nacional de Turismo (PNT) só apareceu em 1977, com a publicação de um documento que passou a regulamentar esta atividade a partir das seguintes políticas:

- Proteção ao patrimônio natural;
- Divulgação e promoção dos valores culturais;
- Incentivo ao turismo interno;
- Estímulo ao turismo do exterior para o Brasil;
- Promoção;
- Recursos humanos;
- Apoio à entrada de divisas;
- Apoio à hotelaria (todos os aspectos);
- Apoio às agências de viagens e turismo.

1.1.3 – Turismo no meio rural

O turismo vem crescendo e alcançando novos locais de práticas, dentre eles o meio rural, que visa atender, principalmente, pessoas de grandes centros urbanos que, atraídas pela natureza e a simplicidade do campo, procuram tranquilidade, paz, ar puro, belezas naturais, atividades motoras e esportes radicais, explorações científicas e outras formas de promover o lazer e o entretenimento. No meio rural, ganhou ainda mais força com

a insuficiência dos recursos governamentais direcionados ao setor agropecuário tornando-se mais escassos porque são destinados de maneira contraproducente e paternalista, alimentando burocracias improdutivas e perpetuando a dependência que os agricultores têm do Estado, acentuando assim ainda mais estes problemas econômicos no campo. (CASTANHEIRA, 2001, p. 37).

Várias práticas diferentes de atividades turísticas podem difundir-se, no meio rural, assim como o turismo rural, ecoturismo, turismo de aventura, turismo científico e outros.

Os principais apelos do turismo no meio rural estão ligados à tranquilidade, paz, contato com a natureza e a observação passiva da flora, da fauna, da paisagem e dos aspectos cênicos do entorno, os estudos científicos, com o contato com a vida no campo, do meio rural, a simplicidade, observação participante e interativa com o meio natural com os esportes de aventura e outros apelos que podem vir a ser de atração aos visitantes no meio rural.

Segundo EMBRATUR, Instituto Brasileiro de Turismo, (1994) ecoturismo

... é um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

Ainda, de acordo com a organização The Ecotourism Society (*apud* SERRANO e BRUHNS, 1997) ecoturismo é "... viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem estar da população local". Representantes do mercado de ecoturismo interpretam como "... toda atividade turística realizada em área natural com o objetivo de observação e conhecimento da flora, fauna e aspectos cênicos (com ou sem o sentido de aventura); prática de esportes e realização de pesquisas científicas" (*apud* SERRANO e BRUHNS, 1997).

O turismo rural diferencia-se das outras formas de turismo no meio rural, devido a estar correlacionado às atividades agrárias, transmitindo ao visitante o ar rural e a paisagem do campo. Visto isso, deve-se diferenciar a naturalidade do local, com a biodiversidade ainda bastante protegida. Esta forma de turismo tem como fundamento o contato e interação do homem dos grandes centros urbanos com o meio rural, por meio dos atrativos históricos e culturais, fazendas da época dos escravos e do áureo período da cafeicultura paulista e brasileira. O turismo rural pode vir a ser um aliado no desenvolvimento rural, diversificando a geração de renda, criando novos e diferentes postos de trabalho nas propriedades rurais. Tem como objetivo aproximar a população urbana da natureza, promovendo o intercâmbio entre o homem da cidade e o homem do campo; revitalizar na zona rural a melhoria da qualidade de vida, conservando os recursos naturais e reabilitando o patrimônio sociocultural. Este tipo de turismo não é concebido dentro dos padrões da hotelaria habitual. Ao contrário, tem um clima de informalidade e de absoluta

familiaridade. “Cabe ressaltar que o turismo rural é o único segmento do turismo que não existe somente como atividade turística, mas sustenta-se em uma atividade quase tão antiga quanto a civilização, onde o produtor agrega a atividade turística às suas atividades tradicionais” (CASTANHEIRA, 2001).

Uma vivência no campo, talvez resuma em poucas palavras o que buscam as pessoas no turismo rural, em que praticam as atividades do cotidiano no campo, sem se preocupar, convivendo em paz com a natureza local e o ar puro.

A exemplo de outras atividades produtivas, o turismo também produz impactos em seu entorno, pois ele é o resultado de inúmeras atividades e a sua “sustentabilidade precisa ser criada através da re-educação e da re-elaboração de todas as etapas, diretas e indiretas, da cadeia de produção turística” (LEMOS, 1996, p. 29).

O patrimônio ambiental é um elemento essencial para o desenvolvimento turístico (turismo no meio rural). Ele é “extremamente” frágil e algumas explorações intensivas o alteram, às vezes de forma irreversível. Contudo, é preciso considerar sua utilização para o turismo, para o desenvolvimento socioeconômico de numerosas regiões. Segundo Trigo (1993), algumas propostas, sugestões e modelos desenvolvidos no sentido de conservar os espaços naturais foram implantados, total ou parcialmente, em algumas regiões dos países desenvolvidos. No entanto, todos apresentam certo grau de dificuldades, devido aos problemas decorrentes da interdisciplinaridade do assunto, que envolve a atuação de especialistas em turismo, geografia, economia, sociologia, ecologia, entre outros, além de representantes da comunidade, empreendedores, interessados no desenvolvimento do turismo, associado à rentabilidade dos seus empreendimentos. As leis de proteção ambiental existem em todos os países; o Brasil possui uma das mais completas do mundo, mas, os desencontros entre a legislação e ação lançam o descrédito sobre uma regulamentação adequada e eficiente no papel, porém, ausente na prática cotidiana.

É por meio de ações mais adequadas, focadas na sustentabilidade (na revisão teórica aqui apresentada e nas propostas ao final deste trabalho) e uma legislação vigente, pode-se aproveitar o turismo no município de Analândia que possui, em sua maioria, terras de cunho rural.

1.1.4 – Interações sociedade-natureza

Na obra de Drew (1986), em que estuda os processos interativos homem x meio ambiente, retoma-se duas teorias geográficas: o *determinismo* ou *causalidade* e o *possibilismo*. A primeira trata de uma noção derivada da idéia pós-darwiniana do homem enquanto produto da seleção natural, por inexoráveis processos da natureza, na qual a natureza obedece a um grande plano, ao qual o homem tem de se conformar e, dessa forma, prosperar. Na segunda o homem não é passivo, mas sim um agente geográfico, apto a agir sobre o meio e a modificá-lo, dentro de limites naturais de espaço e de possibilidades de desenvolvimento.

O homem “não é uma criatura racional”, embora haja quem pense o contrário. Pois, suas atitudes para com a Terra e suas reações ao ambiente têm variado através dos tempos e ainda variam entre regiões e culturas. O homem primitivo via a natureza como sinônimo de Deus, a exemplo de muitos povos “primitivos” de hoje e, portanto, ela devia ser temida, respeitada e aplacada. No mundo desenvolvido da atualidade, as abordagens para a mudança ambiental oscilam desde “se pode ser feito, faça-se” até a filosofia da “volta à natureza” dos mais extremados ecologistas. A tradição cultural tem desempenhado o seu papel na determinação do comportamento das pessoas em relação ao ambiente. Por exemplo, a região sudeste da China apresenta semelhanças ambientais com o sudeste dos Estados Unidos da América, mas são muito diferentes em termos de reação humana aos referidos meios ambientes. (DREW, 1986, p. 1).

Embora as atividades destinadas a alterar o ambiente, na sua maioria, tenham a intenção de ser benéficas, o grau de inter-relação dos fenômenos naturais aponta mudanças inesperadas, ou até reações em cadeia. A intensidade dessas alterações inadvertidas depende em primeiro lugar, do grau e suscetibilidade à mudança (sensibilidade) do próprio sistema.

Segundo Drew (1986), um dos aspectos mais importantes da relação sociedade-natureza é a relação do tempo. Em grande parte, o volume da população, as inovações tecnológicas e o impacto ambiental mantêm um nexo entre si. Um

avanço tecnológico, como a irrigação, permite a sobrevivência de mais gente, o que, por sua vez, leva à “colonização” de novas terras ou ao uso mais intensivo de áreas já ocupadas. Em qualquer das hipóteses, aumentará a influência do homem sobre o meio físico. A taxa de expansão demográfica era muito baixa até há pouco tempo, sendo admissível que, na pré-história, o incremento da população fosse condicionado pelos mesmos fatores que as populações de animais da selva.

Uma das conseqüências da aptidão cada vez maior da sociedade para criar o seu próprio ambiente foi a capacidade de manter uma população em crescimento constante, fenômeno que distingue o homem do restante dos seres vivos.

Efetivamente, os sistemas mudam com o tempo, mas em longa duração. Na escala humana do tempo, os sistemas naturais parecem estáticos, na sua maioria, mas até isso é verdadeiro apenas para efeito estatístico, já que, na realidade, os sistemas oscilam em torno de uma realidade média – estado conhecido como *equilíbrio dinâmico*.

Todos os sistemas naturais possuem elo fraco na cadeia de causa e efeito: um ponto em que o mínimo acréscimo de tensão (ímpeto de mudar) traz consigo alterações no conjunto do sistema.

Desta forma, torna-se evidente que as ações do homem não podem ser confinadas e que elas acarretarão conseqüências em muitas partes do meio físico, além do local da intervenção. Se ela vier a ter “bons” ou “maus” efeitos, em larga ou pequena escala, depende da natureza da mutação operada e do ponto do meio físico em que se aplicou a alteração.

Um exemplo bem ilustrativo, inclusive para este trabalho que atua com trilhas nas áreas naturais do município de Analândia, é o de uma trilha de pedestres sobre qualquer gramado em que mostra a noção de limiar.

O constante pisar compacta o solo, diminui o teor de infiltração e leva ao predomínio de plantas horizontais, rentes ao terreno. Quando a compactação atinge certo nível e o solo já está bastante nu, a chuva começa o trabalho de erosão. Antes desse estágio, se a passagem de gente diminuísse, a vegetação original voltaria a se refazer ao fim de algum tempo, mas depois dele a erosão retira a camada superficial do solo e os nutrientes vegetais, de modo que ainda plantas sobrevivem. Se o limiar da recuperação foi

ultrapassado e, mesmo que a trilha deixe de ser percorrida, a recuperação ao estado original é muito demorada. Se a trilha continua a ser utilizada, ela pode se transformar em um canal de água efêmero, aprofundando-se a cada chuva até chegar à rocha viva... (DREW, 1986, p.28).

O caso da trilha, ilustrada neste item, além de mostrar a desestabilização do sistema, também exemplifica outro aspecto do funcionamento dos sistemas – a existência de mecanismos que tendem a reforçar ou a diminuir a tendência de um sistema para as mudanças. São os chamados mecanismos de *retroalimentação* (*feedback*).

Entretanto, no contexto da interferência da sociedade na natureza, a abordagem sistêmica pode servir como meio de previsão das mudanças, de avaliação da sensibilidade dos sistemas naturais e de determinação dos pontos de interferência e dos limiares de sistemas que terão de ser modificados.

1.1.5 – Impactos ambientais

Segundo Troppmair (1988), considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, bem ou mal, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais. Além disso, entende-se por Impactos Ambientais alterações drásticas nas estruturas e fluxos no sistema Meio Ambiente, ocorridas em espaço de tempo reduzido.

Estamos perante um Impacto Ambiental quando as estruturas e os fluxos do sistema ecológico, social ou econômico são alterados profundamente no decorrer de um espaço de tempo muito reduzido. O termo reduzido deve ser analisado em função da escala temporal e das dimensões ou grandezas das alterações ocorridas. (TROPPMAIR, 1988, p. 51).

No Brasil, a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) envolve um conjunto de métodos e técnicas de gestão ambiental reconhecidas, com a finalidade de identificar e interpretar os efeitos e impactos sobre o meio ambiente decorrentes de

ações propostas, tais como: políticas, planos, programas, projetos, atividades, entre outros. A legislação brasileira (Resolução nº 01/86, Art. 5º - Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA) abriu espaço para um procedimento mais abrangente da AIA (Avaliação Estratégica). A forma atualmente praticada no País está voltada à ponderação das consequências funcionais locais de determinada ação (AIA aplicada a projetos/atividades).

A AIA constitui-se num valioso instrumento no processo de decisão para empreendedores, especialmente no que se refere:

- à seleção de alternativas de desenvolvimento da ação proposta, permitindo, entre outros, a redução dos danos e custos de medidas de controle ambiental;
- à implantação de políticas ambientais nas empresas, onde os mecanismos da AIA são reforçados inclusive pelas iniciativas das Normas ISO 14.000; ao Poder Público, face à preocupação com problemas ambientais.

O CONAMA estabeleceu, através da Resolução 01/86, as definições, as responsabilidades, os critérios e as diretrizes para implantação da Avaliação de Impacto Ambiental – AIA.

Ainda de acordo com a Resolução 01/86 (BRASIL, 1986), a AIA se consubstancia, principalmente, mediante a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e da publicidade/participação pública (fase de comentários e audiência pública), que subsidiam o processo de decisão do licenciamento ambiental. Observa-se que, estando a AIA incluída na fase de planejamento da ação, o EIA e o RIMA ficam condicionados à concessão da Licença Prévia (LP), que constitui a primeira instância do processo de licenciamento ambiental.

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA), segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (1987), define-se como: um estudo realizado por uma equipe técnica multidisciplinar destinada a analisar objetivamente as consequências da implantação de um projeto/empreendimento no meio ambiente. Esse estudo deve conter, no mínimo, a descrição do projeto, evidenciando as etapas: planejamento, construção, operação; a delimitação e diagnóstico da área de influência; a identificação, a mediação e a valoração dos impactos; previsão de situação ambiental futura; a

identificação das medidas para diminuição do impacto e da instalação de um programa de monitoramento desse impacto. O EIA tem natureza preventiva. Quando a obra, empreendimento ou atividade for potencialmente prejudicial ao meio ambiente e causadora de possíveis degradações, deverá ser realizado um estudo prévio que indique essas degradações e qual será o impacto no meio ambiente.

Embora existam vários conceitos de impacto ambiental e que são referenciais para melhor compreensão do assunto, tem-se aqui aquele referendado pela Resolução n. 001 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), de 21 de janeiro de 1986, (Brasil, 1986), que define e determina responsabilidades e critérios básicos para a elaboração do EIA.

Após o EIA existe as diretrizes para a elaboração do RIMA, Relatório de Impactos sobre o Meio Ambiente, que são estabelecidas em normas específicas do CONAMA e completadas pelos órgãos estaduais.

Este licenciamento, segundo o próprio CONAMA, compreende:

Licença Prévia; Licença de Instalação e Licença de Operação

Através dos EIA adquirem-se informações sobre efeitos causados pela exploração antes esta seja implantada. Estes EIA contemplam os seguintes pontos:

*Descrever a atividade e o status do meio ambiente no local em estudo;
Destacar conseqüências e o Parecer final sobre a execução ou não de tal atividade.*

Isto feito, para que a população possa ter acesso aos EIA, foi criado o RIMA - Relatório de Impacto Ambiental. Nele o EIA é resumido em uma linguagem clara e de fácil entendimento. Estes instrumentos foram os primeiros a serem criados para que, com antecedência, informem ao Poder Público e à sociedade sobre futuras atividades de impacto ambiental e para que se tomem as decisões corretas.

Daí, a importância do estudo e da consciência ambiental. “Durante o período da chamada Revolução Industrial não havia preocupação com a questão ambiental. Os recursos naturais eram abundantes, e a poluição não era foco da atenção da sociedade industrial e intelectual da época” (TROPPMAIR, 1988).

A partir da escassez dos recursos naturais, somada ao crescimento desordenado da população mundial e intensidade dos impactos ambientais negativos, surge o conflito da sustentabilidade dos sistemas econômico e natural, e faz do meio ambiente um tema literalmente estratégico e urgente. O homem começa

a entender a impossibilidade de transformar as regras da natureza e a importância da reformulação de suas práticas ambientais.

O turismo acelerado pelo processo de modernidade desencadeia um rápido processo de urbanização, que pode determinar a expulsão dos nativos das comunidades locais.

Enquanto a alteração natural é lenta, a atividade econômica resulta em modificações rápidas; assim, a atividade turística contribui, como parte que é da atividade econômica, para alterar o ecossistema.

Assim, uma preocupação que deve estar sempre presente é que essa modificação ambiental seja compatível com a autodepuração dos ecossistemas, lembrando que os seres bióticos são capazes de realimentarem a vida, desde que obedecida a capacidade de autodepuração e auto-sustentação dos sistemas ecológicos. Como, a cada momento, o ser humano exige mais e mais recursos naturais, há, pois, que se conduzir a sua exploração, tomando-se essenciais cuidados com o meio ambiente.

Entretanto, na medida em que se utiliza racionalmente os recursos naturais, pratica-se uma boa política conservacionista, evitando o desperdício e minimizando o impacto ambiental, em favor de uma melhor qualidade de vida na Terra.

O grande desafio da humanidade é promover o desenvolvimento sustentável de forma rápida e eficiente. Este é o paradoxo: sabemos que o tempo está se esgotando, mas não agimos para mudar completamente as coisas antes que seja demasiado tarde. (INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO, 1987).

Hoje, grande parte da sociedade se posiciona como mera espectadora dos fatos, esquecendo-se de que somos todos responsáveis pelo futuro que estamos modelando.

“A educação ambiental estará definitivamente ancorada no turismo se ambos tiverem como propósito a busca do desenvolvimento individual a partir do confronto e da descoberta do outro, do diferente” (MENDONÇA, 1996). É preciso, portanto, encontrar caminho entre essa forte tendência à padronização e à massificação que se pode observar na atualidade.

Para a legal execução de uma atividade turística é necessário licenciar-se junto à Unidade da Federação – UF – na qual tal atividade será realizada, no caso junto à secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

O desenvolvimento sustentável da atividade turística virá se os elementos ambientais forem considerados em seus três aspectos, segundo Mendonça, (1996):

...através do conhecimento e respeito do meio natural, através da participação ativa das populações nativas tanto no planejamento como na implantação da atividade, e também através da abertura da possibilidade de um maior desenvolvimento da subjetividade dos indivíduos, a partir de suas viagens.

Sendo assim, a resolução dos conflitos ambientais, com avanços progressivos e retomadas sucessivas das discussões, função do avanço da conscientização dos diferentes setores, da melhoria técnica e tecnológica, dos entendimentos entre os negociadores, dos fatores de mercado, dos progressos institucionais e outros, implica em conceber a construção do desenvolvimento sustentável como um processo gradual e qualificado (CUNHA, 1996).

1.1.6 – Desenvolvimento sustentável, planejamento e turismo sustentável.

A seguir, pretende-se expor os diferentes termos e conceitos que foram utilizados no diagnóstico e nas propostas nos capítulos adiante, servindo para dar coerência e consistência segundo os princípios do desenvolvimento sustentável.

Sachs (1993) considera o termo *desenvolvimento sustentável* como uma atualização do ecodesenvolvimento usado desde a década de setenta. Sachs (2004) considera também que, para se planejar o desenvolvimento, devem ser consideradas simultaneamente as cinco dimensões, ou “pilares” deste desenvolvimento, que são: social, ambiental, territorial, econômico e político.

- Social: fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de disrupção social que paira, de forma ameaçadora, sobre muitos lugares problemáticos do planeta;
- Ambiental: baseada no duplo imperativo ético da solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras, com suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da

vida como provedores de recursos e como “recipientes” para a disposição de resíduos);

- Territorial: relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades;
- Econômico: sendo a viabilidade econômica a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam;
- Político: a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; pois, a liberdade faz toda a diferença.

Porém, para que existam esses cinco “pilares” do desenvolvimento sustentável há sete critérios de sustentabilidade (SACHS, 2002): social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica e política.

- Sustentabilidade social: civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; distribuição de renda justa, reduzindo o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres; emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; igualdade de acesso aos recursos e serviços sociais.
- Sustentabilidade cultural: mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição à cópias servis dos modelos alienígenas); autoconfiança combinada com abertura para o mundo.
- Sustentabilidade ecológica: preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis, ampliação da capacidade dos recursos da Terra; limitação do uso dos recursos não-renováveis ou o consumo de combustíveis fósseis; redução do volume de resíduos e poluição; autolimitação do consumo material pelos países ricos.
- Sustentabilidade ambiental: respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
- Sustentabilidade territorial: configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); melhorias do ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais;

estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento).

- Sustentabilidade econômica: desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; segurança alimentar; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; inserção soberana na economia internacional; deve se tornar possível pela alocação e gerenciamento mais eficientes dos recursos e do fluxo constante de investimentos públicos e privados.

- Sustentabilidade política: definida em níveis nacional e internacional; em relação ao nível nacional: democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; um nível razoável de coesão nacional. No nível internacional: eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional; um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco); controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; controle institucional efetivo na aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, prevenção das mudanças globais negativas, proteção da diversidade biológica (e cultural), e a gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade; sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de *commodity* da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

O autor (Sachs, 2004) destaca, ainda, que ocorre a materialização do ecodesenvolvimento quando as tecnologias incorporadas, o trabalho alocado e os recursos derivados do processo são provenientes do meio e reinvestidos em benefício dos atores sociais envolvidos de maneira direta.

E como avançar para uma sociedade mais sustentável? A resposta a esta pergunta foi discutida e difundida por Hernandez *apud* Nascimento (2004), que

acredita que a participação do cidadão, a descentralização do Estado (que é bem diferente de privatização, porque descentralizar passa a ser no sentido de dar mais poder às decisões locais e regionais, de diminuir o poder “centralizador” do Estado), o respeito às diferenças culturais, e a proteção do meio ambiente são as formas mais eficazes de ação rumo à sustentabilidade da sociedade.

Segundo Strong *apud* Sachs (1993), o mundo não seria o mesmo após a segunda Conferência da ONU para o meio ambiente e desenvolvimento humano, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992, conhecida como Rio-92. Foi um momento decisivo na busca de uma nova ordem internacional, baseada no desenvolvimento equitativo e na segurança ambiental, o início de um processo para estabelecer as bases de transição para o desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento e o meio ambiente estão indissolavelmente vinculados e devem ser tratados mediante a mudança do conteúdo, das modalidades e das utilizações do crescimento. Três critérios fundamentais devem ser obedecidos simultaneamente: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica. (Strong *apud* SACHS 1993).

A transformação do espaço em “produto” turístico requer uma crescente racionalidade, discussão e planejamento devido à competitividade, que se dá, atualmente, até em escala global. Ou seja, não deixar as massas e as demandas saírem da ordem do equilíbrio, evitando ao máximo a descaracterização do diferente e a banalização das diferenças. Essas racionalidades e competitividades, que afetam a organização de todos os setores produtivos, como forma de adequação e sobrevivência a um mercado globalizado, fazem do planejamento uma condição do sucesso de planos e políticas setoriais.

O planejamento pressupõe-se a necessidade de um processo decisório que ocorrerá antes, durante e depois de sua elaboração e futura implementação na localidade ou organização. Este processo de tomada de decisão na localidade deve conter, ao mesmo tempo, os componentes individuais e organizacionais (planejamento participativo), bem como a ação nestes dois níveis pode ser orientada de tal maneira que garanta certa confluência de interesses dos diversos fatores alocados na localidade.

Segundo Oliveira (1994)...

...”O processo de planejar envolve, portanto, um “modo de pensar”; e um salutar modo de pensar envolve indagações; e indagações envolvem questionamentos sobre o que será feito, como, quando, para quem, por que por quem e onde será feito. Toda atividade de planejamento..., por sua natureza, deverá resultar de decisões presentes, tomadas a partir do exame do impacto das mesmas no futuro, o que lhe proporciona uma dimensão temporal de alto significado”.

O propósito de um planejamento pode ser definido como desenvolvimento de processos, técnicas e atitudes administrativas, as quais proporcionam uma situação viável de analisar e avaliar as implicações futuras de decisões presentes em funções dos objetivos organizacionais que facilitarão a tomada de decisão no futuro, de um modo mais coerente, eficaz, eficiente e rápido. Dentro deste raciocínio, pode-se afirmar que o exercício sistemático do planejamento tende a reduzir a incerteza envolvida no processo decisório e, conseqüentemente, provocar o aumento da probabilidade de alcance dos objetivos e desafios estabelecidos. Além disso, o fato de o planejamento ser “um processo de estabelecimento de um estado futuro desejado e um delineamento dos meios efetivos de torná-lo realidade justifica que ele anteceda à decisão e à ação”. (OLIVEIRA, 1994).

Para ilustrar bem sobre o planejamento, pode-se citar 4 (quatro) princípios específicos do planejamento que são classificados por Ackoff (1974) como:

- Participativo: o principal benefício do planejamento não é seu produto, ou seja, o plano, mas o processo envolvido. Nesse sentido, o papel do responsável pelo planejamento não é simplesmente elaborá-lo, mas **facilitar o processo de sua elaboração pela própria localidade e deve ser realizado pelas áreas pertinentes ao processo.**
- Coordenado: todos os aspectos envolvidos devem ser projetados de forma que atuem interdependentemente, pois nenhuma parte ou aspecto de uma empresa ou localidade pode ser planejado eficientemente se o for de maneira independente de qualquer outra parte ou aspecto.
- Integrado: os vários escalões de uma empresa ou de uma localidade devem ter seus planejamentos integrados (como um plano diretor). Nas empresas ou

organizações voltadas para o ambiente, nas quais os objetivos empresariais dominam os dos seus membros, geralmente os objetivos são escolhidos de “cima para baixo” e os meios para atingi-los de “baixo para cima”, sendo esse fluxo usualmente invertido em uma empresa ou organização cuja função é servir aos seus membros.

- Permanente: essa condição é exigida pela própria turbulência do ambiente, pois nenhum plano mantém seu valor com o tempo.

É importante estar atento a estes princípios do planejamento, pois estes podem proporcionar bases mais sólidas para um processo decisório inerente ao planejamento e desencadear estratégias para sua futura implantação.

Para fins de estratégias de desenvolvimento do turismo em Analândia um dos tipos ou métodos de planejamento e o que acredita-se de uma forma simples que interessa para uma localidade tornar-se turística e ter “produtos” atraentes e diferentes é o planejamento estratégico, muito utilizado em empresas para se chegar aos produtos e projetos com uma maior eficiência, mas como neste trabalho coloca-se em um plano de estudo de localidade, utilizar-se-á o planejamento regional também, mas no sentido de estudar uma gestão de demanda adequada e equilibrada para a área de estudo.

De acordo com Oliveira (1994) o planejamento estratégico corresponde ao estabelecimento de um conjunto de providências a serem tomadas pelo responsável pela organização (neste caso o prefeito ou algum executivo indicado pelo próprio) para a situação em que o futuro tende a ser diferente do passado; entretanto o município ou a organização tem condições e meios de agir sobre as variáveis e fatores de modo que possa exercer alguma influência; o planejamento é ainda um processo contínuo, um exercício mental que é executado pela sociedade (prefeitura, órgãos privados, comunidade local e ainda intelectuais ou pesquisadores) independentemente de vontade específica de alguns.

O planejamento estratégico é imprescindível para realizar, de forma objetiva e eficaz, o desenvolvimento do turismo. Os seguintes itens propostos por Oliveira (1994) demonstram o que seria o resultado final de um planejamento deste tipo:

- Direcionamento de esforços para pontos comuns;
- Consolidação do entendimento por todos os atores participantes da missão, dos propósitos, das macroestratégias, das macropolíticas, da postura

estratégica, dos objetivos gerais, dos objetivos funcionais, dos desafios, das metas, das políticas e dos projetos, bem como indicar a elaboração do programa de atividades de várias unidades organizacionais que integram a estrutura organizacional.

Sendo assim, segundo Lombardo (1963 *apud* RODRIGUES, 1999) planejar é escolher os “melhores” meios para se obter determinados objetivos. Cabe, então, discutir este objetivo, o desenvolvimento turístico e, em última análise, o turismo na perspectiva do planejamento e do desenvolvimento sustentável.

Assim, de acordo com Trigo (1993), o turismo pode trazer inúmeros benefícios para a localidade, se bem conduzido por profissionais qualificados e capacitados para tal processo, por meio de um planejamento estratégico-territorial abrangendo uma capacidade local e regional, tais como: maior capital de giro, maior oferta de empregos diretos e indiretos, novas fontes de renda para pequenos produtores, criação de novas divisas econômicas, maior preocupação em relação à consciência política e cidadã e ao meio ambiente (sua conservação e proteção), crescimento da visibilidade desta localidade em relação a outras populações por meio do *marketing* turístico etc. Tudo isto demanda ao município responsabilidade de se organizar e planejar o turismo, juntamente com órgãos estaduais, federais, ONGs e também o setor privado, como os proprietários de terras, donos de meios de hospedagem e o setor de alimentos e bebidas, entretenimento, transportes, imobiliários, entre outros.

Todavia, um turismo mal organizado e mal planejado, principalmente no que se refere ao planejamento territorial, pode acarretar vários problemas para o meio, como, por exemplo, o saneamento básico deficitário que, muitas vezes, tem demanda multiplicada significativamente em épocas de alta temporada. Nesses períodos, principalmente os efluentes domésticos atingem números superiores à capacidade instalada dos serviços. Além disso, fica muito difícil organizar a coleta de lixo e locais para seu despejo. Outro exemplo é em relação às trilhas nos atrativos turísticos e em alguns recursos naturais que possuem potencial para serem visitados: deve-se produzir um estudo de capacidade de carga para que a erosão não atinja o local; outro problema acarretado pelo turismo desorganizado é em relação à população nativa que, freqüentemente, é afastada de seu local de moradia pela especulação imobiliária e de sua atividade remunerada original, ficando à

margem da economia local, assim não valoriza suas raízes culturais, submetendo-se aos novos valores que são trazidos pelos visitantes e pelos especuladores de mercado.

A crescente importância econômica do turismo é causa e consequência de sua ampliada necessidade de intervenção espacial. Para que o turismo possa acontecer, faz-se necessária a criação de um sistema de objetos, que estão relacionados à locomoção de pessoas, à sua hospedagem, às suas necessidades de alimentação, capaz de atender à demanda de ações que lhe são próprias do turismo. O conjunto resultante de sobreposição desses sistemas de objetos e de ações (Santos, 1997 *apud* CRUZ, 2002, p. 8) requeridos pelo uso turístico do espaço, distingue o lugar turístico da atualidade dos “outros lugares”.

Portanto, diversas particularidades caracterizam a relação turismo-território no que se refere à produção e ao consumo de territórios pelo turismo. Uma dessas especificidades diz respeito ao fato de o principal objeto de consumo do turismo, ser o espaço, entendido como o conjunto indissociável de objetos e de ações, fixos e de fluxos. Nenhuma outra atividade econômica consome espaço, como faz o turismo e esse é fator importante da diferenciação entre turismo e outras atividades produtivas. “É pelo processo de consumo dos espaços pelo turismo que se gestam os territórios turísticos” (CRUZ, 2002).

A apropriação primitiva de lugares por turistas pode ou não se desdobrar em uma apropriação organizada, ou seja, na inserção dessas localidades entre os destinos turísticos oficiais. O modo como se dá a passagem de uma para outra condição é que vai determinar a qualidade e a intensidade das transformações passíveis de ocorrer nesses territórios devido a seu uso pelo turismo.

Tem-se, do ponto de vista territorial e espacial, uma valorização seletiva dos territórios. “Os territórios são valorizados em função da sua acessibilidade, às vezes em função do *marketing*, que vende a sua imagem, e em função da natureza também, que se for bem vendida, digamos assim, é valorizada” (Becker, 1963 *apud* LEMOS, 1996, p. 184). Este novo significado da natureza está gerando um novo mercado em que os indivíduos não são submetidos ao *marketing* e ao turismo de massa, mas, sim ao desejo de retornar à natureza; o ser humano se insere na natureza sem deformá-la, sem depredá-la excessivamente; quer um retorno à natureza e faz isto em lugares específicos, em pontos seletivos.

Assim, um dos mecanismos mais eficientes para condução da organização do território e do desenvolvimento turístico equilibrado é, sem dúvida, um bom planejamento, que se entende como uma atividade que procura estabelecer condições para evitar ou minimizar os problemas futuros. O planejamento territorial ressalta a importância da soberania, do poder na (re)organização do espaço.

Para tanto, o conceito de turismo sustentável foi desenvolvido para evitar os riscos que a condução inadequada da atividade pode provocar no meio. O turismo sustentável, segundo Krippendorf (1989), é visto como uma triangulação entre destinações, turistas e prestadores de serviço. Para haver este equilíbrio, deve-se proteger a cultura e as características das comunidades receptoras; as paisagens; a economia; o crescimento a longo prazo da atividade turística, que estimulará a qualidade da experiência vivencial buscada pelos visitantes; a compreensão, a liderança e a visão a longo prazo entre os empreendedores.

O turismo sustentável deve, portanto, considerar:

...a gestão de todos os ambientes, os recursos e as comunidades receptoras, de modo a atender às necessidades econômicas, sociais, vivenciais e estéticas, enquanto a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica dos meios humano e ambiental são mantidos através dos tempo. (GLOBE'90, 1990).

O desenvolvimento da atividade turística qualificada de sustentável:

...exige a incorporação de princípios e valores éticos, uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios, e um novo modelo de implementação de projetos, centrado em parceria, co-responsabilidade e participação. (IRVING, 2002).

Para um turismo sustentável, sua implantação e o pleno funcionamento estão intimamente ligados ao planejamento territorial, pois, atuará na organização de planos de manejo de áreas naturais com atrativos turísticos e outras áreas com potencial para tal. O ecodesenvolvimento, definido por Sachs (1993) como “o desenvolvimento socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente prudente” também faz parte desta implantação.

Segundo Ruschmann (1991 *apud* RODRIGUES, 1999),

a preservação do meio depende de uma política turística eficaz e deve considerar, entre outros fatores, a condução racional da ocupação territorial pelas facilidades turísticas e equipamentos de lazer e o controle do seu crescimento sem medida, visando resguardar a atratividade e a originalidade das atrações para as gerações futuras.

Além disso, para se promover um relacionamento harmonioso entre turismo e a conservação ambiental, (Ruschmann, 1991 *apud* LEMOS, 1996) recomenda: desenvolver um turismo sustentável ou ecologicamente correto; determinar a capacidade de carga, que deve constituir a base para um planejamento do turismo em áreas com recursos de fragilidade e beleza consideráveis; fazer um zoneamento detalhado dos recursos naturais propícios ao turismo, identificando e classificando as diferentes áreas de acordo com a fragilidade do ecossistema, a fim de estabelecer critérios que irão liberar ou proibir a sua utilização turística; desenvolver uma educação ambiental voltada ao turismo com os turistas e com as comunidades naturais (receptoras); realizar estudos dos impactos ambientais (EIA) e seus respectivos relatórios (RIMA), instrumentos importantíssimos para a conservação dos recursos naturais com potencial turístico; intensificar a fiscalização dos empreendimentos e programas voltados ao turismo e, por fim, capacitar sempre os recursos humanos. Pode-se, assim, conciliar turismo e meio ambiente, com planejamento e organização territorial.

Reforçando essas considerações, há que se ter em conta que o espaço passa a ser matéria-prima do turismo, com as condições geográficas desempenhando importante papel. As condições naturais, o patrimônio histórico e cultural, os elementos técnico-científicos, a organização econômica e social são os critérios geográficos que intervêm, isoladamente ou em combinações, na produção e localização dos espaços turísticos.

Contraditoriamente, a competitividade entre lugares turísticos, em vez de instigar a valorização à diferença, como a cultura popular local, está gerando padronização e similitude. “Quem quer que costume viajar bastante, já percebeu como vários itens se repetem, numa chamada ‘ordem internacional’ no mundo do turismo” (Yázigi, 1996 *apud* CRUZ, 2002 p.158). As (inquietantes) semelhanças

paisagísticas entre lugares produzidos pelo turismo revelam que há algo de internacionalmente ordinário nesses lugares (Urry, 1996 *apud* CRUZ, 2002) e se há uma tendência nova à diferenciação, promovida por uma divisão internacional dos lugares turísticos, essa tendência ainda está para produzir lugares menos ordinários e quem sabe mais autênticos. Devido a isto, este trabalho toma como estudo de caso um território (o município de Analândia) por ter um processo ainda incipiente e pouco intensivo, representativo de muitos outros no Estado de São Paulo.

1.1.7 – Procedimentos metodológicos e material

Etapas da pesquisa

- Levantamento e análise de documentações bibliográfica e cartográfica encontradas em bibliotecas, prefeituras municipais, arquivos e afins. (focalizando temas como planejamento territorial; estudo da sustentabilidade e a viabilização da prática do turismo sustentável na região);
- Visita à área de estudo, realizando entrevistas com funcionários da Prefeitura Municipal de Analândia e órgãos privados ligados ao Turismo.
- Compilação e análise dos dados e informações obtidas nas entrevistas (análise integrada campo-gabinete) e espacialização dos resultados;
- Elaboração de relatórios técnico-científicos preliminares;
- Levantamento cartográfico de gabinete/campo e análise cartográfica, junto ao Laboratório de Geomorfologia do Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento da UNESP/Rio Claro e também a organização da carta-base da área, com a temática turística, apontando os principais atrativos turísticos da área;
- Análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*) (pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e riscos). Segundo Ghemawat (2000) a SWOT começou a ser desenvolvida nos anos 60, nas escolas americanas de administração. O objetivo inicial era focalizar a combinação das “forças e fraquezas” de uma organização com as “oportunidades e riscos (ameaças)” provenientes do mercado. Montana e Charnov, (1998 *apud* GHEMAWAT, 2000), explicam que esta abordagem avalia os pontos importantes para o planejamento. São realizadas pesquisas e os resultados obtidos são organizados em uma matriz SWOT. De acordo com Dornelas (2005),

atualmente a análise ambiental, baseada na SWOT é um fator fundamental na estruturação de um plano de marketing e turístico que dê o retorno esperado para a localidade. Uma vez identificadas as principais oportunidades e ameaças enfrentadas pela localidade, é possível caracterizar sua atratividade global. Além disto, a análise do tipo SWOT foi escolhida, dentre várias alternativas, para representar a análise final do trabalho por ser muito usual no mercado das consultorias em atividades turísticas, seja público ou privado, além de fácil entendimento e demonstram certos resultados relevantes e rápidos. Segundo as bases conceituais de Oliveira (1994), o autor demonstra antes de explicar a metodologia do planejamento estratégico, em sua obra, um quadro interessante e importante para provar uma evidência da escolha da análise SWOT nas metodologias aplicadas neste trabalho, que seria:

“Através do planejamento estratégico, a empresa ou organização espera:

- a) Conhecer e melhor utilizar seus pontos fortes. **Ponto Forte** é a diferenciação conseguida pela empresa que lhe proporciona uma vantagem operacional no ambiente empresarial (variável controlável).
- b) Conhecer e eliminar ou adequar seus pontos fracos. **Ponto Fraco** é uma situação inadequada da empresa que lhe proporciona uma desvantagem operacional no ambiente empresarial (variável controlável).
- c) Conhecer e usufruir as oportunidades externas e internas. **Oportunidade** é a força ambiental incontrolável pela empresa, que pode favorecer a sua ação estratégica, desde que conhecida e aproveitada satisfatoriamente enquanto perdura.
- d) Conhecer e evitar as ameaças/riscos externa e internas. **Ameaças/Riscos** são as forças ambientais incontroláveis pela empresa, que cria obstáculos à sua ação estratégica, mas que poderá ou não ser evitada desde que conhecida em tempo hábil...”. (OLIVEIRA, 1994 p60).

- Elaboração e apresentação final dos resultados da pesquisa e da dissertação.

Foram realizadas cinco visitas técnicas ao município de Analândia para: levantamento dos dados das posições geográficas dos principais atrativos turísticos com a utilização de GPS; elaboração de documentário fotográfico dos recursos e atrativos; pesquisas junto aos meios de hospedagem e ao Prefeito municipal de Analândia nos períodos de 2000-2004 e 2004-atual.

O Centro de Análise e Planejamento Ambiental – CEAPLA, da UNESP/Rio Claro, que desenvolve pesquisas e realiza o projeto do Atlas Ambiental da Bacia do rio Corumbataí, auxilia com materiais e pessoal para a realização dos projetos de pós-graduação, principalmente neste caso, que vem ao encontro da área de interesse do projeto do Atlas Ambiental.

Os materiais utilizados foram os seguintes:

- Material de Referências Bibliográficas;
- Cartas (Mapas) e outras imagens;
- Máquina Fotográfica;
- Computadores;
- Aparelho de GPS;
- Gravador.

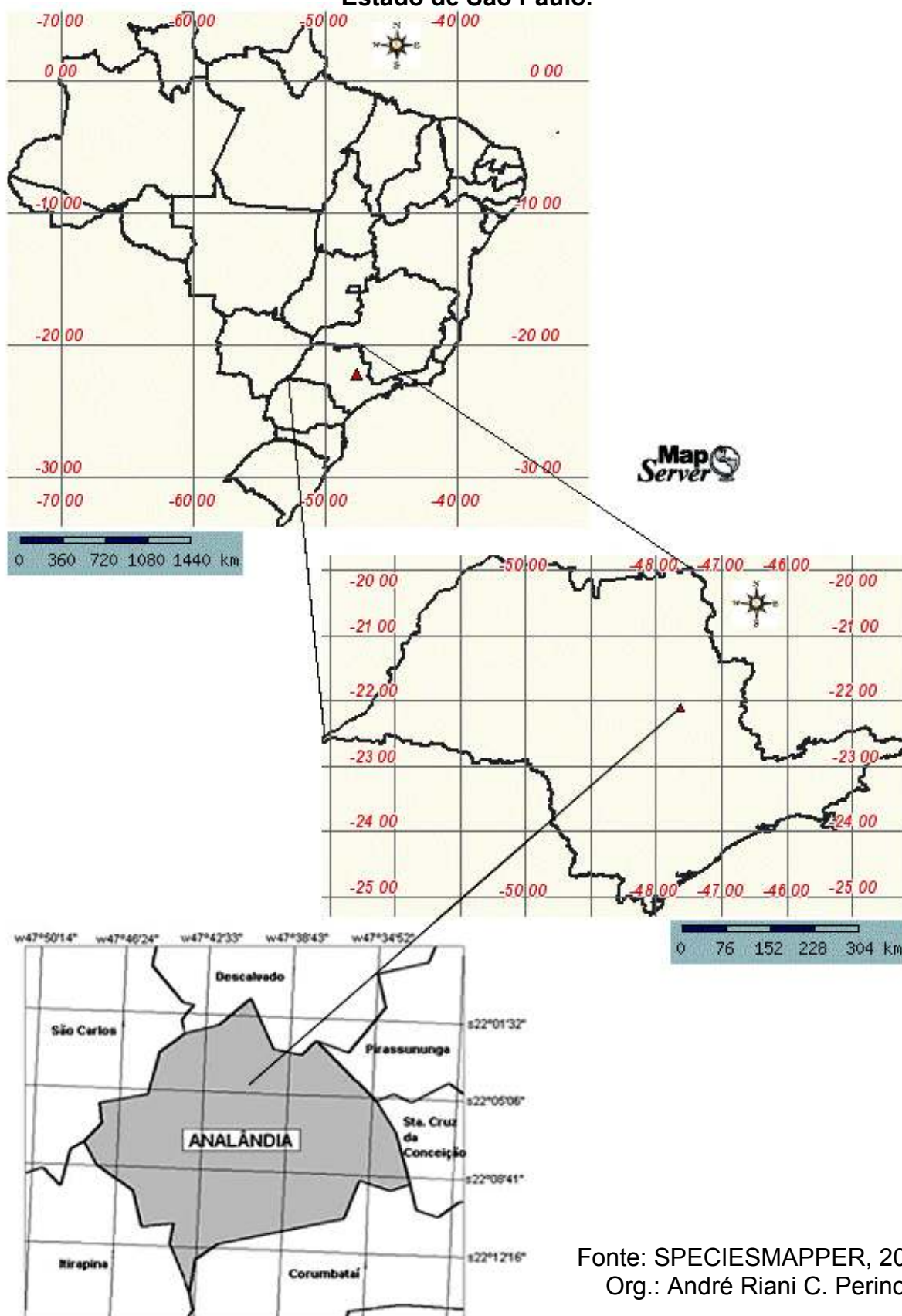
2- CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE ESTUDO

2.1 – Localização da área

A região estudada é o município de Analândia, com 3924 habitantes, (SEADE, 2005), no centro-leste do Estado de São Paulo (Figura 1), a aproximadamente 225 km da capital, com acesso pelas rodovias Washington Luís (SP-310) e Anhangüera (SP-330), ambas interligadas pela SP-225, onde se localiza o trevo de acesso a Analândia, a cerca de 16 km do trevo da rodovia Washington Luiz. O município está posicionado entre os paralelos 22°05' e 22°15' S e meridianos 47°50' e 47°30' W. Esta área limita-se ao norte com o município de Descalvado; a sul com os municípios de Corumbataí e Itirapina; a leste com os de Pirassununga e Santa Cruz da Conceição, e a oeste com São Carlos (Figura 1). A região insere-se na bacia do rio Corumbataí (Figuras 2) e constitui-se nos setores de nascentes do rio Corumbataí, posicionadas ao norte e nordeste da área urbana do município.

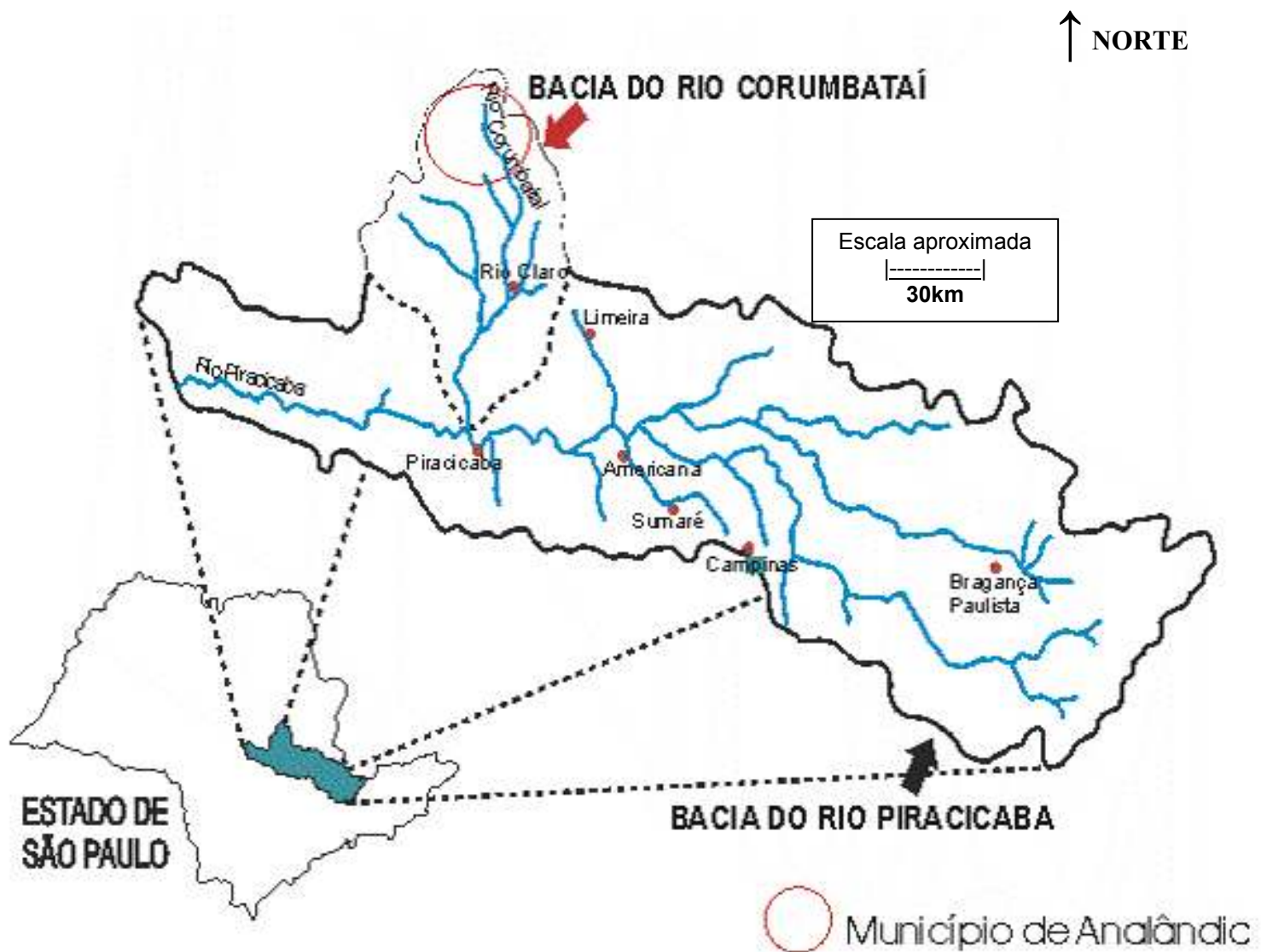
A área estudada é berço do rio Corumbataí, através de múltiplas nascentes (Foto 1), localizadas na Serra de Santana, a cerca de 800 m de altitude. Dentre os cursos fluviais que constituem a alta bacia encontram-se os córregos do Veado, do Retiro, do Vavaleio, da Nova América, São Francisco, Olaria, Santa Terezinha e outros menores. O rio Corumbataí deságua no rio Piracicaba que é afluente do rio Tietê, uma das principais artérias fluviais do Estado de São Paulo.

Figura 1 – O município de Analândia e municípios limítrofes no Estado de São Paulo.



Fonte: SPECIESMAPPER, 2006
Org.: André Riani C. Perinotto

Figura 2 – Esquema da Bacia hidrográfica do rio Corumbataí e sua localização na Bacia do rio Piracicaba, no Estado de São Paulo; o município de Analândia encontra-se no extremo norte da Bacia hidrográfica do rio Corumbataí.



Fonte: IRCF, Carta Topográfica, 1:50000
CFAPI A. Base de Dados digital.
Atlas Ambiental da Bacia do Rio Corumbataí
(CEAPLA/IGCE – UNESP/Rio Claro, 2001).



Foto 1 – Uma das nascentes do rio Corumbataí. Alta Bacia, a NW de Analândia (André Perinotto, 2002).

2.2 – Aspectos ambientais

O alto curso do rio Corumbataí é encachoeirado e flui em vales estreitos e profundos, proporcionando paisagens notáveis e a prática de esportes radicais como, por exemplo, o *canyoning*.

As freqüentes rupturas topográficas existentes ao longo dos canais fluviais que integram a alta bacia do rio Corumbataí possibilitam a ocorrência de inúmeras quedas d'água que são consideradas patrimônios naturais por seus atrativos turísticos. Estas feições comuns na região constituem-se no principal potencial a ser explorado racionalmente.

De acordo com Guerra e Guerra (1997) existem diferentes tipos de quedas d'água:

- Saltos: (Corredeiras) denominação genérica dada a todos os tipos de desnivelamento ou degraus encontrados no perfil longitudinal; alguns autores definem salto como sendo apenas uma queda súbita das águas de um rio, como havendo uma separação da parte superior da inferior.

- Cascatas: sucessão de pequenos saltos em um curso d'água onde aparecem blocos de rochas.
- Cachoeiras: queda d'água no curso de um rio, ocasionada pela existência de um degrau no perfil longitudinal do mesmo.
- Cataratas: quebra ou degrau no perfil longitudinal de um rio, produzindo grande queda d'água.

De acordo com Zaine (1995), nos canais fluviais que integram a bacia do rio Corumbataí, são encontradas rupturas do tipo cachoeira e corredeira.

As dificuldades encontradas para se vislumbrar uma queda d'água na região são grandes, pois os donos de terras fecham os acessos a elas, ou desviam as trilhas já existentes para locais não demarcados em mapas, fazendo assim com que a área perca parte de seu atrativo.

Outros atrativos têm grande importância como a paisagem notável representada pelas escarpas da cuesta e pelos morros testemunhos.

Convém esclarecer que, geomorfologicamente, cuesta significa uma forma de relevo esculpida em rochas sedimentares, em estruturas concordantes e sub-horizontal (até 35°). A Serra de Santana, inserida em parte do município de Analândia, constitui-se num relevo de cuesta.

Os morros testemunhos são relíquias que indicam áreas preteritamente ocupadas pela cuesta antes desta recuar, paralelamente a elas mesmas, pela ação da dinâmica erosiva.

Os rios da alta bacia do rio Corumbataí têm seu regime fluviométrico controlado pelas precipitações pluviais que, na área, têm o seu máximo entre outubro e março, período este que corresponde à primavera e ao verão. O período de seca compreende os meses de abril a setembro, período este que corresponde ao outono e o inverno (BRINO, 1973).

Analândia encontra-se sob um “clima tropical de altitude - C_{Wa} que, segundo Köppen, é caracterizado por apresentar temperaturas médias entre 18 e 23°C” (TOREZAN, 1994), podendo ter um inverno com temperaturas abaixo de 18°C, em média. De acordo com Brino (1973), o clima encontra-se subordinado a dois tipos de massas de ar de dinâmica antagônicas: uma quente e úmida vinda do Atlântico e

outra fria e seca (polar) que, ao chegar na região, perde a força, porém causa frio e costuma estacionar na região proporcionando um clima agradável e ameno.

Com relação aos tipos litológicos, segundo Zaine (1995), ocorrem na área, siltitos, argilitos, arenitos e conglomerados, estes dispostos em manchas, que cobrem um intervalo de tempo que se estende do Permiano ao Quaternário. Os terrenos vinculados à alta bacia do rio Corumbataí, onde se situa o município de Analândia, encontram-se relacionados às formações Corumbataí posicionada em setores restritos do setor sul da bacia, Pirambóia, Botucatu, Serra Geral e Itaqueri que aflora mais para o noroeste da área. A Formação Corumbataí, cuja gênese pertence ao período Permiano, é caracterizada por litologias intercaladas, entre as quais argilitos (folhelhos cinza-arroxeados), siltitos e arenitos finos. A Formação Pirambóia, que data do Triássico, é constituída, predominantemente, de arenitos com matriz argilosa, com estratificações cruzadas de pequeno a médio porte. A Formação Botucatu, do Jurássico/Eocretáceo, caracteriza-se, marcadamente, por seus arenitos com estratificações cruzadas de grande porte, representando paleodunas em ambientes desérticos e, subordinadamente, sedimentos flúvio-torrenciais e lacustres. Exposições desta formação podem ser observadas na Serra do Cuscuzeiro, que é um marco e grande atração de Analândia; já na Formação Serra Geral, cuja origem data do Cretáceo inferior, o basalto se encontra intercalado com o arenito, propiciando as maiores elevações regionais e as quedas d'água.

A relação entre as unidades estratigráficas mencionadas é uma das responsáveis pelo aparecimento das quedas de água e das cavernas.

No contexto dos compartimentos geomorfológicos do Estado de São Paulo, a área particularizada na presente pesquisa, encontra-se nos limites das Cuestas Basálticas com a Depressão Periférica (Figura 3). A Cuesta constitui-se num tipo de relevo dissimétrico, constituído por uma sucessão de camadas com diferentes resistências ao desgaste e que se inclinam numa direção, formando um declive suave e um corte abrupto ou íngreme na chamada frente de cuesta (GUERRA, 1969 *apud* TOREZAN, 1994). Parte da área insere-se na Depressão Periférica que

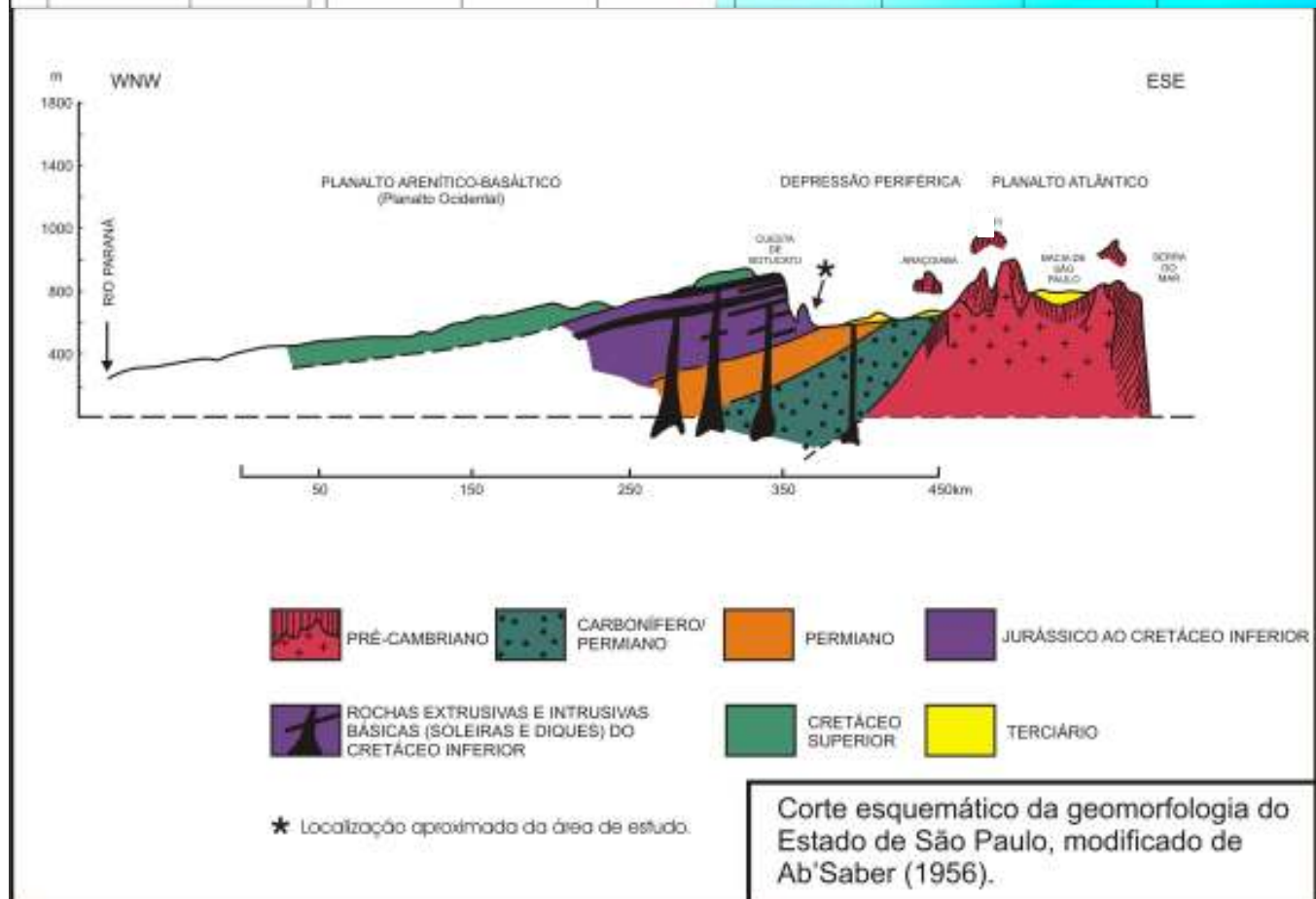
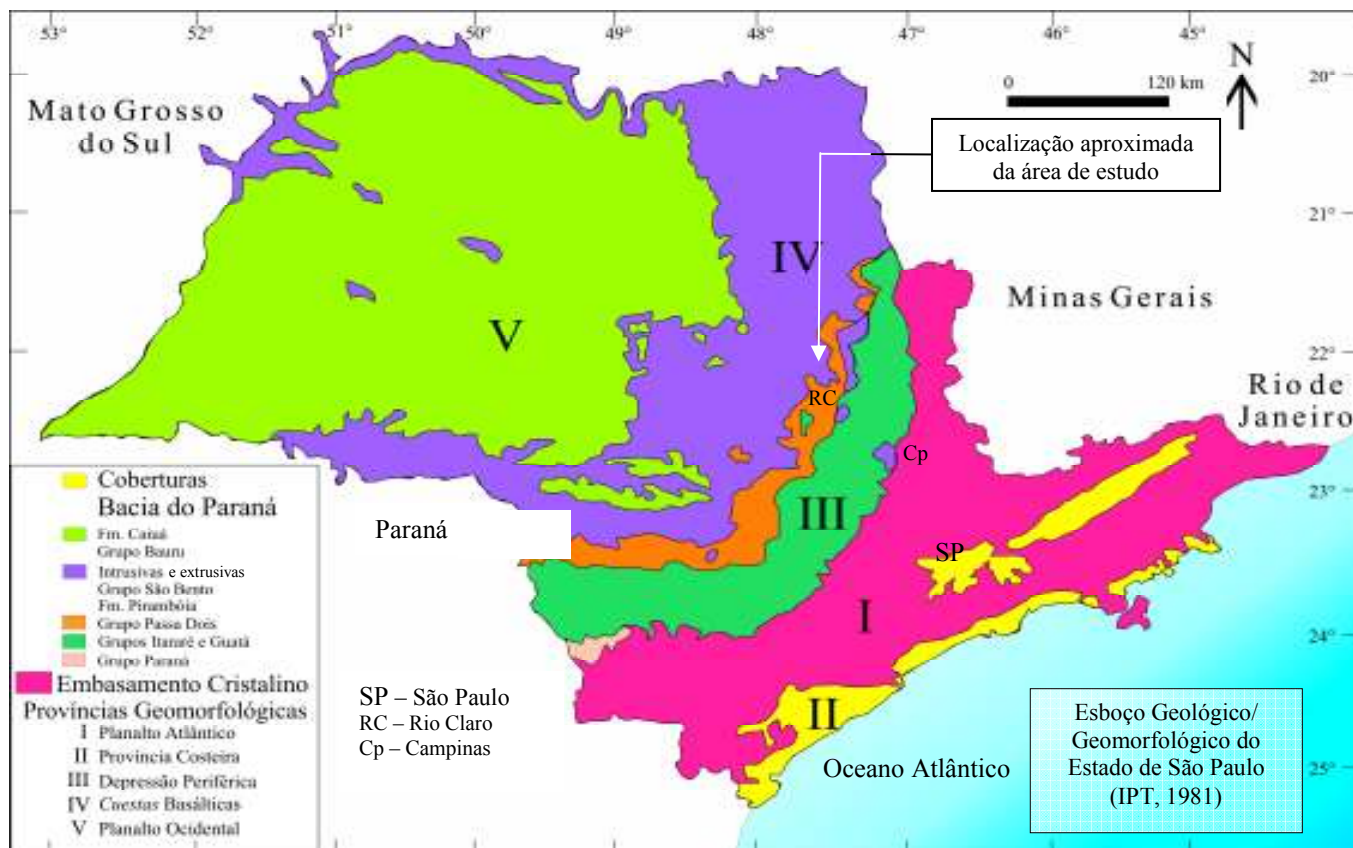
é constituída basicamente por sedimentos paleozóicos com áreas expressivas de intrusões de rochas básicas que refletem em sua topografia, um compartimento rebaixado, com amplitudes topográficas pequenas, mas

ligeiramente superiores às do planalto (TOREZAN, 1994).

Segundo Zaine (1995):

A faixa de cuesta ocorre acompanhando o limite Oeste da Bacia do rio Corumbataí na Serra de Itaqueri e os limites Noroeste e Norte, na Serra de Santana (dos Padres) e Serra do Cuscuzeiro. Estas feições proeminentes no relevo, com desníveis de 100 a 300 m, atingem cotas de até 1.000 m nas Serras de Itaqueri (Ipeúna, Itirapina) e do Cuscuzeiro.

Figura 3 - Localização da área em relação aos compartimentos de relevo do Estado de São Paulo



De acordo com Fernandes, (1994)

A área possui solos arenosos e argilosos (litólicos), escarpas caracterizadas por alta declividade, fraturamento intenso devido a movimentos verticais e alúvios horizontais com os mais diferentes tipos de solos: latossolo roxo; latossolo vermelho-amarelo; podzólico vermelho-amarelo; terra roxa estruturada; areias quartzosas; litólicos e o plintolossolo concrecionário.

Este mesmo autor enfatiza que os solos profundos predominam na área de estudo e são de baixo potencial nutricional fazendo com que o Cerrado seja predominante na área.

O cerrado típico caracteriza-se por apresentar um estrato de árvores e arbustos, geralmente tortuosos, enegrecidos pelo fogo e de casca espessa, dispersos sobre a camada contínua de gramíneas que reveste o terreno. Porém existem várias outras fisionomias de vegetação dentro da extensa área de domínio do cerrado, que vão desde o campo limpo até as formações florestais. (BITENCOURT e MENDONÇA, 2004)

Segundo Coutinho (1978), o cerrado (Foto 2) é um complexo de formações vegetais que apresentam fisionomias e composição florística variáveis: campestres (campo limpo), savânicas (campo sujo, campo cerrado e cerrado *strictu sensu*), e florestais (cerradão), formando um mosaico ecológico. Ainda de acordo com Goodland e Ferri (1979), o cerrado é uma mistura de árvores baixas e um bem desenvolvido estrato herbáceo rasteiro. Segundo Baldini (1993), a vegetação de cerrado constitui-se em uma formação savânica lenhosa, de árvores, em geral retorcidas e raquíticas, de casca grossa e folhas coriáceas, encontradas dispersas em um revestimento de gramíneas e subarbustos.

A flora do cerrado não é completamente conhecida, embora grande número de espécies já tenha sido descrito (GOODLAND e FERRI, 1979). Estima-se que a biodiversidade do cerrado possa alcançar entre quatro mil e dez mil espécies vasculares, superior à grande parte de outras floras mundiais (AZEVEDO, 1995).

Apesar de ser o segundo bioma brasileiro em extensão geográfica o cerrado está sob uma frágil proteção legal, resumindo-se apenas ao disposto no Código Florestal e a algumas Unidades de Conservação. Diferentemente das Matas Tropicais, como a Atlântica e a Amazônica. (BITENCOURT e MENDONÇA, 2004).

De acordo com Zaine e Perinotto (1996), as áreas de vegetação natural representam cerca de 6% da área total de toda bacia do rio Corumbataí e seu valor é incontestável para o equilíbrio de todo o ecossistema da bacia. Saraiva (1993) esclarece que na área são poucas as ervas, e há muitas plântulas e indivíduos de pouca altura das espécies lenhosas mais comuns, indicando que está ocorrendo regeneração da vegetação arbórea e arbustiva, o que se constitui num bom sinal para o ecossistema da região e também para o turismo.



Foto 2 – *Árvore baixa e retorcida característica do Cerrado* (André Perinotto, 2002).

Segundo Toledo Filho (1984), apesar da baixa fertilidade dos solos onde se desenvolve o cerrado a proximidade dos centros consumidores e a topografia plana, que predomina nestas áreas, facilitam sua mecanização e recentemente suas áreas estão sendo ocupadas por atividades agropecuárias, principalmente cana-de-áçúcar, citricultura e gado bovino.

O solo em Analândia é, grandemente, ocupado por pastagens, cultura da cana-de-açúcar (Foto 3) e pequena parte é ocupada por reflorestamento de eucaliptos, porém a região do alto curso do rio Corumbataí ainda preserva e possui a

mata ciliar e partes da mata nativa que são patrimônios naturais, incluindo o cerrado em sentido genérico.

Os aspectos paisagísticos da região de estudo devem ser interpretados tendo-se o entendimento da complexidade que envolve os diversos elementos que os compõem (NOMURA, 1994).



Foto 3 – Uso do solo. Plantação de cana-de-açúcar (André Perinotto, 2002).

2.3 – APA: identificação e estado de conservação

A Constituição Federal brasileira, através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), define unidade de conservação como sendo: “Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000).

Segundo este órgão as Unidades de Conservação se dividem em dois grupos, cada um com características específicas:

I - Unidades de Proteção Integral: de uso indireto de seus recursos naturais

II - Unidades de Uso Sustentável: compatibiliza a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Dentre as categorias que constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável está a Área de Proteção Ambiental - unidade de conservação que pode ser constituída por terras públicas ou privadas.

A origem das Áreas de Proteção Ambiental está na Lei Federal nº 6.902, de 27 de Abril de 1981, que as instituiu como UC's. Por meio desta lei, o poder executivo pode declará-las com propósito de assegurar o bem-estar das populações humanas e manter ou melhorar as condições ecológicas de determinados locais do território nacional.

Na definição do SNUC (BRASIL, 2000) as APA's são áreas submetidas ao planejamento e à gestão ambiental e se destinam à compatibilização de atividades humanas com a preservação da vida silvestre, a proteção dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida da população local. Estas áreas podem ser declaradas tanto em propriedades públicas como em propriedades privadas.

Nelas, as atividades econômicas são permitidas dentro de parâmetros determinados em diretrizes jurídicas.

Segundo o SNUC, a Área de Proteção Ambiental - APA :

LEI No 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.
Cap II Art. 15. "A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. § 1º A Área de Proteção Ambiental é constituída por terras públicas ou privadas. § 2º Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Proteção Ambiental. § 3º As condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade. § 4º Nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público, observadas as exigências e restrições legais. § 5º A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido

pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento desta Lei. Art. 16. A Área de Relevante Interesse Ecológico é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza. (BRASIL, 2000)

A característica marcante das APAs é a possibilidade de manutenção da propriedade privada e do estilo de vida tradicional da região, onde programas de proteção à vida silvestre podem ser implantados sem haver necessidade de desapropriação de terras. Esta estratégia é compatível com a realidade brasileira, uma vez que a falta de recursos financeiros para a desapropriação de terras limita a implantação e consolidação de outros programas de conservação.

Segundo Andreozzi (1999), o principal elemento administrativo de uma área de proteção ambiental é seu conselho gestor. Até 1988, das dezoito APAs estaduais de São Paulo, somente cinco estavam regulamentadas: Ilha Comprida, Fazenda do Carmo, Várzea do Tietê, Jundiaí e Cabreúva, sendo que as APAs de Jundiaí e Cabreúva, por possuírem uma área contínua, têm um único conselho gestor.

Ainda de acordo com Andreozzi (1999), outro problema enfrentado pelas APAs de São Paulo é a sobreposição de áreas, tanto entre APAs federais e estaduais, como é o caso das APAs de Silveiras (estadual) e uma das áreas da APA da bacia do Paraíba do Sul, como entre APAs estaduais Corumbataí, Botucatu e Tejuapá, no seu Perímetro Corumbataí, e a Piracicaba-Juqueri-Mirim, na sua área I. O que à primeira vista pode representar uma suposta vantagem, através dessa sobreposição, com uma mesma área sendo duplamente fiscalizada, representa na verdade a possibilidade de que nenhum dos conselhos gestores (caso venham a ser constituídos) se responsabilize pela efetiva atuação na área, além de representar uma duplicação de tarefas quando da elaboração do zoneamento ecológico-econômico das APAs, podendo inclusive ocorrer a diferenciação de destinação de

uso de mesma área. Seria mais sensato que essas áreas formassem uma única unidade, portanto, de conservação.

É neste cenário que está inserida a APA Corumbataí, Botucatu e Tejuπά (Figura 4) que está subdividida em três perímetros: Perímetro Corumbataí – área: 272.692,09 ha; Perímetro Botucatu – área: 218.306,00 ha; Perímetro Tejuπά – área: 158.258,70 ha. Esta área de proteção foi criada em 1983, através do Decreto Estadual nº 20.960. Representa uma ampliação da área da APA Piracicaba-Juqueri-Mirim por acrescentar porções dos municípios de Descalvado, Pirassununga e a totalidade de Águas de São Pedro. Incluiu, ainda, áreas de mananciais do município de Itirapina, Brotas, Mineiros do Tietê, Dois Córregos, Torrinha, São Carlos, Analândia, São Pedro e Charqueada.

A APA Corumbataí, Botucatu e Tejuπά foi criada para proteger as cuestas basálticas, os remanescentes de vegetação de Cerrado e Mata Atlântica e as áreas de recarga do aquífero Guarani. Como unidade de uso sustentável, tem sua base econômica centrada, principalmente, no reflorestamento, na pecuária e agricultura e, recentemente, se tornado um novo pólo de citricultura.

Uma das características peculiares desta APA é o fato de estar em uma região onde aflora o aquífero Guarani. De acordo com o Atlas das Unidades de Conservação Ambiental do Estado de São Paulo (1998), 33% da área de afloramento deste reservatório abrangem os três perímetros desta APA. “Como na região os solos de areia quartzosas são freqüentes, o abastecimento do lençol é favorecido pela permeabilidade do solo, armazenando as águas pluviais, em contrapartida, são terras onde a vulnerabilidade e suscetibilidade aos processos erosivos se tornam fato presente” (FERREIRA, 2005)

Figura 4 - Localização das APAs Corumbataí, Botucatu, Tejuapá: perímetro Corumbataí.



Fonte: Atlas das Unidades de Conservação Ambiental do Estado de São Paulo - SMA -1998
Secretaria de Estado do Meio Ambiente / Coordenadoria de Planejamento Ambiental

O perímetro que interessará para fins de pesquisa neste trabalho é o do município de Analândia, onde o rio Corumbataí (principal rio da região) nasce (nascente principal) na Fazenda Estrela, percorrendo aproximadamente, 130 km até a foz (no rio Piracicaba). A área da bacia do rio Corumbataí é de, aproximadamente, 170.000 ha e conforme a legislação vigente, com dados obtidos pelo IPEF (Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais) deveria apresentar: – Uma reserva legal (20%) dos 34.000 hectares para a mata ciliar no rio Corumbataí, ou seja, 1.580 hectares, considerando uma faixa de 50 metros em cada lado; – Mata ciliar da rede hidrográfica da bacia (exceto o rio Corumbataí), ou seja, 985 hectares, considerando uma faixa de 30 metros em cada lado. Alguns estudos mostram que pouco resta da vegetação original, cerca de 6% da área total da bacia, dos quais sua maioria no município de Analândia, local da nascente do rio, com mananciais ainda bem conservados.

2.4 – Breve histórico

Segundo Silva (1978), as maiores transformações na paisagem natural do interior paulista ocorreram entre os séculos XIX e XX, período em que a economia do país se concentrava na atividade agrícola do café. A expansão da cafeicultura teve efeitos desastrosos sobre as paisagens paulistas. Antes de se fazer o plantio, praticava-se a derrubada da mata e a queimada dos resíduos florestais. Assim, a cobertura vegetal de várias parcelas do interior do Estado foi amplamente sacrificada.

O avanço da cafeicultura em direção à Depressão Periférica Paulista e Planalto Ocidental somente foi possível pela expansão ferroviária. As ferrovias desempenharam papel fundamental na expansão dessa atividade agrícola e, conseqüentemente, no processo de produção do espaço geográfico. A ocupação de todo Planalto Ocidental Paulista iria se processar entre as décadas de 1900 e 1950. Todavia, antes mesmo deste período, a ferrovia já atingia o município de Rio Claro, em 1876, fazendo assim a chamada “ponta de trilho” e prenunciando o que estava para ocorrer nas próximas décadas. Assim, em menos de três anos este trajeto foi ampliado, chegando até a vila de Annápolis (antigo nome da cidade de Analândia). Com a inauguração do trecho ferroviário entre Rio Claro e São Carlos, aos 15 de outubro de 1884, pela Companhia Rio-Clarense, a antiga Analândia recebia a estação ferroviária que, inicialmente, levava o nome de Cuscuzeiro, nome dado ao povoado ainda pertencente ao município de Rio Claro (Ferreira, 2005).

Como surgiu o nome de Analândia? Analândia foi fundada com o nome de Cuscuzeiro, na época um humilde povoado, em 20 de outubro de 1887, devido à forma característica do pico que marca a paisagem próxima à cidade. A 17 de dezembro de 1890, o povoado passou a se chamar Annápolis, em homenagem a Sant’Ana, padroeira da localidade. Como Annápolis, granjeou notoriedade nacional pelo excelente café que produzia. No ano de 1897, por força da Lei nº 505, foi esse distrito elevado a município, ainda no mesmo ano a primeira Câmara de Vereadores foi instalada. Em 19 de dezembro de 1906, a vila de Annápolis, sede do município e do distrito do mesmo nome, foi elevada à categoria de cidade; já em 1944, devido à dualidade de nome entre municípios brasileiros, foi mudada a denominação de Anápolis para Analândia pela Lei Federal nº 14.334 e, em 1966, devido à qualidade

de sua água e, principalmente, do seu clima, o município passou à categoria de Estância Climática.

A cafeicultura havia penetrado o interior do Estado e se constituía no principal fator de impulso do desenvolvimento capitalista no Brasil. As relações de produção geradas em torno dessa economia se deram a partir de um conjunto de fatores, dentre eles: a implantação do sistema ferroviário, possibilitando uma maior articulação da produção, escoamento e integração espacial; o estímulo dado à imigração estrangeira, formando um mercado de trabalho baseado em relações assalariadas e centrado, principalmente, na cafeicultura; e o crescimento urbano, que acompanhava o desenvolvimento do sistema comercial e industrial do Estado (SILVA, 1978). Foi nesse contexto da economia cafeeira, em sua marcha para o oeste paulista, que nasceu o município de Analândia.

De acordo com dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Analândia (2005), ao longo da história do município, a população pouco cresceu, fato que pode ser explicado pelo inexpressivo desenvolvimento das estruturas industriais e comerciais capazes de atrair fluxos de imigração. Segundo relatório do SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados), (SÃO PAULO, 2005), o número de habitantes é de cerca de 3.924, dividindo-se em 3.085 na área urbana e 839 na área rural.

Apesar da “vocação” (potencialidade) turística favorecida pelas características naturais da região, a produção econômica concentra-se, principalmente, nas atividades agropecuárias, que passaram por uma diversificação nas últimas décadas. De acordo com dados do SEADE, (SÃO PAULO, 2005), em 2003, haviam 210 estabelecimentos rurais voltados, principalmente, para a pecuária de bovinos e de suínos e lavouras de laranja, cana-de-açúcar e café. É importante notar que, com o parcelamento das terras, cresceu o interesse por pequenos lotes que não estão propriamente vinculados à produção rural, mas sim às atividades de lazer.    possível identificar uma tendência voltada à economia imobiliária que, gradativamente, encontra possibilidade de negócios com a venda de pequenas propriedades.

2.4.1- Hino do município de Analândia

Os trechos significativos do texto do hino municipal de Analândia foram cedidos pela prefeitura e tem a letra de Pedro Levy, foi musicado por Dyrceia Ricci Cirrochi e orquestração de Mario Tintori:

“...Encantam tuas montanhas, rios e matas
E o marulhar do Salto que embala e faz sonhar
Tuas tardes sublimes e lindas cascatas
E as águas serenas que correm para o mar...”
“...A jóia do Cuscuzeiro que é tão majestosa
E a do Camelo que dorme o sono eterno
Tuas manhãs de ar puro e gostoso
Viver no teu recesso é um prazer sempiterno...”.

Observa-se que neste hino municipal do município a natureza muito evidenciada e respeitada, podendo isto vir a ser um potencial a se trabalhar junto aos visitantes e à comunidade local como um atrativo turístico cultural e um patrimônio histórico. Utilizar este hino como um incentivo de educação ambiental ao visitante, demonstrar o quanto é importante para aquela população a natureza local e sua proteção.

2.5 – Economia

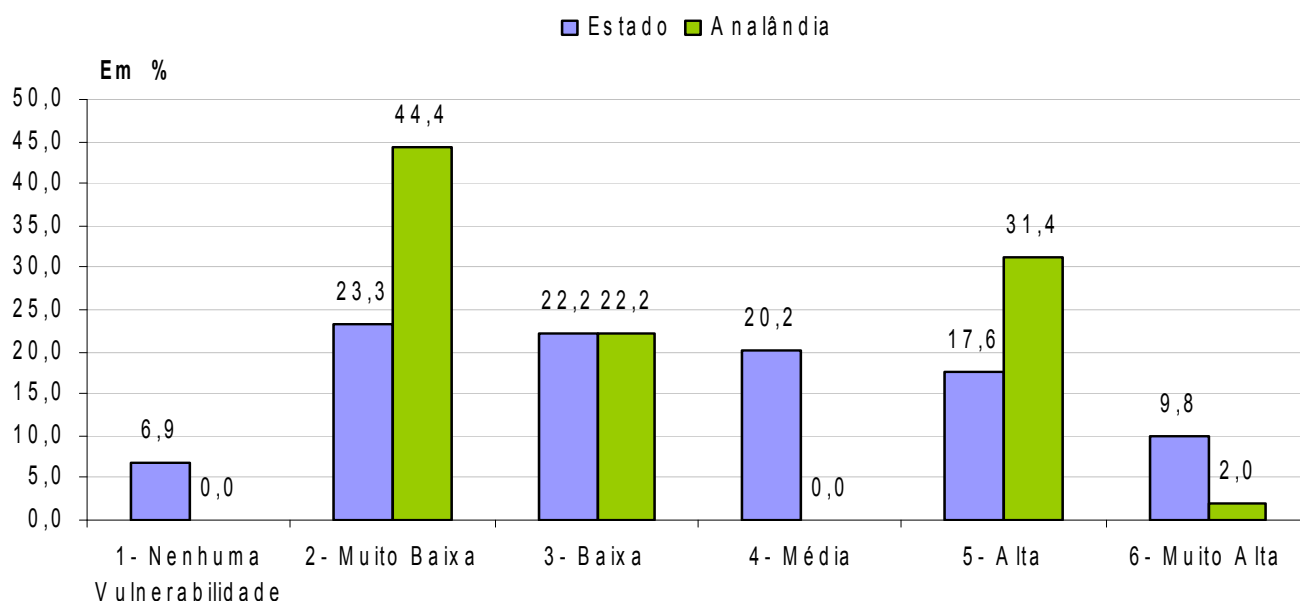
A economia regional é basicamente ligada à agropecuária, em numerosas fazendas com vastos pastos e gado. Possui manufatura de implementos agrícolas, produz em pequena escala, laranja, cereais, orquídeas e mel. Há um grande cultivo de cana-de-açúcar. Porém, as dificuldades de gerar renda e aumentar o número de arrecadações é grande em todo o país e não é diferente na região, que vem buscando novos modos de crescer e se desenvolver economicamente.

De acordo com dados fornecidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (*apud* FUNDAÇÃO, 2000), atualmente, a produção de café no município ocupa apenas 120 hectares, ao passo que, as lavouras de laranja e cana-de-açúcar cobrem respectivamente 2.250 e 2.000 hectares de terra, tal fato é reflexo das atuais mudanças da agricultura regional que hoje atende à demanda da produção de álcool, açúcar e suco concentrado (SÃO PAULO, 2005).

Uma análise das condições de vida dos habitantes de Analândia (FUNDAÇÃO, 2000) mostra que os responsáveis pelos domicílios auferiam, em média, R\$682,00 sendo que 57,6% ganhavam no máximo três salários mínimos. Esses responsáveis tinham, em média, 5,6 anos de estudo, 29,9% deles

completaram o ensino fundamental, e 9,6% eram analfabetos. Em relação aos indicadores demográficos, a idade média dos chefes de domicílios era de 47 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 13,8% do total. As mulheres responsáveis pelo domicílio correspondiam a 14,4% e a parcela de crianças com menos de cinco anos equivalia a 7,8% do total da população. As situações de maior ou menor vulnerabilidade às quais a população se encontra exposta estão resumidas nos seis grupos do IPVS (Índice Paulista de Vulnerabilidade Social), (Figura 5 - Gráfico), a partir de um gradiente das condições socioeconômicas e do perfil demográfico (Figura 6 - Tabela). As características desses grupos, no município de Analândia, são apresentadas a seguir:

Figura 5 - Distribuição da População, segundo Grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS – 2000, Estado de São Paulo e Município de Analândia.



Fonte: Fundação Seade. IBGE. Censo Demográfico. 2000.

- Grupo 2 (vulnerabilidade muito baixa): 1.584 pessoas (44,4% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$675,00 e 54,5% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 5,9 anos de estudo, 91,7% deles eram alfabetizados e 33,7% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 48 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 11,1%. As mulheres chefes de

domicílios correspondiam a 13,9% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 6,5% do total da população desse grupo.

- Grupo 3 (vulnerabilidade baixa): 794 pessoas (22,2% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$778,00 e 49,3% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 6,4 anos de estudo, 92,9% deles eram alfabetizados e 38,2% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 47 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 17,3%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 18,2% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 8,3% do total da população desse grupo.

- Grupo 5 (vulnerabilidade alta): 1.119 pessoas (31,4% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$636,00 e 67,0% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 4,5 anos de estudo, 87,3% deles eram alfabetizados e 18,6% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 46 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 13,7%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 13,1% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 9,1% do total da população desse grupo. Indicadores que Compõem o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS

- Grupo 6 (vulnerabilidade muito alta): 72 pessoas (2,0% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$369,00 e 75,0% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 5,6 anos de estudo, 81,3% deles eram alfabetizados e 25,0% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 41 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 37,5%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 0,0% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 9,7% do total da população desse grupo.

Figura 6 (Quadro - 1) - Indicadores que compõem o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS - Município de Analândia, 2000

Indicadores	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social						Total
	1 - Nenhuma Vulnerabilidade	2 - Muito Baixa	3 - Baixa	4 - Média	5 - Alta	6 - Muito Alta	
População Total	--	1.584	794	--	1.119	72	3.589
Percentual da população	--	44,4	22,2	--	31,4	2,0	100,0
Domicílios particulares	--	433	225	--	306	16	980
Tamanho médio do domicílio (em pessoas)	--	3,7	3,4	--	3,6	4,5	3,6
Responsáveis pelo domicílio Alfabetizados (%)	--	91,7	92,9	--	87,3	81,3	90,4
Responsáveis pelo domicílio com Ensino Fundamental Completo (%)	--	33,7	38,2	--	18,6	25,0	29,9
Anos Médios de Estudo do Responsável pelo Domicílio	--	5,9	6,4	--	4,5	5,6	5,6
Rendimento Nominal Médio do Responsável pelo Domicílio (em reais até julho de 2000)	--	675	778	--	638	369	682
Responsáveis com renda de até 3 salários Mínimos (%)	--	54,5	49,3	--	67,0	75,0	57,6
Responsáveis com idade entre 10 e 29 anos (%)	--	11,1	17,3	--	13,7	37,5	13,8
Idade média do Responsável pelo Domicílio (em anos)	--	48	47	--	46	41	47
Mulheres Responsáveis pelo Domicílio (%)	--	13,9	18,2	--	13,1	0,0	14,4
Crianças de 0 a 4 anos no total de Residentes (%)	--	6,5	8,3	--	9,1	9,7	7,8

Fonte: Fundação SEADE. 2000. IBGE, Censo Demográfico.

Nota: Foram excluídos os setores censitários sem informação devido ao sigilo estatístico

2.5.1- Cana-de-açúcar

Devido ao tipo de solo já especificado nos aspectos ambientais da área, pode-se notar que é bem propício para o cultivo de cana-de-açúcar, uma monocultura muito antiga no Estado de São Paulo. Porém, apenas o espaço rural para o cultivo ou a pecuária não são suficientes economicamente, pois o setor primário da economia do Brasil não vem ganhando grandes incentivos fiscais. Com isso, alguns fazendeiros estão criando uma consciência preservacionista e

mantendo ilhas de mata nativa entre seus pastos e cultivos de cana para a manutenção da flora e fauna nativas, para assim aproveitar o setor terciário de serviços e recepcionar e entreter os visitantes de suas terras, com o turismo no meio rural.

2.5.2- A ovinocultura e sua importância

Uma atividade que vem se intensificando e tem atraído turistas é aquela relacionada com a ovinocultura (criação de carneiro) cuja lã é utilizada para vestimentas, acessórios, tapetes, entre outros.

A criação de carneiros vem se intensificando na região, principalmente no município de Analândia, onde o agronegócio é crescente na região. Vinculada a esta atividade acontecem feiras de artesanato e a Festa do Carneiro, que a partir de 2002 passou a ser realizada no mês de novembro, época mais favorável ao turismo face à ocorrência de inúmeros feriados. Além disso, os donos de terras da região estão buscando novos rumos econômicos de desenvolvimento sem ser a tão difundida cana-de-açúcar, investindo não só na agropecuária, mas também no turismo.

O projeto desenvolvido por Rejane Clasen, há mais de 10 anos, introduziu em Analândia, oficinas de tecelagem manual, difundindo esta arte, que vai desde a tosquia do carneiro, passando pelo beneficiamento da lã de forma natural, com a limpeza, lavagem, cardação, fiação e tingimento, e finalizando com a tecelagem em tear manual machê, *patch work* e madeira.

2.6 – Infra-estrutura Básica

A área urbana de Analândia não conta com estação de tratamento de esgoto, que é lançado no rio Corumbataí que corta a cidade, porém, foi colocado em 2002, um coletor tronco de esgoto para lançar os resíduos após a queda d'água do Salto Major Levy. A construção de uma estação de tratamento de esgoto ainda não teve o local definido pela prefeitura local.

Segundo dados da Prefeitura Municipal de Analândia, a área urbana da cidade, na década de 1970, era composta basicamente de quatro bairros: o Centro, Jardim Bela Vista e Jardim Santa Izabel, na direção sudeste e Portal das Samambaias, na direção nordeste, sendo a área total desses bairros de, aproximadamente, 1.179 km². Percebe-se uma tendência de expansão urbana voltada para o lado nordeste da cidade, próximo ao bairro Portal das Samambaias

onde, na década de 1970, existiam grandes áreas vazias, além da existência de ruas e estradas não pavimentadas naquela direção.

Com a digitalização da planta cadastral de 2004, cedida pela Prefeitura Municipal de Analândia, pode-se observar a expansão da cidade em muitas direções, inclusive ocupando Áreas de Proteção Permanente (APP), próximas aos rios e córregos que cruzam a cidade. Doze novos bairros foram criados para abrigar uma população que passou de 2.292 habitantes na década de 1980, para 3.924 habitantes em 2005, de acordo com o SEADE (Figura 7). Os novos bairros são: Alto da Boa Vista, Jardim Progresso, Núcleo Habitacional Nova Esperança, Jardim Santo Antonio e Jardim das Laranjeiras, em direção ao norte da cidade; Jardim São Carlos, em direção ao noroeste; Estância Nova Analândia, em direção ao sudoeste; Jardim Santana, Jardim Veraneiro e Jardim Morada do Sol, em direção ao sudeste e Parque Residencial Santa Rita do Campestre, na direção leste. Bairros como os do Centro e do Portal das Samambaias também tiveram um pequeno acréscimo de área, sendo que a área urbana de Analândia, em 2004, passou a ter 2.983 km². Com isso, percebe-se que a cidade de Analândia, de maneira geral teve uma expansão urbana de 1.804 km², o que mostra um crescimento que levou à duplicação da área ocupada pela cidade em 30 anos.

Figura 7

MAPA SÍNTESE DA EXPANSÃO URBANA DE ANALÂNDIA (SP) ENTRE 1979-2004



Na zona rural, algumas casas ainda não possuem eletricidade. Na área da saúde, Analândia conta com um Hospital/Maternidade, duas drogarias, seis dentistas em seu efetivo e nenhum médico com clínica própria.

As instituições e órgãos de segurança são: uma delegacia das polícias Civil e Militar, Defesa Civil municipal e empresa de Segurança Nova Analândia, que é responsável pela vigilância do bairro homônimo.

O transporte rodoviário é feito pela empresa viação Bonavitta (VB), com sede em Rio Claro, com três viagens ao dia, duas no período da manhã e uma à tarde, de Analândia a Rio Claro e de Analândia a Pirassununga e vice-versa em ambos os casos.

Visto e colocado nos itens anteriores sobre a conceituação de termos importantes e de relevância para o trabalho e a caracterização da área de estudo, provê-se a seguir a caracterização geral do turismo na área de estudo (município de Analândia).

3 - CARACTERÍSTICAS GERAIS DO TURISMO EM ANALÂNDIA

3.1 - Planejamento e desenvolvimento regional para o estudo da demanda do Turismo

Na obra de Hilhorst (1975), em que estuda planejamento regional e seu desenvolvimento, existem 5 proposições, que compreendem a essência das teorias de desenvolvimento regional:

- “O crescimento regional resulta de um conjunto de decisões provenientes de **dentro** da região, e que conduzem ao comércio inter-regional. Os seus resultados, visando ao crescimento **auto-sustentável**, dependem da capacidade da região de diversificar sua estrutura econômica e de minimizar efeitos de polarização exercidos pela **região primaz**. O setor de **exportação** determinará a infra-estrutura da região, durante as primeiras fases do desenvolvimento regional”

Neste item a região em que se insere o município de Analândia e a atividade turística pretendida, no caso o turismo como setor de exportação, pois o capital vem de fora do município, visa-se uma região primaz evitando uma polarização e atraindo novas demandas, mas sempre deve-se levar em conta a auto-sustentabilidade e em conjunto decisões para equilibrar e melhorar o comércio inter-regional, atraindo assim novos investimentos e demanda.

- “O crescimento regional, como todo crescimento econômico, é acelerado pela **especialização** e pela criação de **economias de escala**, que conduzem a uma determinada estrutura espacial de centros”.

A especialização passaria para o turismo e seus adjacentes, como: rede hoteleira, restaurantes, transporte, manutenção dos atrativos turísticos e recursos naturais e a criação de economias de escala, passando pelas diferentes formas de demanda e público, visando sempre a auto-sustentabilidade regional e a conservação dos recursos.

- “Será estabelecida uma certa **hierarquia** dentro da estrutura dos centros, explicada, por um lado, pelas forças administrativas e, por outro lado (e principalmente), pelo desejo de minimizar, por parte dos produtores e

consumidores, os custos de transportes. Além disso, **acidentes naturais e fatores políticos** podem, também, ser relevantes.

Explica-se através das hierarquias os tamanhos dos municípios da região, seus potenciais, um exemplo: Campinas, um município com grau de desenvolvimento elevado e com uma população grande, serve de demanda para Analândia, pois está inserida na região próxima, assim Analândia serve de oferta de mercado turístico para municípios da região, mas principalmente para o público alvo de municípios de escalas maiores dentro da hierarquia regional.

- “O processo de desenvolvimento regional culmina quando as atividades espacialmente distribuídas e especializadas estejam internamente integradas e formam parte integral de um todo maior, que pode ser a nação”.

A própria frase já se explica, pois explica bem o processo do desenvolvimento regional e onde Analândia se encaixaria dentro desta região, fazendo parte desta distribuição espacial com atividades que visam estar integradas com a região do entorno.

- “Há muitas razões que explicam o não-desenvolvimento de uma região, ou o seu declínio, dentre as quais **a exaustão dos recursos naturais, a mudança estrutural da demanda e a deficiência da estrutura sociopolítica** são as mais importantes”.

Observa-se a importância deste trabalho, pois se visa aqui demonstrar propostas de conservação, educação (ambiental e responsabilidade sócio-política), uma estruturação de demanda adequada para atividade turística dentro de um município de pequena população, de pouco desenvolvimento econômico, mas com grande potencial turístico e de se desenvolver dentro da região.

Quanto mais elevado tenha sido o grau do desenvolvimento, quanto mais profundamente tenha sido alcançada a especialização, mais complicada será a cadeia de relações resultante. Sobre cada uma das atividades ou funções humanas, aplicando-se certos fatores locacionais, propiciando o surgimento de dispersão espacial dessas atividades. Assim, as várias funções possuem uma dada área sobre

a qual se expandem suas influências, isto é, na qual as relações com outras funções se tornam palpáveis.

Se puder ser possível medir todos os fluxos de transporte e comunicação entre cada ponto de atividade humana e todos outros pontos da mesma natureza, levando-se em consideração sua intensidade torna-se possível conceber conceito de região tal como se entende aqui. Representando esses fluxos num mapa, no qual todos os pontos estejam inseridos, certos padrões de fluxos se expandirão indicando de forma mais ou menos clara a estrutura regional de demanda turística do município de Analândia. Pode-se prever resultado, porque as linhas inseridas no mapa (figura 8) descrevem a existência de certo grau de especialização fundamental que conduzirá a focalização de relações no espaço. Sendo assim, as linhas do mapa ostentarão crescentes intensidades nas relações que vão de pontos localizados na periferia de uma determinada região ao seu centro.

O conceito de regiões nodais tem sido desenvolvido por geógrafos, quando estudam as rotas de transporte. Eles argumentam que se desenvolverão municípios na convergência de rotas naturais de transporte. Desta forma, localidades situadas ao longo dessas rotas de transporte poderiam comunicar-se apenas através da região nodal, ou seja, o município na interseção das rotas de transporte. As vantagens locacionais desfrutadas por esse município atrairiam várias atividades e sua supremacia funcional na região estaria garantida.

Conquanto Christaller (*apud* HILHORST, 1975), em sua teoria relativa a lugares centrais, reconheça a importância das vias de transporte, para o estabelecimento de certa hierarquia entre municípios, também menciona outros fatores, dos quais o mais importante é o alcance de uma determinada mercadoria, neste caso específico de estudo seriam os atrativos turísticos da região do município de Analândia. O alcance de uma mercadoria é determinado por fatores de oferta e demanda e por sua expressão em sua área de mercado. Ainda sugere que as rotas de transporte podem coordenar o número de localidades dentro do alcance do município de primeira ordem, fatores de natureza administrativa e fatores que conduzem à minimização do custo de transporte podem, também, atuar. A teoria de Christaller (*apud* HILHORST, 1975) tem sido reputada, principalmente para a explicação de distribuição espacial das atividades do setor de serviços (exemplo:

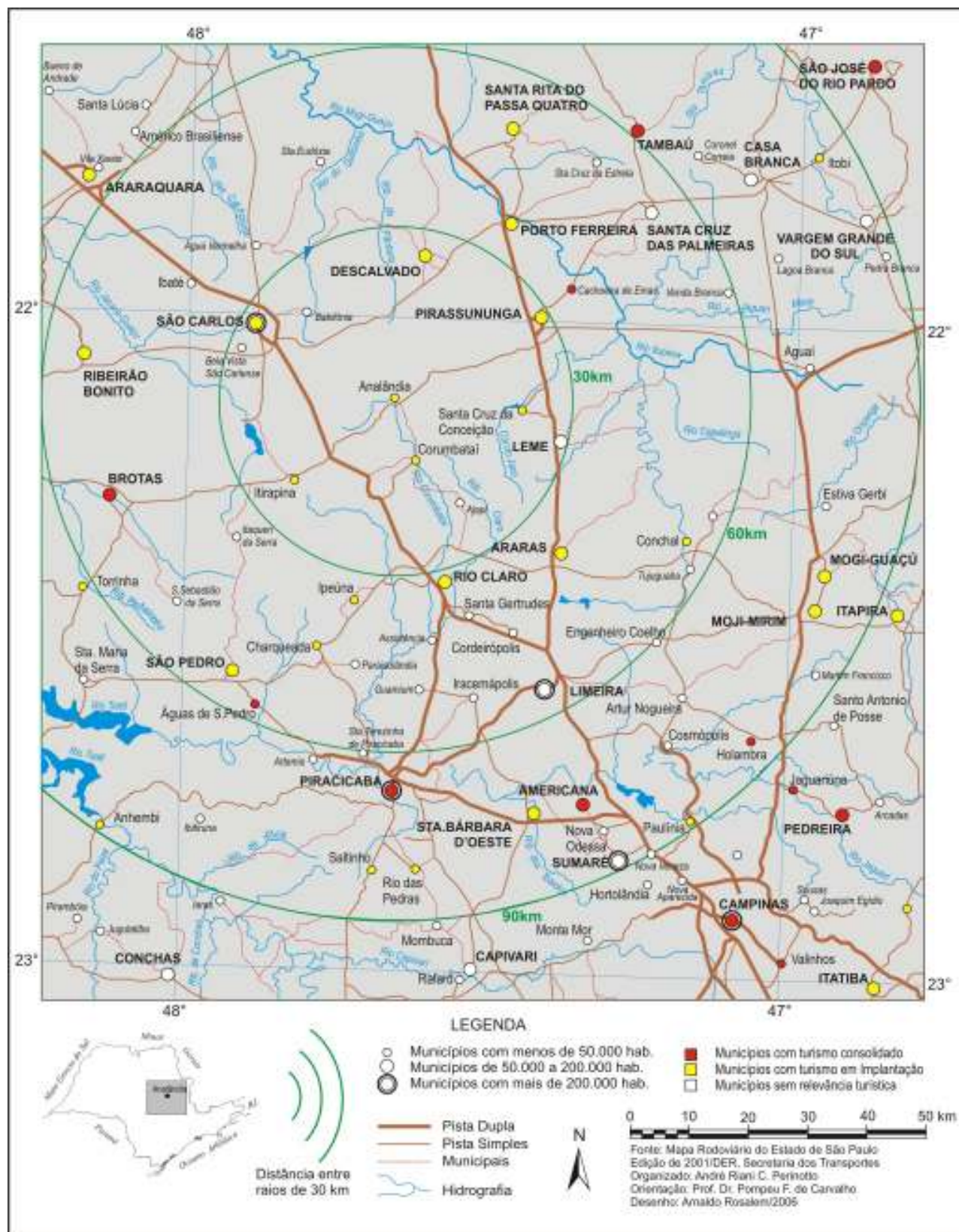
turismo), porquanto, apenas para este setor, pode ser defendida a idéia de um conjunto de atividades voltadas para áreas de mercado.

Em Analândia, como visto anteriormente neste trabalho, existe a facilidade de transporte, devido sua localização entre dois grandes eixos de importantes rodovias do Estado a aproximadamente 225km da capital, com acesso pelas rodovias Washington Luiz (SP-310) e Anhangüera (SP-330), ambas interligadas pela SP-225, onde se localiza o trevo de acesso a Analândia, a cerca de 16km do trevo da rodovia Washington Luiz. Posto isto, vê-se o quão importante é este estudo sobre planejamento e desenvolvimento regional, ainda mais uma análise de demanda regional pretendida sobre o município de Analândia, um dos pontos de impacto deste fluxo.

3.1.1- Demanda Real

Segundo Lemos (1999), entende-se por demanda turística a quantidade de bens e serviços que um consumidor/turista está apto e disposto a adquirir por determinado preço, com determinada qualidade, por determinado período de tempo e em determinado local.

Figura 8 - ÁREA DE DEMANDA TURÍSTICA - REAL E POTENCIAL - DE ANALÂNDIA



A figura 8, anterior, mostra as cidades em áreas de influência por distâncias, caracterizando a demanda real de turistas oriundos dos municípios que se situam dentro de um raio até 60 km e a demanda potencial em todos os raios do mapa. O mapa ainda visa colocar a visibilidade do turismo nos municípios em diferentes níveis para um melhor entendimento das demandas e ofertas desta atividade, criando escalas de aglomeração, tendo em vista a interatividade e complementaridade das atividades. A demanda dos municípios inseridos em um raio de 30 km, para o turismo de Analândia, é de um fluxo que pode tornar-se intenso, pois o visitante poderá fazer uma viagem rápida e ficar apenas um dia para visitar o município de Analândia. No caso dos municípios inseridos no raio de 60 km, a demanda para o município de Analândia é real e é potencial de crescimento como extensão de viagem dos turistas que visitam Brotas e Águas de São Pedro, com turismo consolidado, pois em Analândia há alguns diferenciais, tais como a tranquilidade, os mananciais da nascente do rio Corumbataí e as paisagens notáveis. Além disso, ainda há a demanda potencial de municípios de maior grandeza em um raio maior que o de 60 km, tais como: ao sul: Piracicaba, Sumaré, Americana, Campinas; e ao norte: Araraquara. Coloca-se neste momento que o visitante que sair destes municípios com um raio de distância maior que 60 km para o município de Analândia poderá ter a necessidade de pernoitar no município, demonstrando assim a importância da melhoria da qualidade e da estruturação de Analândia para com seus visitantes e moradores que recebem este visitante.

Segundo dados da Prefeitura Municipal de Analândia (março de 2006), os turistas que visitam hoje o município estão divididos em sazonalidade, pois os que possuem certo poder aquisitivo e se utilizam dos meios de hospedagem da região e/ou casas de veraneio (alugadas) preferem os finais de semana e as férias de inverno; já os de menor poder aquisitivo freqüentam o município em eventos (carnaval, Festa de Sant'Ana e Festa do Carneiro) e férias de verão, porém não costumam pernoitar no município, conforme pesquisas, embora não haja dados disponíveis de quantificação desta demanda sazonal no município.

Há ainda os visitantes da região que vão e voltam no mesmo dia, devido ao fato de Analândia encontrar-se bem localizada entre duas grandes rodovias do Estado. Os visitantes mais visados são os de grande e médio poder aquisitivo que consomem no comércio local. Há ainda os aventureiros/esportistas, os admiradores

da natureza e as famílias da região e dos grandes centros urbanos que possuem imóveis no município.

O turismo ocupa posição de destaque na economia municipal, com suas tipologias (turismo de aventura, rural, ecológico, cultural e o técnico-científico), além de proporcionar ao visitante, tranquilidade, ar limpo, clima ameno e águas limpas. Porém, deve ser melhorado o ramo de hotelaria local, ainda não qualificado para as novas demandas, assim como o comércio em geral para o recebimento dos visitantes informando-os e ajudando. “O povo deve ser o primeiro a estar bem informado para receber e informar bem”, segundo a entrevista do Prefeito do município de Analândia do período de 2000-2008.

3.1.2 - Demanda Potencial

A pesquisa demonstra o grande potencial turístico da área, não somente do ponto de vista eco-turístico, mas também das outras modalidades do turismo no meio rural, além da conservação e proteção ambiental dos atrativos e recursos naturais da região.

Assim sendo, em vista da demanda real da região e seu grande potencial, pode-se receber outros mercados (público-alvo) diferentes, tais como: grupos da 3ª idade da capital e da região; grupos de RH de empresas da região (motivação, educação ambiental com a relação sociedade-natureza e inter-pessoal); as excursões técnico-científicas, mostrando aos visitantes a raridade das cavernas em arenito (ainda como recurso natural com potencial turístico), os morros testemunhos e os mananciais com nascentes ainda conservados.

3.1.3 - Municípios próximos que exploram o turismo em área rural

Deve-se levar em conta, outros locais de destaque que, eventualmente, podem vir a ser concorrentes no tipo de oferta, tais como: o município de Brotas com seu turismo em alta e as inúmeras cachoeiras para os que adoram o *cascading*; os municípios da estância de Águas de São Pedro e São Pedro com um turismo já consolidado; a região de Itirapina que está muito próxima do município de Brotas, e faz limite com Analândia, já atrai visitantes do município vizinho, porém sem infraestrutura adequada.

Tomou-se conhecimento de um projeto, ainda em seu início, Projeto Chapada Guarani, mas que carece de maiores dados e esclarecimentos de seus colaboradores e dirigentes, no qual estão envolvidos alguns municípios da região, incluindo Analândia, Brotas, Itirapina, São Carlos e Torrinha. Este projeto tem o objetivo de ligar o interesse turístico dos municípios participantes, promovendo seus atrativos e recursos potenciais turísticos, por meio de internet, onde há *links* para os sites oficiais de cada prefeitura participante.

Outro projeto que está em início de implantação e que somente serve de consórcio para cooperação de divulgação da região é o projeto Circuito EcoCaipira, do qual fazem parte alguns municípios da região e outros um pouco mais afastados, que são: Analândia, Águas de São Pedro, Charqueada, Corumbataí, Ipeúna, Santa Maria da Serra, Rio Claro, Piracicaba e Santa Cruz da Conceição.

Contudo, um grande diferencial da região de Analândia é que o turismo ainda está se fortalecendo como via de desenvolvimento municipal e a sua exploração está se iniciando, somado o fator do município estar em uma localização privilegiada entre duas grandes rodovias. Neste sentido, Analândia é diferente dos outros municípios da região em que a exploração turística já está predatória e com demandas desorganizadas.

Outro diferencial seria a preocupação com a conservação da vida simples do campo e de cidade do interior e seus costumes e, é claro, a natureza e seus mananciais ainda conservados e protegidos. Assim sendo, a região precisa de muito planejamento para não se transformar em local de turismo de massa, que iria sufocar os moradores e a natureza local.

Isto posto, tem-se que um planejamento abre espaço para trabalhos visando equilíbrio do turismoXcomunidade, os recursos naturaisXvisitantes, antes de a atividade turística “consumir” o município e ele ter que sofrer com o turismo massificado, sem planejamento e projetos.

3.2– Potencial turístico natural

Na caracterização dos recursos e dos atrativos naturais da área de estudo, levou-se em consideração, no inventário e no diagnóstico da caracterização do Turismo em Analândia, as bases teóricas elencadas por Sachs (2002 e 2004).

O recurso natural não é necessariamente um atrativo natural (já consolidado e divulgado), pode ter o potencial para ser, mas não é. Normalmente, a atividade turística encontra-se intimamente associada à presença de recursos.

Para Barreto (1995), “os recursos naturais são aqueles nos quais não houve intervenção do homem, tais como florestas, acidentes geográficos, entre outras”.

Vale ressaltar que há 83 tipos de quedas d’água na região até agora catalogadas pela *GeoTraining* (empresa de esportes radicais), porém, 90% destas ficam localizadas em fazendas e propriedades privadas sem nenhuma sinalização ou facilidade na visita. Pela dificuldade de entrada nas propriedades particulares, o turista deve programar mais tempo para conhecer todos os recursos naturais da região. Sabe-se que potencial a região possui, é necessário, porém transformá-los em atrativos turísticos.

Em Analândia, existem alguns atrativos já sendo visitados e utilizados na atividade turística. Abaixo, pode-se observar as formas de turismo, seu estado de conservação (natural), as infra-estruturas nos atrativos e outros tipos de observação relatados em cada atrativo:

3.1.1 – Recursos e atrativos naturais: exploração, problemas e perspectivas

Segundo Costa (1999), o homem contemporâneo se vê seduzido pelos grandes espetáculos esportivos, que se apresentam regidos por uma ordem cultural centrada em um comportamento prazeroso.

Tendências também marcam o campo esportivo. Observa-se um crescente aumento da prática de esportes de risco calculado, realizados em contato direto com o ambiente natural. Pode-se perceber nitidamente um maior número de revistas publicadas, o lançamento de propagandas, comerciais, programas de televisão, além da fabricação de materiais desportivos específicos, que propiciam cada vez mais segurança e conforto durante a prática dos esportes de aventura. Parece haver um discurso positivo e incentivador na mídia, estimulando um número cada vez maior de pessoas para a prática desses esportes.

Para Costa (1999), a etimologia da palavra aventura remete a acontecimento, quer dizer, rompimento da rotina, e provoca surpresa e espanto. Neste sentido etimológico, compreende-se que a imaginação humana, ao “provocar” o homem

para se lançar no universo da aventura, o conduz a imprimir sentidos às ações que irá realizar. Por isso mesmo, a autora afirma que a imaginação e a aventura acompanham o homem por toda a sua vida. Ainda de acordo com Costa (1999) pode-se compreender, então, que o significado da aventura depende do sentido que cada indivíduo imprime a ela. A vivência individual deste sentido é que transforma o episódio em acontecimento, em verdadeira aventura.

Atualmente, este espírito de aventura parece despontar socialmente na prática das atividades esportivas que lidam com o risco calculado. As conquistas possuem, hoje, um sentido simbólico de desafio e superação, mas dos próprios limites, presente em cada subjetividade desbravadora e aventureira humana.

Neste item notam-se alguns exemplos de práticas esportivas que podem vir a ser feitas na região do município de Analândia, assim como algumas práticas já em curso e de atração para a região: *canyoning/cascading*, *trekking/caminhada*, escalada, espeleologia e arvorismo; sempre se preocupando com a manutenção do equilíbrio natural.

- O *canyoning* – “descida de penhascos e/ou cachoeiras, com auxílio de equipamento especial (rapel)” (SÃO PAULO, 1997). Mas, o esporte vai muito além do rapel, uma técnica de descida vertical com corda, em cachoeiras, envolve tudo que diz respeito à exploração do ambiente dos canyons e dos rios em garganta. É de origem franco-espanhola, surgindo no final da década de 70, através das modernas técnicas de exploração “vertical” e do desenvolvimento dos esportes de “águas brancas”, como *rafting* e canoagem. Zaith (2002) o “canionismo” é muito extenso, mas a vitrine dessa prática é o rapel em cachoeiras, que se denomina como *cascadin*. O conceito e premissas do canionismo é o de ser uma atividade de baixo impacto no convívio com o ambiente natural e interferir o mínimo possível nesses locais. Todas as regiões onde nascem os rios mais acidentados servem de palco para o *canyoning*.

De acordo com Zaith (2002), um dos mais experientes praticantes desta modalidade no país, a emoção, obviamente, é o maior atrativo para os praticantes que se apaixonam pela exploração de *canyons*. E a adrenalina, se é que se pode chamar assim, se apresenta nas situações novas e inesperadas. Os grupos e associações começaram a surgir recentemente no Brasil e ainda não contam com força suficiente para a formação de uma federação, passo importante para a

padronização das técnicas e procedimentos de segurança. As competições são recentes e as regras se baseiam em critérios de regularidade e não velocidade. O trabalho em equipe e a desenvoltura dos participantes também são pontuados. Em função das condições geográficas e climáticas bastante propícias - relevo bastante variado, rios de planalto e as temperaturas amenas o ano todo -, atualmente o Brasil está entre os 10 maiores praticantes de *canyoning* do mundo. Porém, aqui esta atividade esportiva não é reconhecida como uma atividade esportiva e sim recreativa.

- O *trekking* atualmente serve para fugir do cotidiano dos grandes centros urbanos ou somente para relaxar e aproveitar a natureza, pessoas de todas as idades têm procurado lugares com paisagens notáveis e exóticas, cobertos de mata, para caminhar, assim como o município de Analândia proporciona aos seus visitantes. As caminhadas, que, além de baratas, não requerem equipamentos especiais. Os riscos do *trekking* são imprevisíveis. Existe risco de se perder numa trilha, por isso é sempre bom ir bem acompanhado com alguém que já a tenha feito. Na tradução para o português, a palavra *trekking* quer dizer caminhar, trilhar, andar. E, na maioria das práticas esportivas em ambientes naturais, ele é frequentemente utilizado, ou para se chegar até uma cachoeira no meio da mata, para se alcançar o topo de uma colina em que o visual é maravilhoso, e até mesmo para se chegar a locais inóspitos e de rara beleza em meio à natureza.
- A escalada/climbing/alpinismo – “atividade esportiva praticada em rocha ou gelo, sem sentido de competição” (SÃO PAULO, 1997) - escalada esportiva tem relação com a busca de limites físicos e mentais, é uma modalidade que visa às escaladas em rocha de extrema dificuldade, nas quais o praticante usa apenas a força corporal, sobretudo das mãos e dos pés, para a ascensão. Geralmente, ela é realizada sobre superfícies de rochas as mais sólidas possíveis, quase sempre verticais ou negativas, onde a parede forma com o chão um ângulo menor ou igual a 90° (noventa graus). As proteções fixas (grampos ou chapeletas) são usadas apenas para a segurança do escalador, visto que estes instrumentos podem causar desgastes e erosão nas rochas, portanto deve-se ter muito cuidado para não se abusar no número de chapeletas e grampos nas rochas. O rapel é uma consequência de subir, de escalar e de ascender. Rapel não é o objetivo final.

- A espeleologia - “visita/exploração de cavernas com ou sem finalidade de estudos dos ambientes subterrâneos” (SÃO PAULO, 1997) - pode ser tratada como uma disciplina consagrada ao estudo das cavidades profundas em rocha (cavernas ou grutas), sua gênese e evolução, do meio físico que elas representam, de seu povoamento biológico atual e passado, bem como os meios ou técnicas que são próprias ao seu estudo. Entre várias definições hoje existentes, a que ganhou grande aceitação internacional é "*caving*". Pode-se, em um primeiro momento, subdividir essa disciplina em espeleologia científica e espeleologia técnica-esportiva. Trata-se de um campo de ação extremamente amplo e complexo, que exige do praticante (espeleólogo), além da curiosidade e destreza física, competência técnica e/ou científica. O *caving* está direcionado para a área técnico-esportiva, ou seja, a prospecção e exploração de cavernas e cavidades naturais, buscando o desenvolvimento da espeleo-documentação, a espeleo-fotografia e a logística espeleológica.

- Arvorismo ou arborismo (passeio entre as copas das árvores) – foi criado na Europa como um instrumento para pesquisadores realizarem estudos de fauna e flora de espécies existentes apenas nas copas das árvores. Logo depois passou a ser considerado um esporte na Nova Zelândia. É um esporte inovador e de forte integração com a natureza. A atividade de arvorismo consiste em percorrer copas das árvores utilizando estruturas de madeira, cabos e redes que formam um circuito a ser percorrido pelos participantes. Durante a sua prática, os turistas chegam a atingir até 50 metros de altura, devidamente seguros com equipamentos especiais.

Há 13 anos, montanhistas brasileiros descobriam um novo esporte de ação, o arvorismo. Literalmente escalaram os altos eucaliptos da região de Analândia, próximo ao Cuscuzeiro, e por meio de tirolesas, chegaram às copas de outras árvores. (Foto 4)

Ainda em relação ao arvorismo, no 1º (primeiro) Seminário Regional de Turismo de Aventura do Estado de São Paulo, (SEMINÁRIO REGIONAL DE TURISMO DE AVENTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1, 2002), foi realizado um diagnóstico e foi verificado:

Pontos Positivos: O arvorismo é uma atividade que pode ser praticada por pessoas de qualquer idade – dentro dos limites do roteiro –, uma vez que não exige muito esforço físico, técnica ou conhecimento especializado. Por isso, a atividade possui

um leque amplo de mercados a trabalhar, desde educação ambiental para crianças a treinamentos para grupos empresariais. Justamente com o intuito de preservar áreas naturais, boa parte dos empresários evita a instalação dessas estruturas em áreas de vegetação nativa. Essa modalidade permite que o praticante observe florestas de uma posição antes nunca vista, promovendo o contato mais íntimo com as árvores e criando uma relação de respeito, contribuindo para a educação ambiental desses turistas.

Pontos Negativos: Por ser praticado na copa das árvores, o impacto sobre espécies de fauna que utilizam essas copas como ambiente (reprodução, abrigo, etc.) é um fato a ser considerado importante para a gestão dessa atividade. Ainda não há estudos no contexto desse mercado sobre o manejo da fauna local. Outra questão fundamental é estabelecer mecanismos corretos de ancoragem da estrutura nas próprias árvores, ou fazendo uso de estruturas complementares.

Regulamentação: Por ser uma modalidade nova do turismo de aventura, a regulamentação ainda não existe. Poucos são os destinos que já exploram essa modalidade. Verificou-se que a qualificação da mão de obra dos instrutores destinados a trabalhar com o arvorismo não é complexa, nem demorada. De certo modo, as estruturas construídas são seguras e o controle do risco é muito intenso, minimizando a possibilidade de algum incidente acontecer. O fato do turista não necessitar realizar grandes tarefas durante o percurso também facilita a formação desses profissionais. Totalmente seguro, o arvorismo é uma montagem de trilhas, passarelas, redes, tirolesas e diferentes atividades suspensas, com cordas e cabos de aço - sempre na copa das árvores, colocadas de maneira estratégica, com muita segurança e contato com a natureza. Com o auxílio de equipamentos adequados e de monitores especializados, a pessoa pode subir até as copas das árvores e andar entre elas por trilhas aéreas amarradas em bases ou plataformas construídas a, no mínimo, 7 metros de altura.

Para subir até as bases, são feitas abordagens por escadas de toras de madeira, escadas de cordas, paredes de escalada e rapel. O arvorismo começa no chão. O primeiro passo subir rumo à copa da árvore 30 a 40 metros acima.



Foto 4 – *Praticante de arvorismo em Analândia* (www.analandia.sp.gov.br, site oficial do município, 2002).

Nos itens anteriores pôde-se conhecer algumas das atividades esportivas que já são ou podem vir a ser praticadas nos atrativos e recursos naturais do município de Analândia, como surgiram e suas técnicas.

Observados os aspectos dos aproveitamentos em práticas esportivas ambientais locais, nos itens a seguir poder-se-á notar que há intensa paisagem notável na localidade, onde os recursos naturais ainda em bom estado de conservação têm grande potencial turístico, com grande interesse para visitação, observa o e para cunho científico.

Morro do Cuscuzeiro

Segundo Guerra (1997), morro significa, “monte pouco elevado, cuja altitude é de aproximadamente de 100 a 200 metros” e é neste contexto que se enquadra o morro do Cuscuzeiro (Foto 5). Situa-se a 22 06’55.8’’S e a 47 40’28.3’’W (UTM 0222.359 / 755.1900). Seu acesso, em estrada de terra, d -se por uma entrada de propriedade privada, onde uma placa foi colocada pela Prefeitura Municipal de Analândia alertando aos visitantes dos perigos que o morro oferece, como abelhas e pedras soltas (Foto 6).



Foto 5 – Morro do Cuscuzeiro, símbolo de Analândia e região (André Perinotto, 2002)



Foto 6 – Placa de alerta quanto aos perigos no morro do Cuscuzeiro. (André Perinotto, 2002)

O Cuscuzeiro (marco e Cartão Postal da Cidade), uma "pedra" internacionalmente conhecida pelos praticantes de montanhismo e escalada, formado por arenitos da Formação Botucatu e preservados por endurecimento devido ao contato com os basaltos da Formação Serra Geral, forma uma feição geomorfológica denominada morro testemunho. Com seus 200 metros de altura pode oferecer inúmeras atividades turísticas, tais como: observação da paisagem notável da natureza, caminhadas (*trekking*), escaladas/montanhismo. Na Foto 7 observa-se a presença de pessoas no topo do morro praticando esportes radicais.

A estrutura turística e a conservação ambiental estão sendo melhor formuladas, pois o número de turistas no local, quase todo final de semana, é crescente e se torna cada vez mais popular (Foto 8). O projeto "Pedra Viva", para proteção e conservação do morro do Cuscuzeiro, criado em 2001, consiste no desenvolvimento de uma área, com pequena infra-estrutura, para recebimento e cobrança para visitação, junto ao morro.

A sua principal finalidade é de proteger e conservar o local, mantendo e melhorando as condições do meio ambiente e, conseqüentemente, das paisagens.

Oferece uma infra-estrutura para a recepção dos visitantes (Foto 9), com uma área toda ajardinada e arborizada, onde existe uma lanchonete, recepção, banheiros com chuveiros, um estacionamento com 4.000 m². Uma área de 5.000 m², destinada para camping, também arborizada, utilizará a mesma estrutura da portaria e estão em fase de construção 12 chalés rústicos. Atualmente, há um espaço para camping selvagem, isto é, para pessoas que possuem suas próprias barracas e estiverem preparadas para um acampamento com uma infra-estrutura básica (estacionamento, água, banheiro e campo roçado).

A preocupação com a conservação está cada vez maior, devido à importância que o morro do Cuscuzeiro tem para a comunidade, não só da localidade, mas para as pessoas que apreciam a natureza e os esportes de ação. Hoje, só se encontra preservada a mata nativa no sopé do morro, onde não se podia ter mais o pasto. Preocupado com a seguida degradação do morro, o projeto Pedra Viva vem credenciando todas as pessoas que acessam o morro, fazendo-as assinarem um termo de responsabilidade na portaria. Toda pessoa que acessar o morro terá direito a assinar o livro Projeto Pedra Viva, podendo, assim, plantar sua árvore e ficar com o seu nome (para sempre) registrado.

O projeto decidiu tomar algumas providências, tais como:

- ♦ – Organização das trilhas que permitem o acesso ao morro, de modo que sejam diversificadas e margeadas (protegidas) por pedras e madeira para evitar desmoronamentos e erosões, promovendo o revezamento das mesmas.
- ♦ – Plantio e conservação das árvores nativas (espécies predominantes na região), em todas as áreas observadas nas encostas do morro, bem como um número bastante expressivo nas proximidades do morro.
- ♦ – Controle do acesso, sempre que possível com guias, que orientam sobre o uso das trilhas em atividade, evitando que haja um fluxo desordenado de pessoas nas encostas do morro.

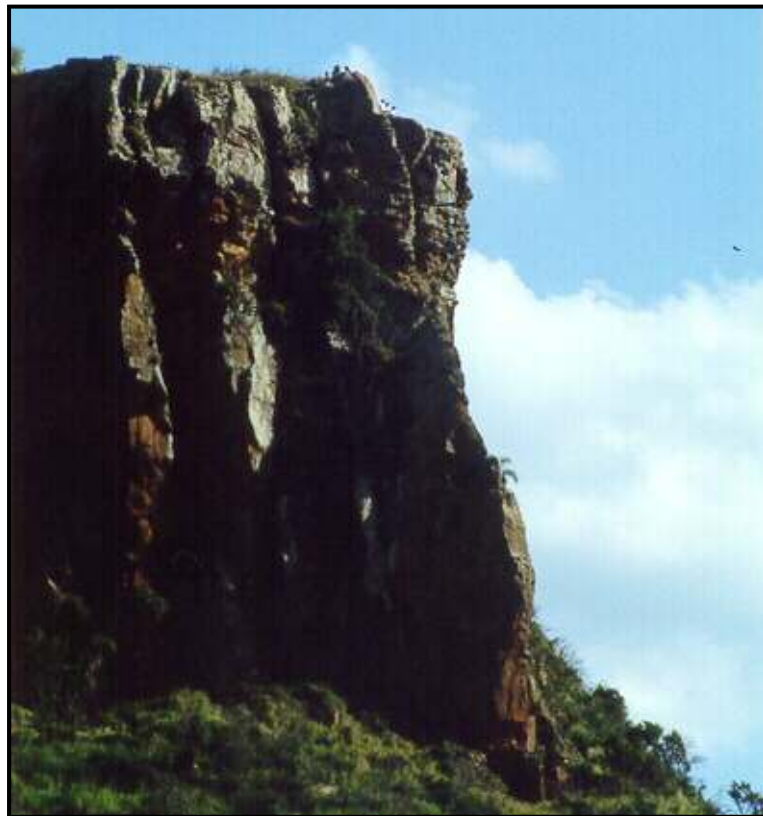


Foto 7 – Detalhe do morro do Cuscuzeiro, onde turistas podem praticar esportes radicais e apreciar paisagem notável em seu topo. (André Perinotto, 2002)



Foto 8 – Fluxo de “turistas” (visitantes) com veículos estacionados na estrada em terra, fora da propriedade particular onde se situa o morro do Cuscuzeiro. Notar leito arenoso da estrada, derivado dos arenitos da Formação Botucatu. (André Perinotto, 2002)



Foto 9 – Entrada com alguma infra-estrutura no morro do Cuscuzeiro. (www.analandia.sp.gov.br, site oficial da Prefeitura Municipal de Analândia)

Morro do Camelo

O morro do Camelo (Foto 10) é mais uma feição geomorfológica, constituindo num esporão do *front* cuestiforme. Com seus 80 metros de altura, situa-se a 22°6'37"S e a 47°41'18"W (UTM 222.643 / 7552.514). É de mesma formação litológica do morro do Cuscuzeiro, estando próximo deste (Foto 11).

O acesso ao morro é via estrada de terra batida, fácil e sinalizada. Logo na entrada da propriedade onde se localiza, encontra-se uma placa explicativa e um local para se colocar o lixo (Foto 12).

A infra-estrutura para receber turistas ainda é precária. Não há banheiros, setor de alimentação nem hospedagem, apesar de alguns visitantes acamparem no local (Foto 13), mesmo com a proibição.

Próximo ao pé do morro encontra-se uma ravina, um início de voçorocamento (Foto 14), que de acordo com Guerra (1997) quer dizer início de “uma escavação ou rasgão do solo ou de rocha decomposta, ocasionado pela erosão do lençol de escoamento superficial”, que pode comprometer a estrutura viária. Torna-se necessário um estudo dos impactos dos visitantes, protegendo ao máximo a mata nativa, evitando criar novas trilhas que desgastam o solo, deixando-o propício à erosão. Como no morro do Cuscuzeiro, a mata nativa só é preservada no sopé do morro, pois não há como utilizar este espaço para o pasto, devido às formações rochosas.

Dois afloramentos rochosos próximos ilustram as relações entre as rochas basálticas da Formação Serra Geral com os arenitos da Formação Botucatu (Fotos 15 e 16). Os basaltos conferem uma dureza maior aos arenitos tornando-os mais resistentes à erosão. A erosão diferencial posterior produz formas como a dos morros em foco.

Pode-se praticar no morro do Camelo as seguintes atividades: caminhada nas trilhas, observação da natureza e das cidades próximas (Rio Claro, por exemplo), além da escalada. A trilha é realmente um desafio, com erosão, pedras, obstáculos, uma pequena escalada. Sua subida é de, aproximadamente, 25 metros.

Por ser de mais livre acesso que o Cuscuzeiro, o morro do Camelo requer maior atenção quanto aos aspectos de proteção.



Foto 10 – Morro do Camelo, tendo ao fundo uma visão parcial da Depressão Periférica Paulista. (André Perinotto, 2002)



Foto 11 – Morros do Camelo (à esquerda) e do Cuscuzeiro. Ao fundo, visão parcial da Depressão Periférica Paulista. Notar estrada em leito argiloso vermelho, de difícil trânsito quando chove. (André Perinotto, 2002)



Foto 12 – Placa da Prefeitura Municipal de Anilândia com instruções para o comportamento conservacionista do visitante no morro do Camelo.
 (André Perinotto, 2002)



Foto 13 – Barracas de turistas acampados no sopé do morro do Camelo. Vegetação nativa no alto do manto de colúvio. (André Perinotto, 2002)



Foto 14 – Sulcos de ravinamento em solo areno-argiloso, voçoroca próxima ao morro do Camelo (André Perinotto, 2005)



Foto 15 – Disjunções colunares em afloramento dos basaltos da Formação Serra Geral, com o topo passando a solo argiloso. Afloramento ao lado e sobre os arenitos da Foto 16. Próximo ao morro do Camelo (Alexandre Perinotto, 2002)



Foto 16 – Arenitos finos com estratificações cruzadas deformadas da Formação Botucatu, logo abaixo do contato com os basaltos da Formação Serra Geral. Próximo ao morro do Camelo (Alexandre Perinotto, 2002)

Salto Major Levy

Catalogado de acordo com a ficha utilizada na categoria de queda d'água do tipo salto (Foto 17). Situa-se na entrada da cidade de Analândia, tendo como coordenadas geográficas 22°7'59"S e 47°39'42"W (UTM 225.390 / 7550.102), a uma distância de 1,5 km do atual centro da cidade.

Queda d'água do rio Corumbataí de, aproximadamente, 25 m de altura, propiciando uma paisagem notável no sítio urbano da cidade, que ocorre no contato do basalto da Formação Serra Geral (ZAINÉ, 1995). O salto já possui certa infraestrutura no local, com banheiros e uma churrascaria (Foto 18), porém, de baixa qualidade. Há muito lixo espalhado no local.

No fim do ano de 2002 houve a transposição do esgoto que deságua diretamente no rio, que agora pode ser aproveitado para banho, além disso, pode-se admirar a paisagem notável que ela proporciona.

Neste setor, a mata ciliar é relativamente conservada em uma faixa muito estreita nas margens do rio.

O acesso à queda é fácil e sinalizado, e o desnível é transposto por escadas (Foto 19), inviabilizando o acesso a pessoas com certa deficiência física.



Foto 17 – Salto Major Levy, na entrada da cidade de Analândia, onde turistas banham-se. À direita, parte da escada e via de acesso.
(André Perinotto, 2002).



Foto 18 – Ponte sobre curso d'água a jusante da queda d'água da foto anterior, que dá acesso à churrascaria localizada em meio à mata ciliar. (André Perinotto, 2002)



Foto 19 – Escadaria que dá acesso ao Salto Major Levy. (Alexandre Perinotto, 2002)

Cachoeira da Bocaina

Uma queda d'água, com uma altura média de 45 m em forma de chuveiro (esguicho) (Fotos 20 e 21). As paredes verticais são de arenitos da Formação Botucatu, em tons de vermelho-amarronzado. Densa e agradável mata nativa envolve este acidente geográfico, possibilitando também a prática de caminhada. Para se chegar ao pé da cachoeira, é preciso 15 minutos de descida íngreme, às vezes com lama no caminho. Segundo alguns esportistas da região, essa é uma descida de qualidade técnica.

A cachoeira encontra-se a 22°5'12" de latitude S e a 47°43'52" de longitude W, estando a 8 km no sentido WNW do centro da cidade de Analândia, com acesso por estrada em terra, sem sinalização, situada em uma propriedade particular. Não existe nenhuma infra-estrutura. Também aqui o *camping* é proibido.

Ainda há uma certa preocupação com a manutenção e conservação da mata nativa no local. Não foi aqui realizada nenhuma análise quanto a sua qualidade, mas, no pé da cachoeira a água é de aparência limpa e cristalina.

O topo da cachoeira sobre rochas basálticas da Formação Serra Geral é de difícil acesso, porém, de lá se observa uma paisagem notável, com paredões rochosos e um vale bem verde (paisagem notável) (Foto 22).

Na cachoeira podem-se praticar diferentes atividades tais como: *cannyoning* (*rapel*) (Fotos 23 e 24), observação das paisagens notáveis e caminhadas (*trekking*).

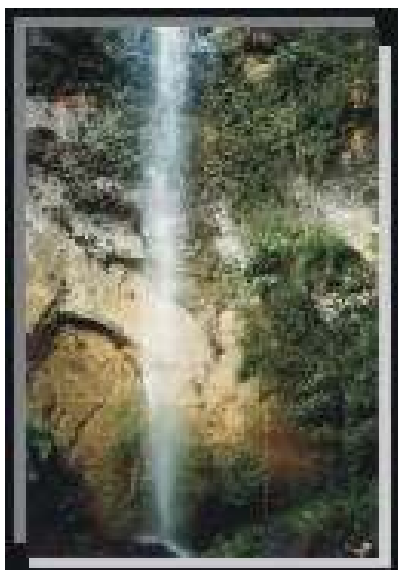


Foto 20 – *Vista frontal da cachoeira da Bocaina que possui 45 metros de altura.*
(www.analandialegal.com.br, 2002)



Foto 21 – *Visão da queda d'água, em forma de chuveiro.* (www.analandia.sp.gov.br, site oficial de Analândia, 2005)



Foto 22 – *Visão a partir do topo da cachoeira da Bocaina. Paredões, abruptos, rochosos, rebordo de planalto, e vale com mata nativa no sopé que compõem a paisagem notável.* (André Perinotto, 2003)

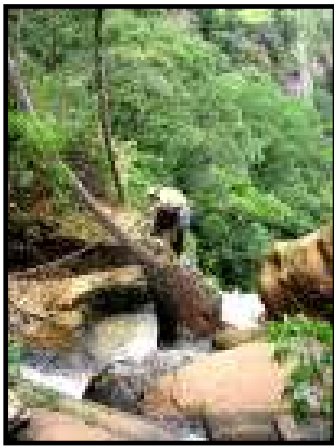


Foto 23



Foto 24

Fotos 23 e 24 – Prática de canyoning na cachoeira da Fazenda Bocaina.
(www.analandialegal.com.br, 2002)

Cavernas em arenito da região

Caverna: toda e qualquer cavidade natural subterrânea penetrável pelo homem, incluindo seu ambiente, seu conteúdo mineral e hídrico, as comunidades animais e vegetais ali agregadas do corpo rochoso onde se insere. (BRASIL, 1986).

“Caverna é um termo genérico que define qualquer cavidade natural, independentemente de qualquer restrição (tamanho, existência de curso d’água, desnível, ornamentação, afoticidade)” (ZAINE e PERINOTTO, 1996).

As cavernas em arenitos são menos comuns do que as formadas em terrenos calcários. Estas cavernas em arenito não são tão profundas e são formadas com forte controle estrutural, por meio da percolação de águas através de fraturas com dissolução do material, gerando uma erosão subterrânea (processo de “pipping”).

A maioria das cavidades, da região próxima de Analândia, apresenta falhas, fraturas e grandes descontinuidades (planos de falha sem estrias) com orientação norte - nordeste (N30), as cavernas apresentaram orientações de seus condutos principais para noroeste (N280) e nordeste (N30-50) e algumas tocas apresentaram condutos principais orientados para oeste/noroeste (N270 -285). Estes *trends* foram correlacionados com os grandes alinhamentos de caráter regional. As orientações regionais NE e NNE estão controladas pelos lineamentos NE que caracterizam reativações tectônicas ao longo dos tempos. A orientação para NW nas grandes cavernas e algumas tocas está ligada ao controle estratigráfico (sets das

estratificações cruzadas dos arenitos). Na região as cavernas estão relacionadas aos arenitos da Formação Botucatu (Zaine, 1995).

Segundo Zaine e Perinotto (1996), cavernas são feições freqüentes nas escarpas arenito-basálticas das serras do Cuscuzeiro e de Itaqueri. Nos arquivos da SBE (Sociedade Brasileira de Espeleologia) estão cadastradas duas cavernas no município de Analândia, denominadas de Toca e Retiro.

3.3 – Potencial turístico cultural

Uma atividade que vem se intensificando em Analândia e atraído turistas é aquela relacionada à criação de carneiro. Vinculada a esta atividade acontecem feiras de artesanato e a Festa do Carneiro. Com uma cultura típica do interior, a região no meio rural proporciona ao visitante calma e tranquilidade do povo local.

Existe uma festa religiosa típica do município, em homenagem à padroeira do município, com quermesses, leilões, romarias e procissões. Além disso, as casas antigas ainda são bem preservadas, no centro da cidade, assim como a velha estação de trem.

3.3.1- Recurso histórico-cultural - antiga estação de trem e a casa antiga

A estrada de ferro no interior paulista foi muito importante para o desenvolvimento de Analândia. É um marco na história da região. A foto 25 ilustra a antiga estação de Annápolis.

Dessa forma, é importante destacar que Analândia, além de possuir diversos atrativos naturais e paisagísticos, também apresenta aspectos históricos e culturais que chamam a atenção dos visitantes como as moradias próximas à antiga estação ferroviária que ainda guarda alguns vagões de trem. Porém, as casas ao redor da antiga estação e a casa do antigo funcionário estão em péssimas condições, com mato e falta de higiene, o que prejudica a beleza do local e a visita dos turistas à antiga estação e ao vagão ainda preservados (Foto 26). Embora haja necessidade de recuperação deste espaço, é um local nostálgico e remete aos áureos tempos do café, quando o município tinha uma economia mais dinâmica.

Caso não tivesse sido desativada, a estrada de ferro, que ligava Analândia a Rio Claro, seria hoje uma atração turística de grande importância, além do valor de

um transporte diferenciado, à semelhança do que acontece entre Campinas e Jaguariúna.



Foto 25 – Antiga estação ferroviária de Annápolis (atual Analândia). (André Perinotto, 2002)



Foto 26 – Residência de antigo funcionário da estrada de ferro e um vagão de trem da época. (André Perinotto, 2002)

3.3.2- Festa de Sant'Ana

Festa religiosa, típica de interior, em homenagem à padroeira do município, Sant'Ana. Esta comemoração se inicia a partir de 21 de junho, data de comemoração de Sant'Ana, e se estende ao longo do mês de Julho. Em todos os finais de semana ocorrem eventos na igreja (Fotos 27 e 28), cuja pedra fundamental foi lançada em 23 de outubro de 1887 e é um atrativo por si só, com imagens sacras em madeira produzida e confeccionada em Portugal. A festa também ocorre na praça central da cidade.

Os eventos que ocorrem são: quermesses, leilões, romarias de cavaleiros e um carro de boi que leva a imagem da padroeira, procissões, missas especiais, vendas de santos, bíblias e outros artigos religiosos. Atrai um público diferenciado e assíduo, principalmente nesta época do ano.

Além desses eventos vinculados à festa de Sant'Ana, uma questão peculiar é a presença marcante dos moradores locais nesta festa e a participação de algumas famílias tradicionais do município, que ao longo do mês de Julho fazem inúmeros arranjos e enfeites nos altares em estilo barroco, para seus santos de devoção, mostrando assim a importância desta atividade para a comunidade local.



Foto 27- Igreja de Sant'Ana, área central da cidade de Analândia. (André Perinotto, 2006)



Foto 28- Altar central (principal) da igreja de Sant'Ana. (André Perinotto, 2006)

3.3.3 - Fazenda São Francisco

A fazenda São Francisco é de fácil acesso, situa-se a 1,5 km da Praça da Matriz, pela Avenida Três.

Em 2004 iniciou empreendimento diferenciado de pousada, com vinte e dois leitos oferecidos aos visitantes que querem aproveitar o turismo no meio rural. Como atividade de turismo, o visitante pode vivenciar o campo e o cotidiano rural (criação de ovinos e bovinos).

Oferece tanques para pescaria (pesque e pague), passeios por trilhas e cavalgada na mata da propriedade, uma lanchonete e restaurante rural, instalados em um quiosque onde o visitante poderá se alimentar do peixe pescado e produtos típicos da fazenda.

3.3.4 - Entretenimento

O coreto “Dr. Toniolo”, posicionado na praça principal, constitui-se, ainda hoje, em palco, onde bandas e conjuntos musicais brindam os transeuntes com seus acordes (serestas).

A chamada “vida noturna” é restrita em Analândia, talvez porque o principal apelo de visita na cidade seja a tranquilidade e o silêncio, que é quebrado na época do carnaval, quando os visitantes de cidades vizinhas, como Rio Claro e São Carlos, vêm curtir o evento de rua no principal calçadão local.

Um evento (de época) marcante é a Festa do Carneiro que vem ocorrendo, a partir de 2001, no mês de novembro, associado à gastronomia (carne de carneiro) e à comercialização de artefatos elaborados com a lã deste animal. Porém, no ano de 2006, a festa realizou-se no mês de Junho, no feriado de Corpus Christis, data que deverá ficar fixa segundo sua organizadora Rejane Clasen.

Existe ainda, a feira de artesanato regional, confeccionado com pele ou lã de carneiro, e que tem atraído novos turistas, aos sábados e domingos na 2ª semana de cada mês.

3.4 – Infra-estrutura turística

3.4.1- Acesso ao Município de Analândia

A entrada da cidade está bem conservada e com um portal, instalado pela Prefeitura Municipal de Analândia (Foto 29).



Foto 29 - Portal de Entrada da cidade de Analândia. (Site Oficial da Prefeitura Municipal de Analândia, 2005)

3.4.2- Sinalizações de trânsito e turística

A presença de inúmeras placas indicativas na área urbana do município, como as registradas nas Fotos 30 e 31, demonstra a preocupação do poder público local com os visitantes. Convém ressaltar que esta preocupação deve ser estendida para a totalidade do município, uma vez que a grande maioria dos atrativos se encontra na área rural.



Foto 30 e 31 – Centro de Analândia. Placas indicativas de alguns atrativos. (André Perinotto, 2006)

3.4.3 - Acesso aos atrativos/recursos

A Prefeitura do município de Analândia deve melhorar a estrutura e infraestrutura dos acessos aos atrativos já existentes e criar novos acessos aos recursos naturais de significativo potencial, para facilitar a busca por atrativos, além de oferecer comodidade ao visitante.

Os acessos mais fáceis são dos já atrativos: --- morro do Camelo cujo acesso pode estar comprometido devido à erosão no local e falta de manutenção e preservação; --- Salto Major Levy, com grandes placas e acesso asfaltado, na entrada da cidade; --- morro do Cuscuzeiro, de fácil acesso e bem sinalizado até sua base, pois sua subida é de certo grau de dificuldade.

Os recursos naturais com grande potencial necessitam de melhoria, não só na sinalização, mas, principalmente, no acesso.

Há falta de sinalização indicativa dos pontos turísticos, na área rural, e de algumas fazendas que contêm alguns recursos naturais com potencial turístico; atrapalha não só aos visitantes, mas também para levantamento de dados em um trabalho científico.

Para se visitar um local, deve-se ter em mãos os mapas turísticos, porém os já existentes não mostram escalas e maiores informações de distância, tempo e dificuldades; atrapalhando a pesquisa em busca de recursos naturais que possam ser locais turísticos, havendo uma maior perda de tempo para a localização além do desgaste físico e mental que isso causa. Quanto mais fáceis, corretos e explícitos forem estes mapas e *folders*, maior a probabilidade de aumento do turismo.

Portanto ao final deste trabalho têm-se um mapa alusivo com os atrativos do município, plotados em carta-base do município.

3.4.4 - Área central e recepção dos visitantes

As Fotos 32, 33 e 34 mostram pontos centrais da cidade de Analândia, destacando-se os quiosques onde são realizadas as feiras e é comercializado o artesanato local, confeccionado com a lã de carneiro (Foto 32 e 33); bares e lanchonetes posicionados no calçadão, ponto de aglutinação dos habitantes e turistas (Foto 34). Existe em um dos quiosques, mais precisamente no primeiro deles, o PAT (Posto de Atendimento ao Turista).

Além disso, existem os meios de hospedagem, os serviços de alimentação. Há ainda duas agências de turismo receptivo, que atuam nos atrativos com guias cadastrados junto à EMBRATUR, de modo a oferecer segurança e comodidade aos visitantes e aos próprios moradores. A agência Bixo do Mato atende todos os públicos e a Sagatrek atua mais junto a grupos fechados e empresas.





Foto 32 e 33 – Calçada em Analândia com quiosques para comércio. (André Perinotto, 2002)



Foto 34 – Bares e restaurantes no calçada de Analândia. (André Perinotto, 2002)

3.4.6- Política municipal de turismo

O PAT (Posto de Atendimento ao Turismo) que tem as funções de receber, divulgar, centralizar as informações municipais e ser um órgão representativo no Estado, perante a Secretaria Estadual de Turismo, atuando e programando eventos municipais. Ainda não existe formalizado hoje uma secretaria de Turismo para sistematicamente atrair capital para projetos de maior interesse para a área e a

atividade no Município, junto aos órgãos competentes de maior instância. Dentre as secretarias de governo do município de Analândia formais, só há a de Educação; as outras secretarias e/ou órgãos responsáveis pela Política do governo municipal atuam de outra forma, não sendo secretarias formais.

Pelos dados obtidos em campo em 2006, o município participou do PNMT (Programa de municipalização do Turismo), inclusive, Analândia possui agora o PDTR (Plano de desenvolvimento do turismo receptivo) demonstrando certa preocupação do poder público com a atividade turística no município como forma de gerar renda e desenvolvimento para a comunidade local. Além disso, o secretário-executivo de Turismo do Estado de São Paulo, Marco Antonio Castello Branco, anunciou que os municípios poderão utilizar os recursos do DADE (Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias) também para a elaboração de seus Planos de Desenvolvimento do Turismo. Antes, essas verbas só podiam ser aplicadas em projetos e obras de infra-estrutura.

3.4.6- Meios de Hospedagem

De acordo com dados obtidos na Prefeitura Municipal de Analândia, em vinte de março de 2006, ao chegar ao município de Analândia, o turista encontra hoje oito estabelecimentos no ramo de meios de hospedagem, embora apenas alguns trabalhem o ano todo em franca atividade. São cinco pousadas e três hotéis, oferecendo um total, no município, de trezentos leitos.

Oferecem aos hóspedes alguns diferenciais: alguns recebem grupos, outras somente famílias; passeios a cavalo; trilhas na mata monitoradas ou indicadas; *city tour*; sala de convenções; oportunidade de vivenciar o cotidiano de uma fazenda.

Existem três pousadas fora da área urbana, e para os que apreciam o ar livre e são aventureiros, há três áreas para camping: no Recanto da Saúde (caixa d'água), a aproximadamente 3 km do centro da cidade, na área do Projeto Pedra Viva, que se encontra na entrada do morro do Cuscuzeiro e outra área de camping de responsabilidade da prefeitura na fazenda Terra Verde.

O chefe de recepção, o gerente e a governanta que fazem parte essencial de um meio de hospedagem, são uma única pessoa: o proprietário, que não possui formação na área. Isto vale para todos os meios de hospedagem no município.

Percebe-se, ainda, um forte apelo para a tranquilidade e o silêncio. Os meios de hospedagem, na maioria das vezes, atendem turistas da capital, São Paulo, ou de cidades como Campinas, Ribeirão Preto, que buscam paz e o convívio com a natureza, tão propalado pelos donos de hotéis e das pousadas.

As imobiliárias da cidade oferecem casas para temporada (casas de veraneio). Segundo dados obtidos em visita técnica ao município, este recurso é muito utilizado por famílias inteiras com bastante frequência.

3.4.7- Serviços de alimentação

Apesar de contar com moradores de origem italiana, portuguesa, espanhola e alemã, não há pratos típicos de Analândia.

Existem os seguintes prestadores de serviço e empreendimentos na área de alimentos e bebidas do município: uma churrascaria, um restaurante *self-service*, dois com pratos *a la carte* e dois com pratos comerciais; nove lanchonetes, cinco só no calçadão central; duas sorveterias e treze bares.

É necessário lembrar que esses dados tendem a aumentar, pois o turismo na região vem ganhando força e quanto maior e melhor a estrutura de recepção, maior a probabilidade de aumento do fluxo turístico.

4- ANÁLISE FINAL

A análise efetivamente foi realizada considerando os pressupostos teóricos sobre turismo, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento regional, planejamento estratégico e a técnica SWOT, discutidos nos capítulos anteriores.

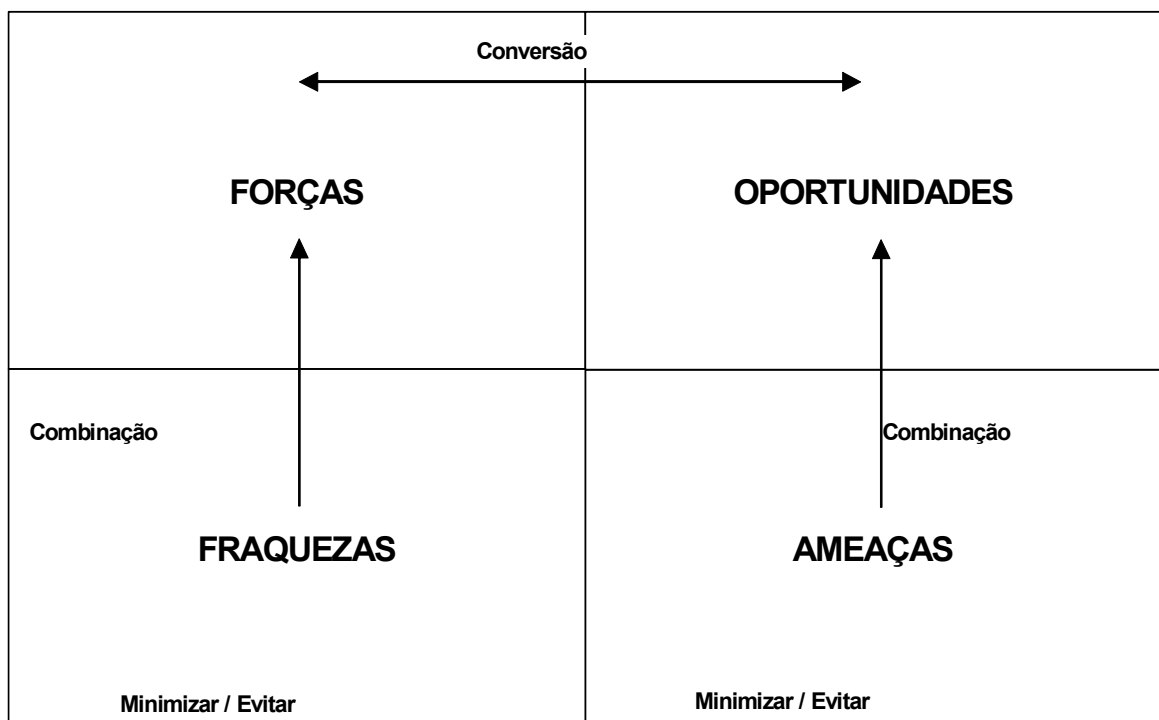
Optou-se pelo método de Análise SWOT pela difusão e divulgação de seu conhecimento, além da facilidade de entendimento deste método junto às organizações e localidades, é um método muito utilizado no mercado do turismo e por empresas prestadoras de consultoria turística, tanto para empresas do ramo quanto para secretarias de turismo de governos municipais, além disso, trabalhou-se anteriormente já com este tipo de análise e o resultado foi bem quisto e relevante.

De acordo com Ghemawat (2000), o objetivo atual de uma análise SWOT é definir estratégias para manter os pontos fortes, reduzir a intensidade de pontos fracos, aproveitando as oportunidades e protegendo-se de riscos (ameaças). Sendo assim, diante da predominância de pontos fortes ou fracos e de oportunidades ou riscos, podem-se adotar propostas de estratégias que busquem a manutenção, crescimento ou desenvolvimento de uma organização ou localidade.

Foram realizadas algumas consultas aos mais interessados neste trabalho que são os atores participantes na implantação e melhoria da qualidade de vida local e da recepção e planejamento do turismo, neste caso: o prefeito municipal de Analândia, o responsável pelo PAT, os donos dos meios de hospedagem, alguns moradores e o pesquisador (que procurou observar, estudar e vivenciar os quatro pontos da SWOT na área de estudo). Pois em uma análise do tipo SWOT é preciso chegar aos dados pré-estabelecidos, para tanto é utilizada neste tipo de método de análise a opinião dos atores participante, para avaliar os pontos mais relevantes do planejamento. Estas informações, portanto foram alocadas em uma matriz SWOT para se realizar a análise final e demonstrar aos interessados um entendimento abrangente da localidade. Técnicas simplificadas de planejamento (levantamento de problemas e soluções) servem principalmente para viabilizar o planejamento participativo, pois grande parte das comunidades envolvidas não domina as técnicas do planejamento científico, nem a compreensão da totalidade social. Assim pretende-se incrementar o nível de participação e, às vezes até iniciá-lo, sem a ilusão de realizá-lo plenamente.

Segue abaixo uma análise do tipo SWOT, feita a partir dos dados levantados e observados em campo com a matriz SWOT: pontos fortes; pontos fracos; oportunidades e riscos (ameaças).

Análise da Matriz SWOT



4.1 - Pontos Fortes (forças):

- ◆ O município de Analândia é considerado pelo Governo do Estado como Estância Climática, desde 1966.
- ◆ Clima ameno favorável aos passeios, visitas e explorações.
- ◆ Os monumentos geológicos tão marcantes na região, como os morros testemunhos: morro do Cuscuzeiro (símbolo de Analândia) e o morro do Camelo.
- ◆ Mananciais das nascentes do rio Corumbataí ainda conservados em seu estado natural, além da região ser um refúgio de flora e fauna de espécies em extinção.
- ◆ As cavernas ou grutas da região em arenito são menos profundas e diferentes das outras cavernas em calcário encontradas no Brasil.

- ♦ Região não muito distante das grandes cidades, situada no centro-norte do Estado de São Paulo e favorecida por estar entre duas grandes rodovias, a Washington Luiz e a Anhanguera.
- ♦ Festa de Sant'Ana e a Festa do Carneiro.
- ♦ Os agropecuaristas formaram uma Associação dos Criadores de Carneiro (ACC), para fins do turismo rural na região, promovendo a Festa do Carneiro no mês de junho.
- ♦ Uma infra-estrutura diferenciada como a Fazenda São Francisco, pelo turismo rural e a pousada em suas terras.

4.2 - Pontos Fracos (fraquezas):

- ♦ Apesar da conservação dos mananciais nos morros, o rio Corumbataí recebe poluição por esgoto doméstico na área urbana de Analândia, sendo desviado para além do Salto Major Levy.
- ♦ Poucos mapas da região com a localização dos recursos naturais, cartas desatualizadas e com problemas em escalas e indicações.
- ♦ O marketing da região do município de Analândia se restringe a alguns folhetos distribuídos pela prefeitura para os meios de hospedagem entregarem aos seus hóspedes e algumas chamadas nas emissoras de televisão da região de São Carlos e Rio Claro.
- ♦ Os meios de hospedagem ainda atuam de forma amadora e sem uma estrutura adequada para a recepção de visitantes.
- ♦ A população, sem informações precisas dos atrativos, não sabe receber os visitantes e não auxilia na busca de novos recursos naturais.
- ♦ Acessos em solos não compactados, podendo, assim, causar maior erosão e, além disso, acidentes nas vias, precárias muitas vezes, sem sinalização dos locais e atrativos;
- ♦ Falta de infra-estrutura em alguns atrativos já explorados e uma deficiente fiscalização dos atrativos naturais quanto ao lixo e à exploração das vias de acesso.
- ♦ Desinteresse por parte de alguns fazendeiros e proprietários das terras na região, fechando suas terras para visitação ou mesmo para a catalogação de dados para pesquisas de levantamentos de recursos naturais com potenciais turísticos.

- ♦ Poucas áreas de camping, tão procuradas e visadas pela demanda atual da área, composta de esportistas e aventureiros.

4.3 - Oportunidades:

- ♦ Área inserida em uma APA (Corumbataí, Botucatu, Tejuπά), onde se pode observar espécies raras e nativas ainda, uma oportunidade difícil de se encontrar no Estado de São Paulo, usando isso como um diferencial de observação científica e estudos de campo;
- ♦ O turismo está aumentando suas variedades de práticas, assim como o turismo de aventura que vem se popularizando, de modo a aproveitar, anunciar e promover a área como região para práticas esportivas de diferentes estilos.
- ♦ Aproveitar o aumento do fluxo do turismo em alguns municípios próximos, como em Brotas/SP, demonstrando a capacidade de um município ter a oportunidade de um turismo mais equilibrado, com bases sustentáveis, assim, para um **diferencial de melhor planejamento** a curto prazo na região.
- ♦ A exploração do turismo como recurso econômico para a região ainda é muito pequena. Isso é um ponto forte, assim pode-se trabalhar melhor o planejamento do turismo sustentável e de menor impacto negativo social e ambiental.
- ♦ A carne de carneiro é muito apreciada em festas locais e a lã e os ossos do animal são fontes para artistas locais, além de atrativo para o turismo rural.
- ♦ A criação do Projeto Pedra Viva, no Cuscuzeiro, que visa a conservação das vias e da natureza local.
- ♦ Discussões sobre o turismo rural, sendo um dos palcos o congresso Brasileiro de Turismo Rural, promovido pela Fundação de Estudos Agrários da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ Piracicaba, de modo a demonstrar que a área rural pode ser de grande valia e potencial para tal prática.
- ♦ A Prefeitura do município de Analândia está tentando formalizar uma Secretaria de Turismo, através do PAT já existente, para incentivar ainda mais a atividade na região, já que o turismo é uma das principais fontes de capital de giro do município, além de gerar empregos diretos e indiretos na região.
- ♦ O turismo pode atrair novos investimentos de baixo impacto, que aumentem a capacidade de emprego na região, além de atrair novos capitais de giro para a região.

4.4 - Riscos (ameaças):

- ◆ Falta de entrosamento entre os meios de hospedagem e poder público, proprietários de terras onde se encontram os recursos (atrativos) regionais e a prefeitura. Sem uma boa interatividade entre esses agentes, o turismo não se desenvolverá estruturado na região e no município de Analândia.
- ◆ Falta uma maior preocupação e incentivo para a conservação ambiental, lembrando que a região está inserida em uma APA e possui espécies raras e mananciais ainda conservados.
- ◆ Aumento desordenado da demanda, sem possuir uma base planejada para tanta visitação, fazendo assim um turismo “massificado”, como já observado em outras regiões, onde a prática modifica demais o meio, prejudicando, assim, a comunidade e a natureza.
- ◆ Criação de novos investimentos e gestões na área, sem planejamento e fora de uma política municipal equilibrada, fazendo com que atraia uma demanda não adequada e desordenada gerando, assim, problemas futuros para a região.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Irving (2002), promover o turismo sustentável não representa apenas controlar e gerenciar os impactos negativos. Mais do que isso, o turismo, na contemporaneidade, ocupa uma posição privilegiada da economia globalizada para gerar benefícios ao desenvolvimento local e promover a responsabilidade de proteção da natureza. Assim, para o planejamento turístico, desenvolvimento e proteção de recursos renováveis não podem mais ser interpretados como forças opostas e contraditórias, mas como aspirações comuns que podem ser mutuamente reforçadas. Políticas e ações para planejamento turístico devem ser desenhadas, de maneira a otimizar e promover os benefícios e reduzir os custos e impactos negativos das atividades vinculadas, em sentido amplo.

O turismo é imprescindível hoje para o município, pois se trata de uma atividade de serviço em que há direta e indiretamente geração de empregos, traz maior preocupação com a questão ambiental e a conservação dos atrativos e recursos naturais e seus potenciais turísticos. Existe ainda a especulação imobiliária que é crescente no município, provocada por turistas que compram terrenos, casas ou mesmo chácaras, com a finalidade de aproveitar finais de semana e feriados.

Assim, o turismo deve ser melhor aproveitado em gestões com funções sociais, econômicas e de proteção ambiental.

A análise dos dados levantados permite afirmar que a atividade hoteleira ocorre de forma extremamente amadora na maioria dos meios de hospedagem que atendem a demanda turística do município.

Para a efetivação do turismo como atividade sustentável no município de Analândia, é preciso a participação da comunidade, porém, no início da adoção de Analândia como uma estância, houve rejeição por parte dos moradores e da comunidade local, talvez com medo de perder seus patrimônios naturais. Atualmente, está havendo uma maior conscientização local de que o turismo é imprescindível para o município e de que a participação dos moradores no desenvolvimento do turismo é muito importante.

O esforço em sensibilização da sociedade para o turismo sustentável é, portanto, essencial para a construção de novos paradigmas de desenvolvimento turístico, envolvendo além da capacitação das comunidades locais, o investimento

nas potencialidades de uma região e a discussão dos riscos e benefícios que o turismo pode trazer para um determinado destino. Além disso, temas relacionados à educação, cultura e formas de organização social devem estar incorporados à discussão, de maneira que as comunidades de destino possam se organizar e se qualificar para a gestão do turismo.

De acordo com as observações realizadas, percebe-se que o turismo é muito importante para o município de Analândia e que a proteção ambiental e conservação são feitas algumas vezes, visto que a área está inserida em uma APA de significativo tamanho e importância para o equilíbrio ambiental da região.

Pelo fato de o município estar inserido numa APA, seria mais significativo como atividade econômica, a implantação de um projeto turístico que não promova alterações ambientais significativas. Acredita-se que isto possa ser viabilizado por meio de estudos prévios que se apliquem adequadamente à investigação do meio ambiente, considerando os diferentes fluxos de energia e matéria advindos da natureza e sociedade, seguindo as relações sociedade-natureza com bases sustentáveis propostas por Sachs (2002) e atuando em diferentes campos com equipes multi e interdisciplinares para um trabalho mais coeso e equilibrado. Tendo tais procedimentos como norteadores de um planejamento turístico regional com bases sustentáveis, é possível se chegar a uma interpretação confiável do ambiente em questão.

A resolução dos conflitos ambientais por meio da construção do consenso e a antecipação aos danos afiguram-se como um caminho seguro na implementação do desenvolvimento sustentável.

Assim para que o turismo possa ser ampliado, melhorado e aplicado da melhor forma que se entende hoje, foram feitas algumas propostas de intervenção turísticas e recreativas da área, visando sempre o equilíbrio homem x meio ambiente e a relação entre os seres humanos.

5.1 Propostas de Intervenção

Segundo Salvati (2004), por meio de dados e diagnóstico das causas do baixo nível de participação dos atores que fazem parte da atividade turística e parcerias em nível local, pode-se propor algumas soluções, para municípios pequenos, tais como Analândia, conforme diagrama a seguir em que o “item 1” que

denomina-se “Diagnóstico da área de estudo” foi baseado e transcrito dos dados obtidos na análise final (SWOT), separados por itens para dar uma forma mais característica do que se pretende com a análise; “item 2” - “Objetivos” baseados nos “pilares” de Sachs (2004) obter o máximo de clareza no que se pretende para futuros planos estratégicos, com características definidas por itens alocados no diagrama; “item 3” - “Diretrizes” colocar uma orientação mais bem norteada e centrada para proporcionar um início de um processo de discussão do desenvolvimento municipal e do turismo em municípios pequenos; “item 4” - “Projetos-Propostas” colocar mais claramente as idéias para ilustrar os três itens anteriores na forma de proporcionar um sentido para todo este processo.

Figura 9 - Quadro 2 - Diagrama de decisão do desenvolvimento municipal para definição de propostas turísticas, segundo abordagem território-regional sustentável: Um esboço de pauta para início do processo de planejamento participativo

Diagnóstico da área de estudo (SWOT)	Objetivos (Sachs)	Diretrizes	Projetos-Propostas
Sócio-econômico: Criação de novos investimentos e gestões na área, sem planejamento e fora de uma política municipal equilibrada, fazendo com que atraia uma demanda não adequada econômica, cultural e socialmente, atraindo, assim, problemas futuros para a região. O marketing da região do município de Analândia se restringe a alguns folhetos distribuídos pela prefeitura para os meios de hospedagem entregarem aos seus hóspedes e algumas chamadas nas emissoras de televisão da região de São Carlos e Rio Claro. Os meios de hospedagem ainda atuam de forma amadora e sem uma estrutura adequada para a recepção de visitantes. Poucas áreas de camping, tão procuradas e visadas pela demanda atual da área, composta de esportistas e aventureiros. Ambiental: Falta maior preocupação e incentivo para a conservação ambiental, lembrando que a região está inserida em uma APA e possui espécies raras e mananciais ainda conservados; apesar da conservação dos mananciais nos morros, ao se formar, o rio Corumbataí já recebe poluição por esgoto doméstico na área urbana de Analândia, prejudicando o banho em algumas das quedas d’água da região. Político: Falta de entrosamento entre os meios de hospedagem e poder público, proprietários de terras onde se encontram os recursos (atrativos) regionais e a prefeitura. Sem uma boa interatividade entre esses agentes, o turismo não se desenvolverá estruturado na região e no município de Analândia. A população, sem informações precisas dos atrativos, não sabe receber os visitantes e não auxilia na busca de novos recursos naturais. Desinteresse por parte de alguns fazendeiros e proprietários das terras na região, fechando suas terras para visitação ou mesmo para a catalogação de dados para pesquisas de levantamentos de recursos naturais com potenciais turísticos. Territorial: Aumento desordenado da demanda, sem possuir uma base planejada para tanta visitação, fazendo assim um turismo “massificado”, como já observado em outras regiões, onde a prática modifica demais o meio, prejudicando, assim, a comunidade e a natureza. Poucos mapas da região com a localização dos recursos naturais, cartas desatualizadas e com problemas em escalas e indicações. Acessos em solos não compactados, podendo, assim, causar maior erosão e, além disso, acidentes nas vias, precárias muitas vezes, sem sinalização dos locais e atrativos; falta de infra-estrutura em alguns atrativos já explorados e uma deficiente fiscalização dos atrativos naturais quanto ao lixo e à exploração da vias de acesso.	Sócio-econômico: emprego autônomo com qualidade de vida; igualdade de acesso aos recursos e serviços sociais; desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; deve se tornar possível pela alocação e gerenciamento mais eficientes dos recursos e do fluxo constante de investimentos públicos e privados. Cultural: capacidade de autonomia para elaboração de um projeto integrado e endógeno (em oposição a cópias servis dos modelos alienígenas); autoconfiança combinada com abertura para “exterior”. Ecológico-ambiental: preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis, ampliação da capacidade dos recursos da Terra; redução do volume de resíduos e poluição; respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais. Político-territorial: democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto, em parceria com todos os empreendedores; um nível razoável de coesão; configurações urbanas e rurais balanceadas; melhorias do ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais; estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento).	– Incluir o diagnóstico social e institucional como uma etapa prévia do planejamento turístico; – Estimular a formação e criação de associações comunitárias e empresariais, capacitando-as para planejamento estratégico participativo, elaboração de projetos e captação de recursos, empreendedorismo, formação profissional; – Assegurar recursos orçamentários próprios para investimentos sociais; – Promover encontros de lideranças locais para diagnosticar sobre suas percepções acerca da chegada do turismo, suas necessidades e expectativas; – Estabelecer, de forma consensuada, algumas estratégias de gestão do turismo local; – Apresentar filmes em espaços públicos, que tratem de temas regionais e de valorização da cultura; – Ter e disseminar uma estratégia clara sobre como o turismo pode beneficiar as populações carentes; – Estabelecer parcerias com universidades e operadores turísticos para desenvolver um cronograma regular de cursos e palestras para comunidade em geral, e específicas para empresários e comerciantes, professores, artesãos, líderes de associações etc., tratando de assuntos sobre desenvolvimento turístico como um processo contínuo, dinâmico e participativo; – Distribuir a composição dos conselhos de forma a prover maioria para os setores privados e não-governamentais (ONGs) ; – Estabelecer planos de marketing que tragam ao município o visitante desejável; – Assegurar o compromisso de participação das entidades que manifestaram interesse sob pena de exclusão efetiva do Conselho; – Ter cuidado com entidades com pouca representatividade social – Manter serviços de segurança para inibir práticas não adequadas; – Estabelecer meios eficazes para comunicar as ações e decisões dos Conselhos. – Promover intercâmbios e convidar especialistas para demonstração de casos de sucesso (<i>benchmarking</i>) de outras localidades turísticas (operadoras, prefeitos do entorno, gestores de programas regionais públicos ou privados, promotores de eventos);	Incentivo para Gestão do Turismo e Sensibilização do Visitante ou Plano de Ordenamento Futurista: Promover em parceria com os órgãos competentes nas esferas federal e estadual, a implantação e ampliação de programas de saúde, saneamento, transporte, educação e comunicação nos diversos bairros do município, pois o planejamento deve “vir de baixo para cima”. Melhorar a comunicação, a coordenação e o gerenciamento de recursos integrados com outros setores governamentais - principalmente as Divisões de Cultura e de Meio Ambiente da prefeitura e as Secretarias que compõem o governo municipal, assegurando que recursos e valores turísticos sejam completamente identificados e providos de planejamento. Projeto “Reciclar e Empregar”: iniciativa referente à reciclagem, unificando a sociedade (escolas, poder público e moradores locais) a favor do envolvimento e conscientização, por meio da coleta seletiva, algo interessante, levando em conta a quantidade de lixo produzido por moradores e visitantes que jogam tal material fora. Turismo Pedagógico: oportunidade de vivenciar o ambiente: organização de situações de aprendizagem, relacionadas aos conteúdos curriculares, a valores éticos e estéticos, além de atitudes formativas, tais como o desenvolvimento da capacidade de iniciativa e solidificação de amizades; respeito ao outro e fortalecimento da noção de pertencimento a um grupo ou a um ecossistema; experiência de autonomia; elaboração conjunta de regras de convivência, dentre outras. Gestão da Demanda: uma gestão que possa contribuir para atrair turistas bem informados e ambientalmente sensibilizados, para que possam compreender todo o ambiente natural, social e cultural visitado e os aspectos relativos às férias/viagem/lazer, aumentando sua satisfação como consumidor e o seu próprio respeito para com esses bens, e também, assumindo sua responsabilidade para com sua conservação. Promoção da Área: produzir um planejamento de marketing, solicitar das autoridades, moradores, cientistas e especialistas no ramo de marketing e publicidade, um <i>briefing</i>. Produção de Cluster Turístico Regional: Este projeto de um cluster turístico regional poderia se basear em roteiros para reunir os potenciais atrativos diferentes ou mesmo as atividades de mesmo tipo de atração com uma união entre os municípios próximos de Analândia. O cluster regional funcionaria na medida em que um visitante poderia ficar mais tempo na região e, assim, poderia consumir mais, fazer girar o capital e facilitaria a produção de empregos. Atlas Turístico de Analândia, no contexto regional: Proposta de se produzir um Atlas Turístico em CD, onde se podem alocar dados (físicos, sociais, geológicos, ecológicos e turísticos), com elementos ilustrativos, interativos e animados.

Para proporcionar a efetivação do turismo regional e de cunho sustentável e crescente no município de Analândia, tem-se algumas propostas de manejo, observando os princípios e critérios da sustentabilidade apontados por Sachs (2002) e as cinco dimensões do desenvolvimento sustentável definidos pelo mesmo autor (2004).

Incentivo para gestão do turismo e sensibilização do visitante ou Plano de Ordenamento Futurista

Promover em parceria com os órgãos competentes nas esferas federal e estadual, a implantação e ampliação de programas de saúde, saneamento, transporte, educação e comunicação nos diversos bairros do município, pois o planejamento deve “vir de baixo para cima”.

Deve-se melhorar a comunicação, a coordenação e o gerenciamento de recursos integrados com outros setores governamentais - principalmente as Divisões de Cultura e de Meio Ambiente da prefeitura e as Secretarias que compõem o governo municipal, assegurando que recursos e valores turísticos sejam completamente identificados e providos de planejamento. Colaborar com a iniciativa privada no estabelecimento e atingimento das metas, estratégias e planos de ação, e envolver a máxima quantidade de associações sociais no processo de desenvolvimento, consultando a mais vasta variedade de associações locais, incluindo ONGs, de forma a integrar interesses públicos e privados.

Fazendo-se assim, incentivar e proporcionar o turismo (a médio ou a longo prazo para a aplicação) entre outros visitantes, como excursões nos dias da semana (2ª a 5ª feira), de grupos como os de 3ª idade da capital e de cidades do interior. Um tipo de turismo em que o visitante poderá desfrutar da beleza natural, dos costumes do campo, da tranquilidade, ar puro e, se possível, um diferencial entre esses grupos, diversificando e proporcionando esportes de ação adequados.

Outro tipo de excursão e/ou turismo são os chamados estudos do meio, realizados por alunos de faculdades e os pesquisadores cientistas, com a finalidade de mostrar-lhes parte de uma natureza “intacta” como os mananciais e nascentes do rio Corumbataí, além de abordar sobre a gênese dos morros testemunhos da região, as cachoeiras e a fauna e flora, passando para eles as leis de proteção, pois a região se insere em uma APA, com aulas ao ar livre sobre educação ambiental, inclusive, retirando o lixo dos atrativos e dos recursos naturais. Há também as

excursões motivadoras com grupos de RH de empresas da região, para poderem entrar em contato com a natureza e terem uma base de educação ambiental (educação ambiental com a relação sociedade-natureza e convívio inter-pessoal) e poder colocar em prática em seu cotidiano de trabalho e de vida este tipo de experiência.

Uma forma de planejar e gerir melhor o turismo seriam por meio de políticas públicas voltadas para esta atividade no município de Analândia (podendo-se usar como exemplo para outros municípios pequenos). Para se chegar a essas políticas públicas propõem-se oficinas, realizadas no município e, posteriormente, incorporadas a um projeto de *cluster* regional. Sobre as oficinas, acrescenta-se que deveriam ser realizadas oficinas de sensibilização, diagnóstico e planejamento participativo, com a presença de líderes da sociedade civil, pessoal técnico da prefeitura, representantes de organizações não governamentais (ONGs) e de associações de produtores rurais e de artesãos, igrejas, bancos, escolas, agentes de saúde e diversas pessoas interessadas diretamente no processo de desenvolvimento municipal. Nas oficinas realizadas para a construção do diagnóstico participativo, o turismo no meio rural e o artesanato surgiriam como atividades potencialmente geradoras de emprego e de renda. Para tanto, é preciso preparar as autoridades como as Secretarias de Planejamento, Educação, Administração e o órgão responsável pelo turismo e o lazer do município, donos de terra e comunidade local.

Outras formas mais efetivas e rápidas para gestão do turismo seria melhorar as condições de acesso às áreas rurais, para que possam ser feitos os incentivos do turismo no meio rural (devem ser feitas em curto prazo de tempo), um recurso muito forte na região e que ainda não vem sendo explorado de forma clara, correta e estruturada. O turismo rural aproveitaria, além da criação de carneiro, a simplicidade do campo, a convivência e a vivência rural, como maneiras de atrair um público que quer tranquilidade e diversão.

Repassar ao poder público municipal o papel de promover cursos para preparar a comunidade local, especificamente os pequenos agricultores, esclarecendo sobre potencialidades e limitações do turismo no meio rural. Conscientizar a comunidade local, para saber receber e também indicar os atrativos/recursos naturais do município, além de ser um atrativo a mais para a

região. Com isso, poderia haver acordos da comunidade com a ACC (Associação dos Criadores de Carneiro), para formalizar visitas às propriedades privadas, promovendo não só a Festa do Carneiro, mas também para os visitantes apreciarem este atrativo gastronômico nas fazendas em outros meses do ano.

Poderia, então, se produzir folhetos com mapas alusivos (em escala e proporções geográficas) da região com os atrativos e com dicas de preservação ambiental, como atuar nas terras que visitam, além de um breve histórico do município de Analândia. Outra proposta de educação seriam eventos de cunho atrativo turístico-educacional para se mostrar na prática, com excursões ao campo e pequenas palestras, tanto para os munícipes quanto para os visitantes, da importância da proteção e conservação natural e da cultura popular da localidade.

Projeto “Reciclar e Empregar”

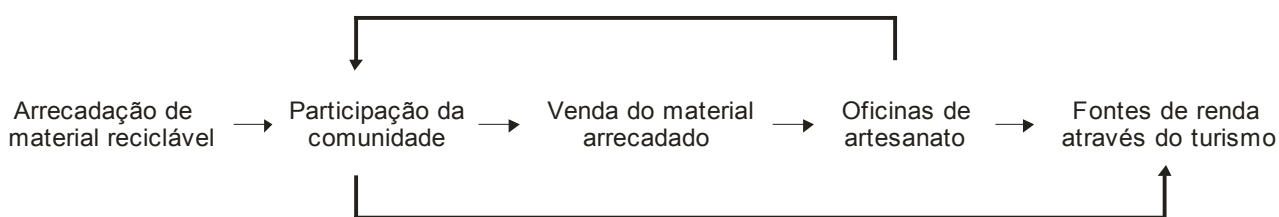
A idéia deste projeto basear-se-ia em uma iniciativa referente à reciclagem, unificando a sociedade (escolas, poder público e moradores locais) a favor do envolvimento e conscientização, por meio da coleta seletiva, algo interessante, levando em conta a quantidade de lixo produzida por moradores e visitantes.

Com a arrecadação do lixo reciclável, o material seria vendido e, conseqüentemente, a verba arrecadada retornaria a parte dessa comunidade na forma de oficinas de artesanato, como as de Rejane Clasen (confeção, artesanato e a Festa do Carneiro), no ramo de tecelagem manual, trabalhos com fibra de bananeira e artesanatos de estilo “hippie”. Essas oficinas poderiam valorizar mais a mão-de-obra artesã.

Este projeto deverá se basear nos critérios de sustentabilidade propostos por Sachs (2002), tais como: emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; mudanças no interior da comunidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); reduzir o volume de resíduos e poluição; respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais; desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; entre outros.

Aumentam-se assim os recursos humanos locais, em diversos níveis, como um ator essencial do desenvolvimento turístico, promovendo um senso de orgulho no trabalho e de cuidados para com a destinação e a comunidade.

Portanto, esses novos artesãos formados pelo projeto estariam adquirindo renda com o turismo, já que, atualmente, tal atividade é estática (feiras permanentes aos finais de semana), o que poderá aumentar as possibilidades dos visitantes consumirem tal artesanato. Seria interessante a confecção de algo que lembre a comunidade local e os atrativos naturais do município, algo típico que lembrasse a região. Abaixo se tem o esquema que faria a comunidade participante se beneficiar diretamente com o turismo:



Fonte: Caio Matos, Americana/SP: UNISAL, 2005.

Produção de *Cluster* Turístico Regional

Cluster, palavra muito utilizada pelos profissionais e pensadores do turismo, que a designam como: agrupamento, união, conglomerado ou ainda escalas de abordagens (externalidades).

Este projeto de um *cluster* turístico regional poderia se basear em roteiros para reunir os potenciais atrativos diferentes ou mesmo as atividades de mesmo tipo de atração com uma união entre os municípios próximos de Analândia, tais como: Brotas, Itirapina, Descalvado, São Carlos, Corumbataí, Pirassununga e Rio Claro.

Nesta proposta dos consórcios regionais, o Projeto Chapada Guarani e o projeto Circuito EcoCaipira, estão em processo de implantação. A Prefeitura Municipal de Analândia participa visando cooperação na divulgação do turismo e seus atrativos para os visitantes e moradores da região.

Diferentemente da proposta dos projetos de consórcio e cooperação de divulgação já existentes, esta proposta de *cluster* regional funcionaria na medida em que um visitante poderia ficar mais tempo na região e, assim, poderia consumir mais, fazer girar o capital e facilitaria a produção de empregos. O *cluster* tem a função de planejar a região como um pólo turístico menor, de maior aproximação e interação entre os municípios participantes, com apoio dos empreendedores: dos meios de hospedagem, setor de alimentos e bebidas, serviços de agências de

turismo receptivo e o poder público, patrocinando e participando, efetivamente, do planejamento desta atividade de regionalização do turismo e seus pontos positivos.

Promover e apoiar eventos para disseminação de informações sobre o turismo, principalmente seminários sobre o planejamento estratégico e gestão para o turismo, especialmente no ecossistema Cerrado, como um estímulo para um envolvimento maior entre Prefeitura Municipal de Analândia, junto ao COMTUR (Conselho Municipal de Turismo) e a Câmara de Vereadores, Consórcios Intermunicipais e Fóruns Regionais de Desenvolvimento, bem como dos representantes na Assembléia Legislativa e Conselho Estadual de Turismo, nos assuntos ligados ao desenvolvimento turístico receptivo e regionalmente integrados.

O projeto pode servir de apoio a uma economia intersetorial equilibrada como Sachs (2002) propõe em seus critérios de sustentabilidade, assim como uma política onde o Estado possa implementar o projeto regional, em parceria com todos os empreendedores em um nível razoável de coesão.

Turismo Pedagógico: oportunidade de vivenciar o ambiente

Difícilmente um estudante recusaria participar de uma viagem ou de um passeio nos arredores da escola, pela cidade ou uma excursão pela região. Facilmente, um professor encontraria objetivos pedagógicos que poderiam ser atingidos por meio de uma viagem ou de excursões, pois se tem nessas atividades, espaço para o entretenimento e também para o conhecimento. Além do mais, professores, em geral, têm buscado formas de tornar a atividade de ensinar e de aprender, mais prazerosa e mais significativa.

Segundo da Hora e Cavalcanti (2003), o turismo pedagógico pode ser planejado e desenvolvido por equipes multidisciplinares formadas por bacharéis em Turismo e por professores de diversas áreas, visando elaboração de propostas de atividades que incluam algum tipo de deslocamento do ambiente escolar, como por exemplo, uma visita aos atrativos naturais de Analândia, a uma fazenda, a um parque ou participação em um acampamento.

O que se pretende com essa atividade é a organização de situações de aprendizagem, relacionadas a conteúdos curriculares, a valores éticos e estéticos, além de atitudes formativas, tais como o desenvolvimento da capacidade de iniciativa e solidificação de amizades; respeito ao outro e fortalecimento da noção de

pertencimento a um grupo ou a um ecossistema; experiência de autonomia; elaboração conjunta de regras de convivência, dentre outras.

As viagens e as excursões incluem aprendizagens que ocorrem em, pelo menos, três momentos: o do planejamento, isto é, a fase de organização, que deveria contar com a participação dos estudantes, num exercício de democracia, através da escolha do lugar a ser visitado, da elaboração de regras, da pesquisa sobre o local a ser visitado; o da execução propriamente dita, através da observação e coleta de dados, da fruição do prazer de dirigir o olhar para uma paisagem; o das atividades de retorno, através da sistematização de conhecimentos, de montagens de relatórios, de organização de painéis com fotos, com desenhos e textos.

As atividades ligadas ao turismo pedagógico são muito importantes para a formação do senso de processo, isto é, o entendimento de diferentes aspectos intervenientes na história da comunidade local a ser visitada e o entendimento das diversas etapas necessárias para a composição de produtos e de serviços. (da HORA e CAVALCANTI, 2003).

É possível programar atividades no próprio município de Analândia ou na região, em que estudantes possam aprender sobre os processos: de coleta e reciclagem do lixo, de produção de artesanato, de pães, de fotos, de roupas, de cestas, de lãs do carneiro, da colheita da cana-de-açúcar, da forma de organização de um grupo cultural, de prestação de serviços relacionados à visitação, dentre outros.

A execução de atividades deve ser acompanhada pela busca de aspectos histórico-culturais e naturais que contribuam para que determinadas características estejam presentes naqueles produtos ou naquela configuração de serviços. A apresentação das atividades desenvolvidas deve primar pela incorporação de recursos estéticos e artísticos, permitindo-se que aforem habilidades dos alunos, as quais, na maioria das vezes, não encontram espaços no ambiente escolar.

Em síntese, o turismo pedagógico direciona

“uma *conversão* do olhar do residente para - um olhar de turista -, no sentido do deleite e da valorização do local, e de posterior *reconversão* que crie limites entre o fantástico e o real, possibilitando uma postura dialética

diante do contexto e do ambiente visitado”.
(da HORA; CAVALCANTI, 2003).

Para que a reconversão do olhar aconteça, é de fundamental importância à atuação dos professores e dos bacharéis em Turismo no sentido de chamar a atenção para pontos merecedores de um olhar mais cuidadoso; assim, necessita-se de uma reflexão em conjunto, que demande uma pesquisa visando captar os diversos aspectos conforme o cenário e que, muitas vezes, não estão aparentes.

O desafio que se coloca reside na ampliação das possibilidades de acesso ao turismo pedagógico para um número maior de estudantes, principalmente aqueles que dependem de forma majoritária, das ações da escola para ampliarem seus conhecimentos e terem acesso ao lazer, para isso, o poder público e as escolas devem estar em íntima interação das necessidades e das ofertas de produtos e material que a região de Analândia oferece para tal atividade.

Gestão da Demanda (curto ou médio prazo de tempo)

Lembrando que públicos diferentes nem sempre se toleram estando ao mesmo tempo em um local, a gestão dos públicos deve ser muito bem feita para não haver este choque e, em consequência, a perda da demanda real e ou da futura.

Há uma saturação psicológica com o desconforto que o turista passa a sentir com o excesso de visitantes na mesma região ao mesmo tempo. Quando o limite é extrapolado, o visitante não voltará e começará a procurar outras áreas para seu lazer e férias e deve-se sempre precaver diante de uma possível saturação na infraestrutura.

Assim, necessita-se de uma gestão que possa contribuir para atrair turistas bem informados e ambientalmente sensibilizados, para que possam compreender todo o ambiente natural, social e cultural visitado e os aspectos relativos às férias/viagem/lazer, aumentando sua satisfação como consumidor e o seu próprio respeito para com esses bens, e também, assumindo sua responsabilidade para com sua conservação.

Pode-se utilizar a sazonalidade, os dias úteis (2ª a 5ª feiras) para programar eventos, grupos e recepção de diferentes públicos, atingindo, assim, um público-alvo específico, atuando diretamente com os meios de hospedagem, transporte, serviços de entretenimento, agências receptoras e serviços de alimentação (gastronomia).

Utilizar-se-ia as oficinas participativas para este tipo de gestão de demanda, sem maiores impactos negativos na relação sociedade-natureza e nos interesses dos diferentes públicos receptivos.

Promoção da Área (curto ou médio prazo de tempo)

Existe uma certa propaganda (divulgação) do município de Analândia, através da imprensa televisiva (TV Rio Claro e a EPTV/Globo regional) e, mais atualmente, de sites na internet, tais como: www.analandialegal.com.br, www.sp.analandia.gov.br (site oficial do município) e www.analandia.com.br. Já existem alguns folhetos, porém, com problemas de escala gráfica, de alusão e/ou localização de inúmeros atrativos. A elaboração de um folheto mais específico e direto para a divulgação dos antigos atrativos e dos novos, além de uma maior atenção para a localização destes atrativos.

Contudo, isto é pouco para uma região que quer efetivar o turismo, lembrando que é uma área natural, no meio rural e que poderá vir a sofrer degradação através da visitação. Para tanto, é preciso um planejamento de marketing e a propaganda focada em um público alvo sem perder aqueles que já visitam a localidade.

Para que haja um marketing mais bem estruturado e de maior enfoque, deve-se produzir um planejamento de marketing, solicitar das autoridades, moradores, cientistas e especialistas no ramo de marketing e publicidade, um *briefing* como o “Diagnóstico dos potenciais turísticos da região”, como já produzido por este discente em pesquisa de Iniciação Científica (Perinotto, 2002). Com este levantamento, pode-se estudar formas de como aplicar o marketing com seus compostos: produto (município de Analândia), ponto de venda (onde será vendido e exposto este produto), promoção (como atrair o público-alvo fora das épocas de sazonalidade turística e a mostra do diferencial a outras localidades), preço (para atrair um público específico, é preciso levantar o quanto este visitante costuma gastar por viagem, para se ter base de como planejar atividades e a publicidade e propaganda).

A distribuição ou o ponto de venda serão feitos de acordo com o público-alvo se for em relação à demanda real/atual, composta por aventureiros/esportistas, famílias da região e alguns admiradores da natureza e poderiam ser veiculados em mídias especializadas, tais como: revistas de aventura, de natureza e matérias em

programas na televisão, mostrando a melhoria na infra-estrutura da região para recebê-los ainda melhor. Já para atrair uma demanda futura, como mais famílias, grupos da 3ª idade e estudantes/cientistas, além das matérias e da publicidade e propaganda, poderiam ser vinculados a diferentes pacotes turísticos oferecidos em operadoras de grandes centros urbanos, agências e hotéis da região.

Em relação aos preços, um item que chama muita atenção dos visitantes, para se fazer um estudo de preços tanto de pacotes quanto a serem veiculados na mídia especializada, é preciso estabelecer o valor dos acessos aos atrativos e possíveis recursos, o deslocamento da capital até o município de Analândia, os pernoites tanto em hotéis e pousadas, quanto em campings e o serviço de alimentação.

Porém, deve-se lembrar que a maioria dos visitantes atuais da região vem de cidades relativamente próximas, portanto, não há gasto com hospedagem.

Para que essa promoção ocorra de forma clara, limpa e de vislumbre sustentável, deve-se assegurar, junto aos meios de comunicação e empresas do setor, que o marketing do turismo “verde” não seja meramente um artifício de venda, mas um efetivo instrumento que reflita uma sadia política e prática ambiental e, inclusive, utilizando os meios legais para coibir a propaganda enganosa. Assim, desenvolve-se um marketing e uma estratégia promocional que contribua ao bem-estar ambiental e cultural da comunidade do município de Analândia, assegurando que não haja qualquer estereotipagem de âmbitos racial, sexual, cultural ou religioso entre as empresas ligadas ao turismo municipal.

Já para a promoção, deve-se criar uma imagem com ícones que representam muito bem a região e a criação de slogan: os ícones poderiam ser o morro do Cuscuzeiro (símbolo de Analândia) e o turismo no meio rural com todas suas subdivisões. Um *slogan* sugerido para região, que seja um diferencial tanto para os esportistas quanto a demanda de famílias e grupos de Estudo do meio, poderia ser:

- ♦ Analândia. A natureza ainda espera por você aqui.

Atlas Turístico de Analândia

A partir das idéias de promoção da área, surge uma proposta de se produzir um Atlas Turístico em CD, onde se podem alocar dados (físicos, sociais, geológicos, ecológicos e turísticos), com elementos ilustrativos, interativos e animados.

O Atlas, basicamente, iria funcionar como um grande banco de dados, com uma animação onde a localização de Analândia começa fora do Planeta Terra e vai se aproximando cada vez mais, passando pelo país, estado e chegar no município. Assim que chegar ao município, o Atlas inicia uma tabela com *links* para os dados alocados. Além disso, o mapa traz os atrativos turísticos com todos os dados e as práticas e tipos de turismo que podem ser realizados no local, uma proposta de educação ambiental e conservação, como proceder em trilhas, por exemplo; e além de passar o tempo e distância dos atrativos, por locais pré-selecionados pelo usuário. Por exemplo: algum turista que pretende ir de Rio Claro/SP até Analândia/SP e visitar o Cuscuzeiro, ao acessar o Atlas poderá clicar na foto do Cuscuzeiro, ver todos os dados do atrativo e ainda saber em quanto tempo estará no atrativo e a distância que irá percorrer.

Outra função do Atlas é proporcionar aos estudantes, dados de seu município, tais como: hino municipal, educação ambiental, importância do turista (visitante) para o desenvolvimento de seu município e como poderá colaborar com a recepção do turismo local.

Este recurso, para ser efetivado, deverá contar com o patrocínio de empreendedores em todas as áreas do setor privado e do setor público com o fornecimento de dados atualizados e a distribuição do CD.

O CD ficaria no PAT (Posto de Atendimento ao Turista) para ser distribuído aos turistas, nos locais comerciais dos empreendedores patrocinadores e entregue aos alunos das escolas do município de Analândia, trabalhando com os alunos esta ferramenta tecnológica.

Pretende-se, portanto, propor este recurso de promoção da área aos interessados no desenvolvimento municipal. Uma equipe multidisciplinar ficaria responsável pela produção, confecção e atualização dos dados, fotos e elementos animados do Atlas Turístico de Analândia.

REFERÊNCIAS

- ACERENZA, M. Á. **Administração do turismo: conceituação e organização**. Tradução de G. R. Hendges. Bauru/SP: EDUSC, 2002. v.1 (Coleção Turis).
- ACKOFF, R. L. **Planejamento empresarial**. Rio de Janeiro/RJ. Livros Técnicos e Científicos. 1974.
- ANDRADE, A. C. de. **Importância do turismo para diversificação das atividades econômicas na região de Itajubá, MG**. 2001. – Monografia, IGCE – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Departamento de Planejamento Regional. UNESP, Rio Claro, 2001.
- ANDREOZZI, S. L. **Áreas de proteção ambiental no Estado de São Paulo: a intenção e o fato**. 1999. Dissertação, IGCE - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro/SP, 2001.
- AZEVEDO, G. **De grão em grão, o cerrado perde espaço (Cerrado – Impactos do processo de ocupação)**. Brasília/DF: WWF-POR-CER, 1995.
- BALDINI, S. M. **Fungos filamentosos encontrados em Latossolo Vermelho-Amarelo textura média sob vegetação de Cerrado, no município de Corumbataí, SP**. 1993. Monografia, IB - Instituto de Biociências, UNESP, Rio Claro/SP, 1993.
- BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas/SP: Papyrus, 1995. (Coleção Turismo).
- BARRETO, M.; TAMANINI, E. (Org.). **Redescobrimos a Ecologia no Turismo**. Caxias do Sul/RS. EDUCS; 2002
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 2. ed. São Paulo/SP: SENAC/SP, 1998. 427p.
- BITENCOURT, M. D.; MENDONÇA, R. R. (Org.). **Viabilidade de conservação dos remanescentes de cerrado no Estado de São Paulo**. São Paulo/SP: Annablume; FAPESP, 2004.

BRASIL. Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), nº 001 de 23 de janeiro de 1986. **Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.** Brasília/DF, 1986.

BRASIL. Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Lei nº 9.985. **Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências; de 18 de julho de 2000.** Brasília, 2000.

BRINO, W. C. **Contribuição à Definição Climática da Bacia do Corumbataí e Adjacências (SP), dando ênfase à Caracterização dos Tipos de tempo.** 1973. Tese, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, UNESP, Rio Claro/SP, 1973.

CAMARGO, L. O. L. **Educação para o lazer.** São Paulo/SP: Moderna, 1998.

CARVALHO, P. F. de. **Urbanização, Meio Ambiente e Planejamento:** trabalhos selecionados 1987- 1993. Rio Claro/SP: UNESP. 1993.

CARVALHO, P. F. de. Patrimônio Histórico e Artístico nas cidades Médias Paulistas: a construção do lugar. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. da. (Org.). **Turismo:** Espaço Paisagem e Cultura. São Paulo/SP, 2002. p. 100-113.

CARVALHO, P. F. de. Lazer e turismo em espaços urbanos: o caso da avenida Paulista - SP. In: I. F. de F. (Org.). **Turismo:** lazer e políticas de desenvolvimento local. 1. ed. Manaus/AM, 2001. p. 73-100.

CASTANHEIRA, Paulo. A inserção da atividade turística na exploração agropecuária. Turismo no espaço rural brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 3. , 2001. Piracicaba/SP. **Anais do 3º Congresso Brasileiro de Turismo Rural.** Piracicaba/SP: FEALQ. 2001.

COSTA, V. L. M. **Esportes de aventura e risco na montanha:** uma trajetória de jogo com limites e incertezas. 1999. Tese. UGF (Universidade Gama Filho), Rio de Janeiro: UGF, 1999.

CRUZ, R. de C. **Política de turismo e território**. 2. ed. São Paulo/SP: Contexto, 2001.

CRUZ, R. de C. Hospitalidade turística e fenômeno urbano no Brasil: considerações gerais. In: DIAS, C. M. de M. (Org). **Hospitalidade: reflexões e perspectivas**. Barueri/SP: Manole, 2002. p.39-56.

COUTINHO, L. M. O conceito de cerrado. **Revista Brasil. Bot.**, São Paulo/SP, v. 1, p.17-24, 1978.

CUNHA I. A. **Sustentabilidade e Poder Local: a Experiência de Política Ambiental em São Sebastião, Costa Norte de São Paulo**. 1996. Tese (Doutorado), Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo/SP, 1996.

DA HORA, A. S. S.; CAVALCANTI, K. B. Turismo Pedagógico: Conversão e Reconversão do Olhar. In: REJOWSKI, M.; COSTA, B. K. (Orgs.). **Turismo Contemporâneo: Desenvolvimento, estratégia e gestão**. São Paulo/SP: Atlas, 2003.

DORNELAS, J. **Análise de Mercado no Plano de Negócios**. São Paulo/SP: Artigos do Plano de Negócios, 2005.

DREW, D. **Processos Interativos Homem-Meio Ambiente**. Tradução de João Alves dos Santos. – São Paulo/SP: DIFEL, 1986.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo/SP: Perspectiva, 1973.

DUMAZEDIER, J. **A Revolução cultural do Tempo Livre**. São Paulo/SP: Studio Nobel - Sesc, 1994.

EMBRAPA. Serviço Nacional de Levantamento e Conservação dos Solos. **Sistema Brasileiro de classificação de solos (SiBCS)**. Brasília/DF: Produção de Informação, 1999.

FERNANDES, J. R. **Caracterização geo-ambiental do setor Nordeste da área de proteção ambiental de Corumbataí (SP)**. 1994. Monografia, IB – Instituto de Biociências, UNESP, Rio Claro/SP, 1994.

FERREIRA, A. B. H.; (Ed.). **Novo Dicionário de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro/RJ: Nova Fronteira, 1975.

FERREIRA, R. V. **Utilização de Sistemas de Informações Geográficas na Identificação de Unidades Geoambientais no Município de Analândia – SP**. 2005. Dissertação, UNICAMP, Campinas/SP, 2005.

FUNDAÇÃO Sistema Estadual de Análise de Dados. SEADE. **Atlas Seade da Economia Paulista**. São Paulo/SP: SAEDE; FAPESP, 2000.

GHEMAWAT, P. **A estratégia e o cenário dos negócios: textos e casos**. Porto Alegre/RS: Bookman, 2000.

GLAESER, J. G. **Unidades de Conservação para uso público: perspectivas para um ecoturismo de qualidade**. 2000. 102f. Dissertação, Universidade Guarulhos (UnG), Guarulhos/SP, 2000.

GLOBE'90. **Tourism Stream and Action Committee. An action strategy for sustainable tourism development**. Vancouver/BC - EUA, 1990.

GOODLAND, R; FERRI, M. G. **Ecologia do cerrado**. São Paulo/SP: Itatiaia; EDUSP. 1979.

GUERRA, A. T.; GUERRA A. J. T. **Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico**. Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 1997. 652p.

HILHORST, J. G. M. **Planejamento Regional: enfoque sobre sistemas**. Tradução de PIMENTA, H. C. – Rio de Janeiro/RJ: Zahar, 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO. Comissão Técnica de Meio Ambiente. **Mineração e meio ambiente: impactos previsíveis e formas de controle**. 2. ed. rev. Belo Horizonte/MG, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (EMBRATUR). **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Brasília/DF: Embratur; IBAMA, 1994.

IRVING, M. A. Turismo, ética e educação ambiental - novos paradigmas em planejamento In: IRVING, M. A. e AZEVEDO, J. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo/SP: Futura, 2002.

JUSTINIANO, E. F. Ecoturismo e Ecoturista. **Outdoor Magazine**, São Paulo/SP: v.2, n.7, p. 52-53, 1998. Disponível em: <<http://www.brazilnature.com/ecoturismo.html>>. Acesso em: 10 ago. 2006.

KOTLER, P. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. São Paulo/SP: Atlas, 1993.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 1989.

LEMOS, A. I. G. Turismo: impactos socioambientais. In: _____ (Org.). **Turismo: impactos socioambientais**. São Paulo/SP: HUCITEC, 1996.

LEMOS, L. **Turismo: que negócio é esse? Uma análise econômica do turismo**. Campinas/SP: Papirus. 1999. (Coleção Turismo).

LUCHIARI, M. T. Turismo e cultura caiçara no litoral norte paulista. In: RODRIGUES, A. B. (Org). **Turismo Modernidade e Globalização**. São Paulo/SP: HUCITEC, 1997.

LUZ, C. Gente que se Arvora em Tarzan. **Revista Kalunga é mais Brasil – Esportes**, São Paulo/SP, v.29, nº126, p. 126-129, jul. 2001.

MARCELLINO, N. C. **Educação para o lazer**. São Paulo/SP: Moderna, 1998.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer: uma introdução**. 2.ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2000.

MATOS, C. M. de. **Inclusão da população de Analândia na atividade turística através de programas sociais**. 2005. Monografia (Trabalho de conclusão de curso para obtenção de título de bacharel em Turismo), Centro Universitário Salesiano de São Paulo Unidade de Ensino Americana – UNISAL, Americana/SP, 2005.

MENDONÇA, R. Turismo ou meio ambiente: Uma falsa oposição? In: LEMOS, A. I. D. de. (Org.). **Turismo: impactos socioambientais**. São Paulo/SP: HUCITEC, 1996.

MOURA, S. de; FREITAS, M. I. C. de. O uso da videografia no planejamento urbano da cidade de Analândia (SP): resultados parciais. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 12. , 2005. **Anais XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Brasil**. Goiânia/GO: INPE, 2005. p. 4553-4560

NASCIMENTO, M. A. do. **Planejamento Ambiental para Cidades Pequenas: o caso de Perdões/MG**. 2004. Dissertação (Título de Mestre em Geografia), IGCE, Pós-Graduação em Geografia, UNESP, Rio Claro/SP, 2004.

NOMURA, R. **Característica Geomorfológica da Alta Bacia do rio Corumbataí**. Rio Claro/SP: UNESP – IGCE Departamento de Planejamento Regional, 1994. Projeto de Iniciação Científica.

OLIVEIRA, D. P. R. de. **Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 8. ed. São Paulo/SP: Atlas. 1994.

PAIVA, M. das G. de M. V. **Sociologia do Turismo**. Campinas/SP: Papirus, 1995.

PAQUESE, M. C. **Estudo sobre padrões de Herbívora em Miconia fallax e Melastomataceae (M. albican) no Cerrado de Corumbataí, SP**. 1992. Monografia, IB, UNESP, Rio Claro/SP, 1992.

PELLEGRINI, A. F. **Ecologia, cultura e turismo**. Campinas/SP: Papirus, 1993. (Coleção Turismo).

PERINOTTO, A. R. C. **Diagnóstico do Potencial Geo-Eco-Turístico da Alta Bacia do Rio Corumbataí**. Rio Claro/SP: UNIMEP – FAPESP, Relatório Final de Iniciação Científica, 2002. processo nº00/12032-4.

PERINOTTO, A. R. C. **Turismo na Alta Bacia do rio Corumbataí, Analândia/SP – Análise e Proposições**. 2003. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Turismo como requisito à obtenção do título de Bacharel em Turismo), Faculdade de Gestão e Negócios – FGN, Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, Piracicaba/SP, 2003.

QUEIROZ, O. T. M. M. Impactos sócio ambientais do turismo em espaço rural - O caso do entorno da represa do Lobo, Itirapina, SP. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 2000, Piracicaba-SP. **Turismo: Novo caminho no espaço rural brasileiro**. Piracicaba/SP: FEALQ, 2000. v. 1, p. 253-259.

REQUIXA, R. **As dimensões do lazer**. São Paulo/SP: Sesc, 1974.

RIEDL, M; FROEHLICH, J. M; ALMEIDA, J. A. (Org.). **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Campinas/SP: Papirus, 2000. (Coleção Turismo).

RODRIGUES, A. B. Turismo Modernidade e Globalização. In: _____ (Org.). **Turismo Modernidade e Globalização**. São Paulo/SP: HUCITEC, 1997.

RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e Meio Ambiente, Reflexões e Propostas**. São Paulo/SP: HUCITEC, 1999.

RODRIGUES, A. B. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: _____ **Turismo Rural**. São Paulo/SP: Turismo Contexto, 2001.

RUSCHMANM, D. **Turismo e Planejamento Sustentável: A proteção do meio Ambiente**. 5. ed. Campinas/SP: Papirus, 1997. 174p. (Coleção Turismo)

SACHS, I. Transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo/SP: Brasiliense, 1993.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro/RJ: Garamond, 2002.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro/RJ: Garamond, 2004.

SALVATI, S. S. Turismo responsável como instrumento de desenvolvimento e conservação da natureza. In: BORN, R. [Org.]. **Diálogos entre a esfera global e local**: contribuições de organizações não governamentais e movimentos sociais brasileiros para sustentabilidade, equidade e democracia planetária. São Paulo/SP: Peirópolis, 2002.

SALVATI, S. S. Programa de Turismo e Meio Ambiente In: WWF-Brasil (Org.) **Turismo Responsável**: Manual para Políticas Locais. Brasília/DF: WWF-Brasil & Programa de Turismo e Meio Ambiente. 2004.

SARAIVA, L. C. **Biologia da Reprodução de arbustos e árvores do Cerrado em Corumbataí, Estado de São Paulo**. 1993. Tese, IB, UNESP, Rio Claro/SP, 1993.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria de Meio Ambiente. **Diretrizes para uma política Estadual de ecoturismo**. São Paulo: Coordenadoria de Educação Ambiental (NEPAM); Unicamp, 1997. Documentos Ambientais.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria do Meio Ambiente. **Atlas das unidades de conservação ambiental do estado**. São Paulo/SP Coordenadoria de Planejamento Ambiental, 1998.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria do Estado de Economia e Planejamento. FUNDAÇÃO IBGE. **Base de dados**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em 12 dez. 2005.

SEMINÁRIO REGIONAL DE TURISMO DE AVENTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1, 2002, **Algumas Modalidades de Turismo de Aventura**: Anais do evento. São Paulo/SP: Secretaria do Meio Ambiente – Estado de São Paulo, 2002.

SERRANO, C. M. T.; BRUHNS, H. T. (Org.) **Viagens à Natureza; Turismo, Cultura e Ambiente**. 2. ed. Campinas/SP: Papirus, 1997. 150p. (Coleção Turismo)

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22.ed. ver. São Paulo/SP: Cortez, 2002.

SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo/SP: Alfa - Omega, 1978.

SPECIESMAPPER. Disponível em: <<http://splink.cria.org.br/mapper?criaLANG=pt>>. Acesso em: 28 ago. 2006.

TOLEDO FILHO, D. V. **Composição florística e estrutura fitossociológica da vegetação de cerrado no Município de Luís Antônio (SP)**. 1984. Dissertação, UNICAMP, Campinas/SP, 1984.

TOREZAN, F. E. **Planejamento de uma trilha interpretativa para o parque municipal de Analândia-SP**. 1994. Monografia. IB, UNESP, Rio Claro/SP, 1994.

TRIGO, L. G. G. **Turismo e Qualidade; Tendências Contemporâneas**. 5.ed. Campinas/SP, 1993. pág. 109-111. (Coleção Turismo)

TROPPEMAIR, H. **Metodologias Simples para Pesquisar o Meio Ambiente**. Rio Claro/SP: UNESP-IGCE, 1988.

VIEIRA, M. L. **Imagem Turística de Itanhaém: litoral Sul Paulista**. 1997. Tese (Doutorado em Geografia), IGCE - Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro/SP, 1997.

YÁZIGI, E. **Turismo: uma esperança condicional**. 2.ed. ver. e ampl. São Paulo/SP: Global, 1999.

ZAINE, M. F. **Patrimônios naturais da região de Rio Claro, Ipeúna e Serra dos Padres. Análise da compatibilidade com a ocupação atual e considerações sobre sua exploração e conservação**. Rio Claro/SP: UNESP. Relatório-Parcial. 1995.

ZAINE, M. F.; PERINOTTO, J. A. **Patrimônios Naturais e história Geológica da Região de Rio Claro – SP**. Rio Claro/SP: Câmara Municipal, Arquivo público e histórico do município de Rio Claro. 1996.

ZAITH, C. **Esportes Radicais**. Disponível em < www.inema.com.br > Acesso em 04 dez. 2002.